

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NIVALDA APARECIDA CAMPOS

A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns).

Apoio: FAPESP

São Carlos,
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Área de concentração: relações sociais, poder e cultura

Nivalda Aparecida Campos

A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns).

Dissertação de Mestrado
apresentada ao PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS da
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS. Trabalho orientado
pelo Prof. Dr. MARCO ANTÔNIO
VILLA com o apoio da FAPESP.

São Carlos,
2004

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C186gs

Campos, Nivalda Aparecida.

A grande seca de 1979 a 1983: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns) / Nivalda Aparecida Campos. -- São Carlos : UFSCar, 2004.
174 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2004.

1. Sociologia política. 2. Brasil, Nordeste. 3. Secas. 4. Ceará. 5. Políticas públicas. 6. Estado. I. Título.

CDD: 306.2 (20^a)

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora Aparecida pelas bênçãos nos momentos difíceis.

Ao Prof. Dr. Marco Antônio Villa pela orientação e estímulo.

Ao meu namorado José Paulo, pelo apoio e companheirismo em todos os momentos.

Às minhas sempre amigas Lu, Dede, Quica, Si, Cir e Ju, por fazerem parte de minha vida e torná-la tão especial. Também a todas as meninas da ‘Maffei’ e as que passaram pelo Bloco 12 com as quais, com certeza, compartilhei muitos momentos de alegrias.

A meus amigos da república dos ‘Pampas’ – Marcelo, Maurício, Helena -, da república da *rua Paraguai* – Paulão -, e ao Rafael e a Neuzinha. Agradeço a todos pelos momentos de descontração, passeios nas cachoeiras e pelos deliciosos almoços de domingo.

Ao Luis Antônio, por me emprestar sua escrivania.

Aos amigos Gilmar, Constante e tantos outros que mesmo não estando citados aqui são muito especiais para mim.

A meus familiares, especialmente meu pai Joaquim, minha mãe Catarina, meus irmãos e irmãs e a todos que de alguma forma tenham colaborado para a realização de meus estudos.

Aos amigos e colegas das Ciências Sociais: Celene, Yara, Amanda, Simone, Cris, Sandra, Silvia, Rose, Alessandro, Paulinho, Roberval e a todos com os quais pude dividir as fortes emoções da Pós-graduação.

À Deborah, pela amizade, por ter me emprestado seu micro computador e tantas outras coisas. À Andréa, pela amizade, caronas, receitas e tudo que dividimos na nossa república.

A Dona Alzira, Seu Luiz, Maria Luiza, Jane, Régia e Nenê que gentilmente me hospedaram em Crateús e, também, por facilitarem meu deslocamento durante a realização da pesquisa de campo.

Às funcionárias Ana e Claire que sempre nos auxiliam no programa de Pós-graduação. Também a Dercy e a Janaína do Departamento de Ciências Sociais.

À FAPESP, pelas críticas e pelo apoio financeiro.

Abstract

The subject of this article is the State intervention in two macro regions of the Brazilian state of Ceará: Central Hinterlands and Inhamuns Hinterlands during the hard drought of 1979-1983. The objective was to identify why the effects of the weather phenomenon were so catastrophic even with the governmental programs being developed. During the researches, it was observed that the principles and strategies that orientate the intervention in the semi-arid Northeast region has been conservative and concentrative, beneficiating only certain groups.

Resumo

A pesquisa trata da intervenção do governo federal em duas sub-regiões do Ceará - Sertão Central e Sertão dos Inhamuns – na maior seca do século XX, ocorrida entre 1979 e 1983. Essas sub-regiões foram escolhidas para estudo por serem, historicamente, as mais gravemente atingidas pelas secas. O objetivo do trabalho foi identificar por que, mesmo com programas governamentais em andamento, os efeitos das secas foram tão catastróficos. No desenvolvimento da pesquisa pudemos observar que os princípios e estratégias que orientam a intervenção federal na região Nordeste do Brasil têm sido conservadores e concentradores, beneficiando apenas determinados grupos.

SUMÁRIO

Apresentação	7
1 - CAPÍTULO I - A intervenção governamental no final do século XIX até a década de 1980 do ponto de vista das soluções apontadas e implementadas	09
2 - CAPÍTULO II	
1- Estudo dos Programas Especiais dirigidos para o Semi-Árido: objetivos e estratégias.....	18
2-Uma Análise Crítica dos Projetos Estudados.....	21
3- CAPÍTULO III - Atuação da Sudene: críticas à política de industrialização	38
4 - CAPÍTULO IV	
1- Caracterização e críticas ao Programa de Emergência implementado entre 1979 a 1983.....	44
2 - Análise do Programa de Emergência implementado entre 1979 e 1983.....	50
5 – CAPÍTULO V	
1- O Sertão Central e o Sertão dos Inhamuns entre 1979 e 1983.....	56
2 - O Aviltamento e a Fome nas Frentes de Emergência	62
3 - O Salário pago nas Frentes.....	74
4 - A questão da terra.....	80
4.1- A concentração da terra no Ceará e no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns...	92
4.2-A atividade agrícola e a pecuária	97
4.3-As Condições de Trabalho e a Questão da Renda.....	99
5- As Frentes de Emergência e a Questão da Migração.....	109
6-As Eleições de 1982 e a chamada 'indústria da seca`	125
7-Obras Realizadas pelo Programa de Emergência no S. Central e S Inhamuns.....	136
8- O Sertão Central e o Sertão dos Inhamuns hoje.....	146
6- Considerações finais	151
7 – Referências	157
8- Bibliografia	159
9- Bibliografia e endereços recomendados	161
10- Anexos:	
1- RELATÓRIO DE CAMPO.....	162
2- A primeira entrevista.....	169
3- Modo de realização das entrevistas.....	173

APRESENTAÇÃO

A região Nordeste é caracterizada pelas secas periódicas e pelas constantes catástrofes a que se seguem a essas. Contudo, apesar de conhecer a gravidade deste fenômeno não nos restringimos a fazer uma discussão sob esse foco. Sendo assim, o que norteou este trabalho foi o estudo das propostas e ações do Governo Federal em duas sub-regiões do Ceará - Sertão Central e Sertão dos Inhamuns - na maior seca do século XX ocorrida no período de 1979 a 1983. Nossa preocupação é com os efeitos sociais frutos da intervenção governamental, seja ela emergencial ou a longo prazo. O que está em questão são os resultados alcançados em termos de abastecimento de água para consumo doméstico – humano e animal -, irrigação, incentivo à agricultura - como a política de crédito, por exemplo -, geração de empregos e aumento da renda, capacidade de fixação da população e de atendimento às suas necessidades mais urgentes, especialmente água, alimentos e trabalho durante os períodos de seca.

A proposta do trabalho foi identificar nas sub-regiões do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns – CE - as estratégias de ação e os possíveis impactos da intervenção do governo federal no período de 1979 a 1983, visando minimizar os efeitos das secas. Porém, me intrigava também o que havia sido feito no período anterior pois já se sabia de antemão que alguns programas vinham sendo implementados e que, mesmo assim, os efeitos das secas continuavam catastróficos. Assim, visando situar o leitor acerca do tratamento dado à questão, me dediquei na primeira parte do trabalho a um levantamento das principais ações de vulto realizadas na região e que tiveram início no final do século XIX. Na segunda parte da pesquisa, fiz um estudo com o intuito de conhecer o conteúdo de quatro programas direcionados para o semi-árido, a saber: *Polonordeste*, *Projeto Sertanejo*, *PROHIDRO* e *Programa de Irrigação*. Estes criados pela Sudene no início dos anos de 1970 faziam parte de um conjunto de programas

denominados *Programas Especiais de Desenvolvimento Rural Integrados*. Ao me interar sobre os projetos e suas formas de efetivação, percebi a importância de identificar os princípios e as estratégias que orientavam tanto os Programas Especiais quanto o Programa de Emergência que vigorou entre 1979 e 1983. Este exercício possibilitou identificar os reais objetivos dos programas governamentais implementados e os setores contemplados.

Além desses programas, me chamou atenção também o modo como fora praticado a industrialização na região. Como esta havia sido apontada como possível solução para os problemas nordestinos, especialmente a partir da década de 1950, dediquei a essa questão a terceira parte do trabalho. Na verdade, apenas destaquei alguns pontos para mostrar como os princípios que regeram o desenvolvimento da indústria, especialmente a partir de 1964, coincidem com os adotados nos demais programas implementados na região Nordeste. Na quarta parte trato da questão do Programa de Emergência ou de socorro às vítimas da seca praticado no período de 1979 a 1983. No quinto e último capítulo discuto como repercutiu a intervenção governamental nos 26 municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns.

Ao longo do trabalho percebi a dificuldade de compreender a intervenção governamental no Nordeste pesquisando apenas um determinado período, no caso 1979 a 1983. Depois de estudar sobre o tema conclui que para se entender o que aconteceu em um determinado momento necessário se faz considerar a intervenção no Nordeste enquanto processo, tendo em mente as especificidades econômicas, políticas e sociais da região.

1 - CAPÍTULO I

A intervenção governamental no final do século XIX até a década de 1980 do ponto de vista das soluções apontadas e implementadas

Se o final do século XIX pode ser considerado o marco da perda de poder¹ político-econômico por parte da região Nordeste, é também no final desse século que o fenômeno das secas vai atingir de forma vertiginosa os seus habitantes. De 1877 a 1879 a região enfrentaria aquela que seria a pior seca daquele século, com um saldo de meio milhão de mortos. A data desta grande seca é também considerada um marco da intervenção do poder central no Nordeste, pelo menos na questão da açudagem. Apesar dos primeiros registros da intervenção datar do Primeiro Reinado – mais especificamente do ano de 1823, com a construção de açudes - foi na terrível seca de 1877 que foram apontadas e implementadas algumas iniciativas buscando encontrar soluções para a região². Foi também a partir desta seca que o Nordeste passou a ser identificado como *região-problema* e, apesar de não haver uma mudança de concepção, “o governo brasileiro passa a encarar as secas nordestinas como um problema que, embora regional, exige uma interferência federal³”.

Aliada a essa concepção de *problema regional*, uma outra concepção também foi imputada à região e a acompanhou até meados da década de 50 do século XX: a de que os problemas do Nordeste se resumiam à falta d’água – é o Nordeste das secas. Para solucionar esse problema se deu grande ênfase aos primeiros programas de açudagem, criados no final do XIX, e que ganharam grande impulso na primeira metade do século

¹De acordo com Evaldo Cabral de Melo é a partir de 1850, com a proibição do tráfico de escravos - que desencadeia a transferência de mão de obra escrava do norte para as lavouras de café do sul - e, posteriormente, com a vinda de imigrantes europeus também para o Sul do país, é que o Nordeste perde vertiginosamente tanto posição no cenário nacional como passa a ser tratado de forma marginal pelo poder central. MELO, Evaldo Cabral de. O norte agrário e o Império: 1871-1889. Rio de Janeiro/Brasília, Nova Fronteira/INL, 1984.

² A transferência de milhares de flagelados, muitos levados à força para a Amazônia, a construção de açudes e o envio de ajuda financeira. Mesmo assim, é possível estimar a morte de meio milhão de sertanejos.

³ COHN, Amélia. Crise regional e planejamento. São Paulo: Perspectiva. 1976. p. 57

XX. Posteriormente, mesmo com a mudança de concepção sobre os reais problemas da região, estes programas ainda permaneceram entre as principais soluções apontadas. Ao diagnosticar e centralizar todos os problemas do Nordeste na questão da seca, todos os esforços foram direcionados buscando solucionar a questão através da oferta d'água. Muitos foram os açudes construídos na primeira metade do século XX. No entanto, o que se fez foi apenas o acúmulo d'água já que não houve seu aproveitamento econômico.

Porém, apesar da intervenção do poder central ter iniciado em 1877, providências que podem ser consideradas efetivas só ocorreram 30 anos mais tarde, já no período republicano. Em 1909 criava-se a IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) que depois se transformaria em IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas) e, em 1945, em DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas)⁴. Em 1952, já no segundo governo Vargas, é criado o BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e, em 1959, no governo Juscelino Kubistchek, a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

De acordo com Amélia Cohn, desde as soluções apontadas na seca de 1877 até a segunda metade da década de 50, as iniciativas tomadas, especialmente pelos órgãos federais - IOCS/IFOCS/DNOCS - compreendiam não só o planejamento e, nesse sentido a continuidade das soluções hidráulicas, como também a definição e instauração de medida de emergência para empregar a população atingida durante os períodos de estiagem prolongada⁵. No caso do DNOCS - principal órgão federal criado em 1945 -, atuava visando racionalizar os investimentos públicos na área e, principalmente, como

⁴ Para Antonio Rocha Magalhães a mudança na forma das instituições “é o resultado de um processo de metamorfose institucional que reflete uma característica inerente da política governamental no Nordeste: a falta de continuidade, o desejo de cada nova instituição de imprimir sua própria marca. MAGALHAES et.alli. In Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil. IOCE, 1991.

⁵ COHN, Amélia. Op. cit. p. 58.

“órgão executor de obras”, realizando todas as obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas⁶. Num artigo de 1984, Joaquim Guedes Correa Gondim, que exerceu diversas funções importantes no DNOCS, afirma que este órgão “tinha e tem como atribuição básica⁷ implantar um conjunto de obras e programas complementares capaz de tornar a região resistente à seca. Não era e nem é um órgão destinado a promover o desenvolvimento do Nordeste geográfico⁸”. Pelas próprias siglas vê-se que o problema central eram as secas.

Contudo, com o advento da Sudene em 1959 – órgão central do Sistema de Planejamento e Administração do Desenvolvimento do Nordeste - mudam-se as estratégias de ação uma vez que essa instituição estava embasada em um novo diagnóstico sobre a região⁹. Como se sabe, a Sudene é fruto de um relatório histórico produzido em 1956 pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Esse grupo teve como redator Celso Furtado - economista e profundo conhecedor dos problemas nordestinos. Nesse relatório, a região Nordeste é caracterizada de uma nova forma. O foco já não é mais a seca em si, mas os problemas de ordem econômica, social e política¹⁰, ou seja, o desenvolvimento marginal a que a região vinha sendo submetida desde a segunda metade do século XIX.

Esse processo de diferenciação aí iniciado e constatado através dos indicadores econômicos e sociais, cada vez mais se acirrava. Mesmo com o “*milagre econômico*” a

⁶ FURTADO, Celso. Entrevista ao jornal o Estado de S.Paulo em 06/11/59 In COHN, Amélia op.cit. p. 58.

⁷ Apesar da prioridade destes órgãos ser a implementação de obras contra as secas, estes também estavam autorizados a construir, além das obras hídricas, estradas de rodagem e de ferro e “outros trabalhos cuja utilidade contra os efeitos das secas a experiência tenha demonstrado”. Na primeira metade do século XX até portos e aeroportos teriam sido construídos com verbas das secas. GONDIM, Joaquim G. Correia. Reflexões sobre a seca. Recife, 1984.

⁸ GONDIM, Joaquim G. Correia. Reflexões sobre a seca. Recife, 1984. p.17.

⁹ É importante destacar que a criação da SUDENE se deu de forma acirrada já que a bancada nordestina, maioria no Congresso na época, era contra sua criação. Apesar de obter o apoio dos governadores nordestinos, tal fato só se concretizou porque obteve apoio da bancada sulina, no momento interessada nos incentivos fiscais do mecanismo 34/18 - FINOR – para investimentos na área da SUDENE. COHN, Amélia. Op.cit. 157.

¹⁰ Sobre as estratégias de atuação da SUDENE ver MINTER/SUDENE.Relatório Anual, 1980.

brecha da desigualdade não parava de aumentar: “após 1968, registra-se a ampliação da defasagem que separa o nível de atividade econômica do Nordeste da nacional, medido através da comparação dos índices do Produto Interno Bruto real da Região e do Brasil¹¹”. Cabe destacar que a Sudene foi criada tendo como objetivo principal, através da estratégia de ação do *Planejamento Regional*¹², embasada na industrialização, encontrar solução para a questão da *desigualdade regional*. Aliada a questão do desenvolvimento cabia também à Sudene a elaboração de Planos de Emergência em períodos de seca, repassando os recursos oriundos do Tesouro Nacional destinados aos trabalhos assistenciais, coordenando e fiscalizando todas as ações desenvolvidas. A criação da Sudene com a incorporação de novas variáveis para a explicação dos problemas nordestinos representava uma iniciativa concreta na busca de soluções. A seca já não era mais o foco principal e não aparece nem mesmo na sigla do órgão criado. Uma visão mais complexa passa a nortear as discussões sobre os problemas nordestinos.

Porém, apesar do grande avanço que a criação da Sudene representava esta não conseguiu atuar nos moldes a que se propunha. O golpe militar de 1964 fez com que a Sudene perdesse a autonomia necessária para executar seus programas, tanto no âmbito político como no econômico. Já a partir de 1963 houve uma clara redução na prioridade de desenvolvimento do Nordeste. Os recursos oriundos da dedução do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, garantidos pela constituição¹³ de 1934 e de 1946, que antes só poderiam ser aplicados na região Nordeste e Amazônia, passam a ser destinados

¹¹ BRASIL. MINTER/SUDENE. Relatório Anual de 1981. Recife, 1982, p.26.

¹² O Planejamento em si já era uma prática adotada no Brasil desde de 1950 e caracteriza-se pela intervenção planejada do Estado. De acordo com Tânia Bacelar Araújo o Planejamento é uma experiência recente nas economias capitalistas. No Brasil data dos anos 50 e evidencia-se no Plano de Metas - J. K. - e na criação da SUDENE. BACELAR, 2000, p.17.

¹³ A Constituição de 1934 previa a reserva de 2% da receita tributária anual da União para a luta contra as secas, e 4% para dessa mesma receita para financiamento das atividades do IFOCS. Já a Constituição de 1946 atribuía ao Nordeste 3% das receitas tributárias anuais.

também a outras regiões e atividades. Através de vários decretos os recursos foram sendo pulverizados seja para projetos privados na Amazônia, turismo, pesca e reflorestamento. Paralelo a essa política de esvaziamento orçamentário da Sudene é criado em junho de 1963 o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE), tendo como objetivo assistir as populações afligidas por calamidades na seca.

Já a constituição de 1967 não dedica nada de específico às secas, e “a vinculação de qualquer percentual da receita pública ao problema fora pura e simplesmente supressa¹⁴”. Após essa data, os incentivos fiscais antes destinados ao Nordeste também foram estendidos à EMBRAER, ao financiamento da recuperação econômica do estado do Espírito Santo, à instituição do Programa de Integração Nacional (PIN); à educação e, por último à instituição do Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)¹⁵. Essa perda substancial de recursos refletiu inibindo a capacidade de coordenação da Sudene. Para agravar ainda mais é instituído em 1972 o Sistema Federal de Planejamento que colocou a Sudene na posição de órgão seccional, subalterna aos órgãos setoriais do sistema.

A análise feita pela própria Sudene é que tal política de pulverização de recursos significou o abandono da prioridade de desenvolvimento do Nordeste em prol da consecução de ambiciosas metas de crescimento setorial em outras regiões do País¹⁶. Dessa forma, passou a atender a necessidade de expansão do capitalismo do Sudeste em detrimento do desenvolvimento da região Nordeste¹⁷. Cabe destacar que antes mesmo

¹⁴ AGUIAR, Pinto. Nordeste: o drama das secas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p.132.

¹⁵ MINTER/SUDENE. Relatório Anual de 1985. p.13.

¹⁶ MINTER/SUDENE. Relatório Anual de 1982. p.16. Pesquisa divulgada pelo IPEA em 1978 aponta o setor público como elemento de reforço às desigualdades regionais. O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDI) e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) estariam beneficiando as regiões mais ricas do país. 75% dos incentivos aprovados em 1975 pelo CDI ficaram com as regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. No caso do BNDE o Sudeste absorveu entre 50 e 70% dos créditos concedidos. Veja 554, 18 de Abril de 1979.

¹⁷ A implementação da industria de base com vistas à geração de empregos, que era um dos pilares da SUDENE, foi substituída pela transferência de grandes industrias do Centro-Sul. Para Inaiá Carvalho, além dos incentivos, as regiões menos desenvolvidas passaram a ter um papel estratégico na política de

do golpe, a Sudene já havia sinalizado uma mudança de direção quanto ao que havia sido preconizado pelo GTDN. Isso se dá em 1961 com a criação de um mecanismo de financiamento de projetos privados, conhecido como artigo 34/18 - atualmente Fundo de Investimento do Nordeste¹⁸ (FINOR) –, que prevê que empresas do País inteiro podem usar parte do seu Imposto de Renda a ser recolhido ao Governo Federal para aplicar em projetos privados na região Nordeste, desde que aprovados pela Sudene. É importante destacar que a criação desse mecanismo não estava prevista no documento do GTDN e que, através desse mecanismo, milhares de projetos foram implantados e se criou uma nova e eficiente indústria na região¹⁹. Como se pode ver, o projeto do GTDN fora abandonado. A Sudene que surge a partir do golpe militar de 1964 é uma outra Sudene com projetos e estratégias de atuação distintas.

Na década de 1970, com as novas orientações na Política nacional, especialmente com a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – I, II e III PND – a política de desenvolvimento do Nordeste passa também a ser orientada por esses planos “que previam a execução de uma política de desenvolvimento global para o Nordeste capaz de assegurar-lhe um crescimento acelerado e dar-lhe caráter auto-sustentado²⁰”. Um conjunto de amplos projetos iria inaugurar uma nova fase na chamada política de desenvolvimento do Nordeste. Na época, tanto as manifestações de preocupação com a pobreza no mundo - manifestada pelo presidente do Banco Mundial,

desenvolvimento global garantindo a continuidade do processo de acumulação da economia como um todo. Os problemas chegam a ser apresentados como 'vantagens locais', como por exemplo, mão-de-obra abundante e barata. (CARVALHO: 1987).

18 Ainda de acordo com Magalhães, esse mecanismo teria permitido à Sudene estabelecer uma aliança conservadora com as classes empresariais do País e do Nordeste, o que lhe teria dado condições de suporte político. Apesar de muitas tentativas tecnocratas de destruí-lo, tal mecanismo permaneceu como um instrumento intocável. MAGALHAES, p.31.

19 De acordo com ARAÚJO, 2000 contribuiu para esse dinamismo os pesados investimentos feitos pela Sudene no início dos anos 60, ampliando a oferta de infra-estrutura econômica - especialmente transportes e energia elétrica - e, também, a realização de estudos e pesquisas sobre a dotação de recursos naturais do Nordeste (em particular recursos minerais). Esses gastos tiveram um papel importante para o posterior dinamismo dos investimentos nas atividades privadas na região – tanto no setor industrial como no terciário.

²⁰ MINTER/SUDENE. **Avaliação do Polonordeste e Projeto Sertanejo**. Fortaleza, 1985, p.19.

Roberto MacNamara – como os trabalhos²¹ produzidos no Brasil destacando a pobreza da região Nordeste reforçavam a necessidade de elaboração de tais programas.

Cria-se assim, a partir do início da década de 70, um conjunto de programas denominados Programas Especiais e que podem ser assim agrupados: 1)Planejamento Regional: fortalecimento dos Sistemas Estaduais de Planejamento, Planejamento Estratégico, Planejamento Operativo, Informática, Organização e Sistemas, Cooperação Externa, Estudos e Pesquisas de Recursos Naturais. 2)Coordenação dos Programas Regionais Especiais: 2.1)Desenvolvimento Rural: Polonordeste (1974), Projeto Sertanejo (1976), PROHIDRO (Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos) (1979), Programa de Irrigação do Nordeste, Programa de Pesquisa do Trópico Semi-Árido (1974) e Programa Complementar de Agropecuária e Abastecimento. 3)Desenvolvimento Social e Infra-Estrutura: PROCANOR (Programa de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste) (1980), PLANASA (Plano Nacional de Saneamento), Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (1974) e Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa. Programa de Investimentos Urbanos para as Capitais e Cidades de Porte Médio do Nordeste, Recursos Humanos, Infra-Estrutura, Turismo e Artesanato. 4)Administração de Incentivos Fiscais e Financeiros: considerado principal componente da política de desenvolvimento do Nordeste. 5)Defesa Civil. Havia ainda o Programa de Emergência Contra os Efeitos das Calamidades Públicas no Nordeste, ativado apenas em períodos de seca.

Para financiar estes projetos o governo federal, pressionado pela seca de 1970, reduziu pela metade os incentivos fiscais destinados ao FINOR e criou dois grandes

²¹De acordo com Magalhães, 1999 p. 31 estes trabalhos assinalavam a necessidade de se incorporar novas variáveis ao problema climático – além das variáveis políticas e econômicas, o problema social – criando novas estratégias que incorporasse realmente a maioria da população em situação de pobreza absoluta. O diagnóstico apontava que apenas o simples crescimento econômico não conseguiria alterar as condições de sobrevivência daquela população em estado de pobreza absoluta.

programas: o Programa de Integração Nacional (PIN - 1970) e o Programa de Redistribuição de Terras e Apoio à Agroindústria Canavieira (PROTERRA - 1971). O primeiro dizia ter como principal objetivo “financiar o plano de obras de infra-estrutura nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da Sudene e da Sudam e promover sua mais rápida integração à economia nacional²²”. Já o segundo pretendia “promover mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da Sudene e Sudam²³”. Porém, em 1974 ambas tentativas teriam fracassado, tais estratégias foram abandonadas e os recursos do PIN e PROTERRA foram destinados a outros programas, inclusive, retornaram ao Nordeste através dos projetos elaborados pela Sudene.

Obviamente que o tácito fracasso dos projetos de financiamento se estendem aos demais programas e já no início da década de 1980 o governo federal constata que “as transformações sócio-econômicas ocorridas no Nordeste, nos dois últimos decênios, foram insuficientes para a erradicação da pobreza absoluta rural e urbana e para o alargamento do mercado interno na região²⁴”. A Sudene verifica que, apesar da filosofia DRI se mostrar “lógica e consistente (...) na prática mostrou-se impossível a coordenação de tantos componentes e respectivas instituições²⁵” com o ideal da integração nunca sendo alcançado. Isso fez com que houvesse uma tentativa de redefinição das estratégias de desenvolvimento. Em 1982 é criado através da Portaria Interministerial nº 158/82 o que se denominou *Projeto Nordeste*²⁶, resultado da fusão

22 MINTER/SUDENE. Relatório Anual de 1982. p.16.

23 De acordo com MAGALHAES, 1991 esses programas tinham uma lógica, qual seja, a de encontrar soluções para uma região que em períodos secos se mostrava superpovoada. Tal solução deveria se encaminhar seja através da irrigação e do aumento da renda ou abrindo caminhos para que a população se deslocasse para a Amazônia. Como veremos mais adiante, o deslocamento para a Amazônia fazia parte da estratégia da elite nordestina de incentivar a migração.

24 MINTER/SUDENE. Avaliação do PROHIDRO e Programa de Irrigação. Fortaleza, 1985. p.6.

25 MAGALHAES, A. Rocha et. al. R. Econ. Nordeste, Fortaleza, v.20, n.2. p.151 -184, abr/jun. 1989.

26 Para CARLEIAL e OLIVEIRA tal projeto tinha como objetivo real neutralizar os movimentos sociais. “Seu publico-meta eram os sem-terra e pequenos produtores, que passavam por uma rigorosa seleção antes de integrarem ao Projeto”. P. 69.

dos Programas Especiais que vigoravam na região. A estratégia DRI teria sido mantida, porém, com profundas alterações. Apenas os componentes ligados diretamente a produção agrícola teriam continuado dentro da estratégia de desenvolvimento integrado, numa tentativa de simplificar sua coordenação. Seis linhas²⁷ de programas norteavam o *Projeto Nordeste*, porém em apenas duas deu-se continuidade com os estudos para a implementação: o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) e o Programa de Irrigação. Os demais permaneceram em negociação ou não foram iniciados. No caso da irrigação, o assunto passou a ser tratado pelo Ministério Extraordinário para Irrigação, criado em 1985 e extinto em 1989, sendo incorporado ao Ministério da Agricultura. Já com PAPP, o longo período de planejamento e maturação do projeto fez com que alguns dos entusiastas, especialmente os governadores, voltados para ações de retorno imediato, desinteressassem pelo programa - considerando, especialmente, que este não seria implementado na gestão dos que o apoiaram. Os novos governadores já tinham os recursos assegurados e não precisavam emprestar seu prestígio político, o que acabou enfraquecendo o Programa. (...)“Em 1985, com a redemocratização, através da Nova República, os tecnocratas, anteriormente de oposição, identificaram o *Projeto Nordeste* como fruto do regime autoritário anterior e que, portanto, deveria ser combatido²⁸”. Surgiu em Pernambuco o *Movimento Muda Nordeste*, cujo objetivo principal foi questionar o Projeto Nordeste e o PAPP. Depois de muitas discussões o projeto foi considerado válido cabendo, entretanto, alguns aperfeiçoamentos. Contudo, muito tempo já havia sido perdido com o desenrolar da questão, criou-se uma imagem negativa do projeto, e esta perdeu fôlego entre os responsáveis pela elaboração do orçamento federal.

²⁷ Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) que previa ações integradas; programa de irrigação; de apoio a pequenos negócios não-agrícolas; de educação no meio rural e de saneamento básico no meio rural.

²⁸ MAGALHAES, A. Rocha et. al. R. Econ. Nordeste, Fortaleza, v.20, n.2. p.151 -184, abr/jun. 1989.

Como se pode ver, o conjunto de todos os programas anteriormente citados nos faz pensar a década de 1970 como mais um marco da intervenção governamental no Nordeste. Contudo, de acordo com MAGALHÃES (1980), o que se observa a partir desta data é um “deslocamento da preocupação com as mudanças na forma das instituições passando a recair agora sobre a definição e redefinição de programas e ações específicas”, todos, segundo o autor “geralmente de vida relativamente curta²⁹”.

2 - CAPÍTULO II

1- Estudo dos Programas Especiais dirigidos para o Semi-árido: objetivos e estratégias

Tendo em mente compreender porque os efeitos da seca de 1979-1983 foram tão catastróficos, mesmo com vários programas governamentais atuando na região Nordeste, decidi pesquisar alguns desses programas, principalmente os que de alguma forma atuaram ou se dirigiam para o semi-árido. De acordo com nossa pesquisa cinco programas, todos enquadrados na estratégia do Desenvolvimento Rural Integrado (DRI)³⁰ estavam diretamente direcionados para a região: *Projeto Sertanejo*, *POLONORDESTE*, *PROHIDRO*, *Programa Plurianual de Irrigação e Programa de Pesquisa do Trópico Semi-árido*.

Como nesse trabalho estamos interessados em estudar as intervenções do governo federal – mais especificamente no Sertão Central e Inhamuns -, optamos por priorizar o estudo dos quatro primeiros programas acima citados. Essa discussão se faz necessária uma vez que alguns destes programas estavam em vigor antes do início da

29 MAGALHAES, A.R.; BEZERRA NETO, Eduardo (org.) Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil. Fortaleza, IOCE, 1991.p.30.

30 Filosofia DRI: a partir de um diagnóstico sócio-econômico de uma área determinada, desenha-se uma programação integrada com todas as ações necessárias para elevar os níveis de produção, produtividade, renda e emprego. A programação integrada envolve componentes de infra-estrutura (estradas, armazenagem, eletrificação), sociais (educação, saúde, saneamento), produtivo (terra, água, crédito, assistência técnica etc.).

grande seca. Entretanto, é importante destacar que não temos a pretensão de fazer uma análise minuciosa de todo o conteúdo desses mega-projetos, já que isto além de exigir muito tempo não é o foco principal do estudo. Dessa forma, buscaremos nos ater em questões que consideramos centrais para o entendimento de como se tem processado o trato à questão da seca na região. Apesar de não termos a intenção de aprofundar a discussão sobre *políticas públicas* – até porque o que fora realizado no período estudado não se encaixa nesse conceito, devido ao próprio caráter emergencial - vamos destacar alguns aspectos dos programas implementados visando identificar os objetivos e estratégias de tais projetos. É com esse intuito que passamos a analisar os quatro programas a seguir.

1.1 - O Polonordeste - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - criado em 1974 com o “pressuposto de que a diversidade sub-regional que ocorre, no Nordeste, torna inadequados programas uniformes e padronizados para toda a região, inviabilizando, portanto, qualquer ação desenvolvimentista que a considere como um todo homogêneo”. Previa-se o desenvolvimento do programa em áreas que se denominou “áreas integradas”, onde seriam concentrados esforços visando a transformá-las em pólos de desenvolvimento rural que teriam seus efeitos irradiados para as áreas circunvizinhas. Entre os objetivos do Polonordeste estava o de transformar a agropecuária tradicional em economia de mercado, atuando no sentido de “promover uma agricultura eficaz, aumentar o emprego na área rural e melhorar a renda da área rural”.³¹

³¹ MINTER/SUDENE. Avaliação do Polonordeste e do Projeto Sertanejo. Fortaleza, 1985. p.28. Pretendia fazer isso por meio da **modernização da infra-estrutura agrícola** (estradas vicinais, eletrificação rural e armazenamento), dos serviços agrícolas (insumos modernos, pesquisa e extensão rural) e do apoio direto ao produtor (crédito e comercialização). O programa, ainda segundo seus formuladores, “visará primordialmente à previsão de secas e chuvas artificiais, melhoramento genético vegetal e animal, uso e conservação de água, irrigação, energia solar e agricultura de lavoura seca”. Seguiam-se as orientações estabelecidas no II PND (1975/79) em elaboração na época e que previam a execução de uma política de desenvolvimento global para o Nordeste capaz de assegurar-lhe um crescimento acelerado e dar-lhe caráter auto-sustentado.

1.2 - Projeto Sertanejo - Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste - criado em 1976 com a finalidade de “fortalecer a economia das unidades de produção agropecuária, sobretudo pequenas e médias, do semi-árido nordestino, tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas, a partir de núcleos de prestação de serviços e de assistência técnica, previamente selecionados”. Buscava-se a modernização do processo produtivo e, especificamente no caso do Sertanejo, sua normalização³². Visando alcançar os objetivos propostos no programa, a estratégia de ação adotada baseia-se no crédito rural e a assistência técnica como principais instrumentos.

1.3 - O Programa de Irrigação do Nordeste - a questão da irrigação se arrasta desde o século XIX, mas especificamente no ano de 1881, com a construção do açude Cedro, em Quixadá quando tiveram início o primeiro conjunto de obras de irrigação com a participação do poder público.

Dessa época até a década de 80 a questão da irrigação entrou na pauta varias vezes e passou por varias alterações, muitas durante os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs – de 1972 a 1985. Entre os motivos das alterações estavam o fraco desempenho, sempre apontando resultados insatisfatórios, especialmente nos itens considerados prioritários: geração de emprego e distribuição de renda.

No período que nos interessa, novas metas foram estabelecidas e a política de irrigação do Nordeste passou a ser orientada pelo III Plano Nacional de Desenvolvimento com vigência para o período de 1980-85. Os objetivos agora enfatizavam os seguintes propósitos: acelerado crescimento da renda e do emprego;

³² Isso seria feito, seja através da associação de agricultura irrigada com agricultura seca, execução de obras para a retenção de água, disseminação de modernas técnicas agronômicas para as lavouras xerófilas e reorganização da estrutura de produção econômica. Além disso, o projeto procura, através da criação de empregos, reduzir as repercussões sociais provocadas pelo fenômeno das secas.

melhoria da distribuição de renda; e, redução das disparidades regionais. Entretanto, o programa de irrigação sofreria novas alterações e dentro do contexto das diretrizes do III PND era postulado o I Plano Nacional de Irrigação (PNI), com vigência para o período 1982-86³³. A novidade aqui é que se propõe o desenvolvimento da agricultura irrigada não só através do esforço governamental, mas também da iniciativa privada, através de medidas que a estimule³⁴.

1.4 - O Programa de Aproveitamento dos Recursos Hídricos (PROHIDRO) - criado em 12.09.79 com o intuito de dar maior prioridade ao aspecto hidrológico dentro do planejamento regional. Configurou, inicialmente, como uma ação complementar na área de recursos hídricos aos programas em andamento na região. Ação complementar que teria um componente social – levar água às comunidades – e, um econômico – maior suporte hidráulico para irrigação. Além disso, pressupunha-se um fortalecimento da economia das unidades agrícolas de produção. Como instrumentos de ação seriam utilizados investimentos a fundo perdido e uma linha especial de crédito rural subsidiado. Suas principais realizações seriam a implementação de obras hídricas, seja construção, recuperação, instalação etc.

2- Uma Análise Crítica dos Projetos Estudados

Visando um entendimento global das questões que envolveram tais projetos, buscaremos fazer uma análise conjunta das principais estratégias apontadas e adotadas,

³³ Na verdade, como vinha acontecendo com os demais programas, o Programa de Irrigação também foi incorporado ao Projeto Nordeste.

³⁴ É importante destacar que existem no Nordeste dois modelos distintos de irrigação: um é o do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) - que tem como área de atuação todo o Polígono das Secas, regiões caracterizadas pela semi-aridez e ocorrência de secas periódicas - já o outro é o da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) - sua área de atuação compreende todo o Vale do Rio São Francisco, regiões identificadas como potencialmente irrigáveis. Como nesta pesquisa o nosso objeto de estudo se encontra no Semi-Árido, é de nosso interesse apenas a irrigação implementada pelo DNOCS.

dos resultados alcançados e, também, de seus principais problemas³⁵. A realização desse exercício é interessante uma vez que observamos algumas semelhanças tanto no conteúdo como no modo de implementação dos programas analisados. De acordo com o que fora estudado, a preocupação com a questão da seca está sempre presente nos Programas Especiais, especialmente no conjunto de programas enquadrados no quesito Desenvolvimento Rural.

No entanto, tendo em mente a permanência e agravamento dos históricos problemas da região, vamos tentar entender o que de fato aconteceu. De início, o que se percebe é que alguns problemas começam ainda na fase de elaboração dos projetos, comprometendo, conseqüentemente, a fase de execução. Ao analisar os objetivos dos programas o que se observa é que estes não estão claramente definidos. Duas questões que têm destaque bastante se referem à indefinição do público-meta e a expansão da área de atuação. Em relação ao primeiro ponto, as definições são vagas e isso acaba deixando brechas para possíveis desvios. Quanto à área de atuação, o que se observa é que ao longo da execução do programa, áreas que de início já eram bastante extensas passam ainda por um vertiginoso processo de expansão, sem que se tenha realizado um planejamento prévio e que a isso se siga uma política de expansão dos recursos. No caso do Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos (**PROHIDRO**), o público-meta e a área de atuação nem chegam a ser definidos e diante da ausência desses dados, a equipe responsável pela elaboração do Relatório optou por inferir tanto o público-meta quanto a área de atuação.

No **Projeto Sertanejo** também é possível observar problemas com relação a definição do público-meta. Inicialmente, quando da criação do programa, mesmo apresentando definições vagas os estratos mais pobres da população – trabalhadores

³⁵ Os dados apresentados foram extraídos de relatórios de Avaliação elaborados pelo MINTER/SUDENE.

sem terras e pequenos produtores – estavam incluídos. Porém, em 1977 quando realmente as atividades do programa foram iniciadas, o público-meta foi redefinido e a Sudene passou a considerar como principais beneficiários os agricultores do Estrato III – propriedades de até 500 hectares - e, na medida do possível, os do Estrato II – definidos apenas como pequenos proprietários³⁶.

A participação restrita do Estrato II foi explicada na época com o seguinte argumento: “a participação do Estrato II no Projeto Sertanejo é limitada pela exigüidade de sua área de produção e pela relativa impossibilidade de desenvolvimento e valorização. (...) a população pertencente aos estratos I e II seria beneficiária do Programa, inicialmente, através do crédito fundiário, quando então passaria a integrar o grupo III³⁷”. Posteriormente, por motivos que não são relatados, o público-meta do programa é redefinido. Na verdade o estrato II, definido apenas como *pequenos proprietários*, passa a englobar propriedades de até 100 hectares. O estrato III também sofre alterações, porém, de pouco peso, a única exigência é que os proprietários de até 500 hectares tenham na agropecuária sua principal fonte de renda.

Com relação ao Polonordeste o problema da indefinição do público-meta se repete e, segundo o relatório de Avaliação, quem se beneficiou foram principalmente os proprietários que possuíam áreas entre 100 hectares e 500 hectares, respectivamente. Em 1976, com os primeiros resultados apontando tais desvios de objetivos, há uma tentativa de mudanças com uma redefinição das diretrizes denominada: “Polonordeste”: “Diretrizes para o Planejamento”. Nesse documento tratam da questão fundiária que até então não tinha sido mencionada e, também, ainda que de modo indireto, dos pequenos produtores: “o Polonordeste não considera prioritário o atendimento dos médios e grandes proprietários”. Além das questões de caráter fundiário é incorporado o discurso

³⁶ MINTER/SUDENE. Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo. Fortaleza, 1985.p 222.

³⁷ Op. Cit. p.222.

da redução da pobreza reconhecendo, timidamente, o papel concentrador das inversões em infra-estrutura econômica quando efetuadas sem articulação com um processo de reestruturação fundiária. É reconhecido, ainda que de forma implícita, a prioridade que deve ser dada aos pequenos proprietários e agricultores sem terra. Porém, o próprio relatório reconhece que apesar de considerar os agricultores sem terra estes não foram contemplados com nenhuma linha específica de ação³⁸. E, apesar de se reconhecer também a importância da reestruturação fundiária pode se dizer que quase nada foi feito uma vez que este teria sido o pior segmento do programa quanto ao cumprimento das metas previstas. De acordo com o relatório, alguns segmentos como assistência técnica, construção de estradas, edificação de postos de saúde, escola e eletrificação rural apresentam alto percentual de realizações. Outros, como crédito, ação fundiária, comercialização e saneamento básico apresentam baixo percentual de desempenho.

Estes fatos teriam se tornando uma constante em todos os projetos em execução pelo Polonordeste, quer sejam novos, antigos, projetos de serras úmidas, vales úmidos, agricultura seca, tabuleiros costeiros ou pré-amazônia. Tal ocorrência é explicada pela facilidade de execução dos segmentos de obras físicas, facilmente contratadas a firmas empreiteiras e que rapidamente as executam³⁹”. Quanto à área de atuação, inicialmente o **Polonordeste** deveria beneficiar uma população, segundo o censo de 1970, de 7,4 milhões numa superfície total de 457,9 mil quilômetros quadrados, abrangendo 291 municípios. Entretanto, atendendo a propostas dos governos estaduais, o Polonordeste foi aumentando paulatinamente sua área de atuação e, no ano de 1980 já cobria uma

³⁸ Ver MINTER/SUDENE. Avaliação do POLONORDESTE e Projeto Sertanejo. Fortaleza, 1985. p.31.

³⁹ MINTER/SUDENE/BNB. Avaliação do Polonordeste e do Projeto Sertanejo. Serie Projeto Nordeste. Fortaleza, 1985. p.124. A própria forma como foram **destinados os recursos** reflete este fato: para a questão de **infra-estrutura social**, são destinados no máximo 20% dos recursos totais. Para as despesas com infra-estrutura econômica são destinados até 40% e, para o segmento “serviços de apoio à produção” o restante dos recursos, ou seja, 40%. Posteriormente, essa forma de alocação dos recursos teria sido refeita já que o próprio relatório reconhece que essa forma de alocação contribuía especialmente para melhoria das médias e grandes propriedades já que o grosso dos recursos eram aí alocados.

área de 846.500 quilômetros quadrados com uma população de 16,1 milhões de habitantes cobrindo 773 dos 1.419 municípios da região⁴⁰.

O **Projeto Sertanejo** também sofreu um vertiginoso processo de expansão. A meta inicial que era de 60 núcleos até 1979 foi ampliada para 177 núcleos até 1985. Sua área de abrangência chegou a alcançar 474,5 mil quilômetros quadrados – 54% do semi-árido nordestino. Contudo, se as metas eram ampliadas o mesmo não acontecia com os resultados. De acordo com estudo de VILLA (2000), “entre 1976 e 1979 deveriam ser irrigados 84,6 mil hectares, mas até 1983 tinham sido irrigados somente 13,3 mil hectares. O programa atendeu a 3,8% da população da região. Dos 612.667 pequenos proprietários, foram beneficiados pelo programa somente 8.971, 2,2% do total. Já para os médios proprietários o percentual cresceu para 16,4%. O programa não redistribuiu renda nem gerou aumento de produção e de produtividade entre os agricultores. Os créditos oficiais acabaram privilegiando somente 1,6% dos proprietários, justamente os que já tinham condições de desenvolver seus empreendimentos sem o auxílio do Estado⁴¹”.

No **PROHIDRO**, como não há menção quanto a área de atuação nem ao público-meta, os números apresentados foram inferidos pelos responsáveis pela elaboração do relatório de Avaliação. Dessa forma, a área de atuação seria de 944.596 Km², ou seja, 82,7% do Polígono das Secas, com cerca de 580 mil proprietários. No caso do público-meta inferiu-se que seriam todos os proprietários e pequenas comunidades rurais existentes no Nordeste semi-árido.

O **Programa de Irrigação** também passou por um processo de expansão. De início a meta era irrigar 40.000 ha no triênio 72-74 com recursos do FINOR artigo 34/18

⁴⁰ Ver Relatório de Avaliação do POLONORDESTE e Projeto Sertanejo. Fortaleza: MINTER/SUDENE, 1985. p.29.

⁴¹ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: historia das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. p. 216.

envolvendo 53 projetos de irrigação. Com o advento do II PND as metas são redefinidas e ampliadas e a previsão era de se irrigar 350.000 ha: 270.000 na região Nordeste ficando a região do São Francisco prioritariamente com 170.000 ha. Com o início do III PND novas metas são estabelecidas. De acordo com os Relatórios de Avaliação analisados, esse processo de expansão teria sido um dos entraves à boa execução dos projetos provocando a pulverização dos recursos e dificultando o acompanhamento e avaliação dos PDRIs.

Além da questão do público-meta e da área de atuação, existe também uma questão que considero central, que é a do acompanhamento e disponibilidade de dados sobre o que fora feito e o local. No caso do Polonordeste, os elaboradores do relatório perceberam que não havia informações que pudessem ser trabalhadas: “a situação ideal seria aquela em que houvesse informações suficientes sobre todos os PDRIs, permitindo uma avaliação que espelhasse, de fato, a contribuição do Programa ao desenvolvimento da Região. No entanto, dos 43 PDRIs e 4 Projetos de Colonização implementados com recursos do Polonordeste, apenas 5 estudos foram realizados com maior riqueza de detalhes. (...) Diante de tais fatos e visto não se dispor de informações completas e detalhadas para todo o projeto, utilizaram-se os índices referentes a tais estudos de caso, quando disponíveis, como forma de obter conclusões de caráter generalizado⁴²”.

Essa mesma dificuldade encontrada com relação à ausência de dados no Polonordeste se repete com o PROHIDRO. De acordo com o relatório há uma “escassa documentação sobre o programa”. E destaca: “é possível encontrar-se algumas informações aparentemente contraditórias ou incompletas⁴³”. Quanto à aplicação de

⁴² Relatório de Avaliação do POLONORDESTE e Projeto Sertanejo. Fortaleza: MINTER/SUDENE, 1985. p. 118. Estes estudos de caso se referee ao Piauí e, embora as informações existentes sejam consideradas valiosas, na forma em que foram apresentados, não permitiriam a elaboração de estudos de casos pormenorizados.

⁴³ MINTER/SUDENE. Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação. Série Projeto Nordeste. Fortaleza, 1985. Vol. 16. p. 137.

recursos, por exemplo, não se sabe o quanto foi gasto por PDRI e por segmento de ação. Essa ausência de controle dos recursos com certeza pode facilitar a manipulação e o desvio dos mesmos. A inexistência desses dados fez com que as análises financeiras também fossem elaboradas com base nos recursos programados e ou alocados o que, evidentemente, distorce os resultados, comprometendo a credibilidade da avaliação. No que se refere ao quantitativo da população atingida, não foi possível avaliar o impacto sócio-econômico do PROHIDRO, já que o modo como foram feitas as estimativas da população potencialmente beneficiada podem levar a uma duplicação, caso haja uma totalização. “A falta de registros não permitiu também a avaliação do impacto do programa sobre a distribuição de renda nem sobre a estrutura agrária regional⁴⁴”.

No caso do **Projeto Sertanejo** a própria forma de avaliação dos impactos do programa teve que ser alterada já que alguns dos indicadores que deveriam ser utilizados e que foram sugeridos, inclusive pela consultoria internacional, não podiam ser aplicados. De acordo com o relatório, indicadores como redistribuição de renda e acesso a serviços básicos não estavam enquadrados entre os objetivos do programa⁴⁵ e por isso não eram objetos de acompanhamento.

É preciso ainda destacar uma outra consequência fruto da inexistência de dados e da dificuldade em acompanhar e avaliar todos os projetos: é que, os resultados apresentados além de serem considerados insatisfatórios, estes ainda podem estar superestimados já que alguns destes resultados foram calculados em cima de dados projetados e não de resultados concretos. Nesse caso, fica claro as limitações⁴⁶ e os

⁴⁴ Op. Cit. p. 137.

⁴⁵ Op. Cit. Relatório de Avaliação p.284.

⁴⁶ Além disso, os relatórios apontam como limitações o fato de: a) abranger áreas bastante diferenciadas no que se refere ao clima, solo, estrutura fundiária e sistemas de exploração; b) a crise climática que teria prejudicado sensivelmente o desempenho do programa e, por último, c) projetos que vêm sendo implementados em épocas diferentes apresentando, resultados não comparáveis.

cuidados necessários ao trabalhar com esse tipo de informação, especialmente quando se busca a generalização.

Outro fato intrigante e que é considerado um grave problema se refere à questão da falta de articulação institucional. Apesar da concepção de Desenvolvimento Rural Integrado nortear os Programas Especiais elaborados na década de 1970, os próprios órgãos federais que atuavam no Nordeste não conseguiam se articular no sentido de uma atuação conjunta. Pelo contrário, “a falta de integração entre as instituições executoras de cada segmento, dificulta sobremaneira a boa execução do Programa (Polonordeste). O que se pode constatar é a preocupação da instituição em executar seu trabalho unilateralmente, sem, contudo, haver um sentido de articulação com outras instituições de forma a redundar em benefício para a comunidade. O resultado desta forma de execução são trabalhos isolados, muitas vezes diferenciados das verdadeiras aspirações da população que seria objeto do Programa. [...] A falta de integração interinstitucional tem sido apontada desde o início da implantação do Programa, como um dos seus mais relevantes problemas. Esta ocorrência verifica-se em todos os níveis, havendo necessidade, imediata, de uma definição precisa do papel de cada organismo que atue na coordenação do Programa, tanto a nível nacional, como regional e estadual. Ocorre, ainda, falta de integração no espaço e no tempo, dentro dos próprios programas, no que se refere à articulação entre seus diversos segmentos⁴⁷”. Além desses problemas, alguns programas como o Projeto Sertanejo, tiveram que executar o projeto com um número reduzido de funcionários. Segundo o Relatório de Avaliação, a lotação definida inicial era de 51 funcionários por núcleo. Inicialmente, o Projeto Sertanejo contava, em cada núcleo, com 50 profissionais. Dados de 1982 mostram que a lotação média de cada núcleo do Sertanejo era de 28 servidores que, posteriormente, fora reduzida para 23.

⁴⁷ Op. Cit. p. 128 a 131.

Dentre os programas analisados apenas o PROHIDRO não apresentava entre as suas prioridades a criação de empregos. Com relação aos demais programas a criação de empregos ocupava um lugar especial uma vez que a desocupação⁴⁸ apresentava-se como grave problema, especialmente nos períodos secos. Contudo, apesar das metas de criação de empregos terem sido estabelecidas previamente, muitas dificuldades são encontradas para se calcular o impacto dos programas nesse segmento. No DNOCS, por exemplo, teriam sido criados apenas 11.610 empregos diretos dos 115 mil inicialmente previstos⁴⁹. No caso do Polonordeste, o cálculo foi feito apenas no segmento agrícola, mesmo assim com dados estimados⁵⁰. O uso freqüente de dados estimados coloca em dúvida a credibilidade dos resultados apresentados nos relatórios do Ministério do Interior e da Sudene. O motivo é que em determinados pontos há indicações, em notas de rodapé, de que certos resultados foram obtidos utilizando-se de dados programados ou estimados e não realmente concretizados.

Quanto ao **Programa de Irrigação**, no quesito geração de empregos o programa teria apresentado resultados “extremamente frustrantes frente às expectativas geradas na concepção do programa e diante das metas estabelecidas nos diversos planos de governo para o Nordeste⁵¹”. A baixa velocidade na consecução do planejamento relativo ao I e II PND teria contribuído para a obsolescência do programa, culminando com desperdício de tempo e recursos ensejando a realização de novos estudos de planejamento e coleta

⁴⁸ Utilizo o conceito de *desocupação* no mesmo sentido empregado por BARREIRA, César, ou seja, no Nordeste não se pode considerar que em períodos normais as pessoas estejam empregadas, mas sim ocupadas. Portanto, a seca não gera desemprego e sim desocupação. BARREIRA, 1991.

⁴⁹ MINTER/SUDENE. Avaliação do Polonordeste e Projeto Sertanejo, Fortaleza, 1985 p. 95 a 97. No caso da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), além do número reduzido de empregos gerados, de acordo com o relatório de Avaliação, “em diversos projetos foram desalojadas um grande número de pessoas com a conseqüente destruição de empregos”.

⁵⁰ MINTER/SUDENE. Avaliação do Polonordeste e Projeto Sertanejo, Fortaleza, 1985. p.119. O número aproximado de empregos gerados – em torno de 610.500 - foi obtido através da utilização da seguinte fórmula matemática: tomando-se a área trabalhada* e multiplicando pelo número de homem-dia** obteve-se o número total de dias trabalhados por ano. Dividindo-se este valor pelo número de dias que um empregado pode trabalhar por ano***, chega-se ao número de empregos gerados.

⁵¹ MINTER/SUDENE. Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação. Fortaleza, 1985. p. 111.

de informações, elevando conseqüentemente os custos e expondo o programa à críticas. De acordo com a Sudene, a demora na realização dos estudos de reconhecimento e a necessidade de se obter urgentemente as metas previstas, deu margem à queima de etapas na passagem das análises de reconhecimento para as de viabilidade, constatando-se que em muitos perímetros não foram realizados os Planos Diretores. Durante mais de uma década de atuação o programa “só foi capaz de colocar em operação cerca de 40 mil hectares (inclusive 15 mil hectares no segmento de empresas da Codevasf), assentar pouco mais de 5.000 famílias em áreas de colonização e criar 24 mil empregos diretos⁵²”.

Não obstante, quando o assunto é desempenho da irrigação muitos cuidados precisam ser tomados. Tanto no segmento de irrigação quanto no de obras hídricas é preciso se ater ao âmbito da transformação social que tais investimentos possam ensejar. CARVALHO (1988) analisa de forma detalhada a questão da irrigação apontando o caráter conservador dos programas elaborados com esse fim. Tais programas teriam como premissa básica a manutenção do sistema de propriedade e uso das terras. Para o autor, a atuação do Estado na região é feita de modo a não contrariar os interesses dominantes e, ainda, propiciar o maior volume de ganhos para os proprietários de terra. Isso é feito, por exemplo, através da defesa da pequena irrigação privada tornando desnecessária a desapropriação das terras irrigáveis. As áreas no Vale do São Francisco onde se desenvolve a fruticultura irrigada são outro exemplo de projeto que recebeu pesados investimentos públicos e que acabaram sendo apropriados por empreendimentos empresariais perdendo, dessa forma, o seu principal objetivo que inicialmente era de *interesse social* (grifo do autor). Para CARVALHO (1988) as próprias leis que regem a irrigação precisam ser modificadas tendo em vista este fim e,

⁵² MINTER/SUDENE. Avaliação do PROHIDRO e do Programa de Irrigação. Fortaleza, 1985. p. 111.

para tanto, é necessário que se mexa na estrutura agrária, na estrutura de poder e na estrutura produtiva⁵³. Sem contar que um projeto que vise a transformação da região exige recursos que, para o autor, têm sido sempre singelos.

Com relação aos produtores assistidos pelo **Projeto Sertanejo**, não há consenso quantos aos números. Isso fez com que o dado fosse inferido, vinculando-o ao número de mutuários com projetos de investimentos contratados – em torno de 14.500 – admitindo-se como beneficiário direto “o agropecuarista que tenha contratado uma operação de crédito de investimento respaldada em projeto de transformação de sua propriedade..⁵⁴”. Já os trabalhadores rurais sem terra, excluídos do programa com o argumento de que antes deveriam ser beneficiados com ações fundiárias - a ser executada pelo INCRA, uma vez que o Projeto Sertanejo não contemplava ações de natureza fundiária -, tudo indica que continuaram excluídos, pois, durante toda a vigência do programa apenas 146 operações de crédito fundiário teriam sido registradas. Isso, sem contar que o que consta sobre ações fundiárias se refere à regulamentação de documentos e não de Reforma agrária propriamente dita. Pois, segundo o Relatório de Avaliação não havia recursos disponíveis para este segmento: “a pequena expressividade dos produtores sem terra entre os inscritos, certamente não decorre de desinformação ou desinteresse pelo Programa, mas sim de uma advertência quanto à inexistência de recursos para crédito fundiário, o que logo os desestimula a formalizar suas inscrições⁵⁵”.

Ainda com relação ao **Projeto Sertanejo**, os dados⁵⁶ relativos à Área Cultivada Assistida e Assistência à Pecuária mostram que a área destinada para pecuária é mais que o dobro da destinada a lavouras. Além disso, a área irrigada, apesar de pequena,

⁵³ Para maiores detalhes ver: CARVALHO, Otomar. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988. Capítulo 6, p.334 a 409.

⁵⁴ MINTER/SUDENE. Avaliação do Polonordeste e Projeto Sertanejo. Fortaleza, 1985. p.241.

⁵⁵ Op. Cit. p. 244.

⁵⁶ Dados do último trimestre de 1982.

também é maior para pecuária que para as lavouras: sendo 9.149 e 4.185 hectares, respectivamente. Como se vê a ênfase dos programas é a *modernização agrícola*. Os pressupostos exigidos para obtenção dos benefícios, como a propriedade da terra e que esta ainda seja passível de desenvolvimento e valorização, já excluem deliberadamente os segmentos que mais sofrem os efeitos de uma seca que são os trabalhadores sem terra, parceiros, assalariados e pequenos proprietários⁵⁷. Além disso, a *modernização na agropecuária*, como demonstra CARVALHO (1988), acaba atraindo capitais para a região favorecendo a expansão das propriedades e, conseqüentemente, a concentração da posse da terra.

Enfim, não se pode dizer, por exemplo, que programas como Polonordeste e Projeto Sertanejo desviaram de seus objetivos. Na verdade, seus objetivos estavam claramente definidos: modernização da infra-estrutura agrícola e transformação da agropecuária tradicional em economia de mercado. Apesar das seguidas redefinições e aparente tentativa de incorporação dos setores excluídos - talvez até mesmo devido a pressão dos efeitos das secas – os resultados confirmam que, de longe, o melhor desempenho do programa foi na realização de obras de infra-estrutura física.

No caso do Polonordeste, acredito que as conclusões a que chegou CARVALHO (1988) dêem conta do que realmente foi este programa. Segundo o autor, “ o programa foi pensado de forma a tirar partido das melhores regiões naturais do Nordeste, do ponto de visto dos recursos de solo e água... ..é fácil perceber que o Polonordeste foi executado de forma a atender em caráter prioritário zonas de produção agropastoril onde a renda diferencial I (por fertilidade e localização) e diferencial II (resultante da intensificação do processo de produção em bases capitalistas) tende a ser mais elevada, por conta da realização de investimentos públicos, a fundo perdido, como ocorre em

⁵⁷ Para Otomar de Carvalho a única diferença entre sem-terra e pequeno proprietário é que o pequeno proprietário, por ter a terra, tem cidadania, tem uma dignidade que a posse da terra dá. Documentário sobre a seca realizado pela TV Senado: Vermiculita. Especial seca – O Sertão, a Luta, a Gente. 2001.

especial nos Vales Úmidos, nas Serras Úmidas e Tabuleiros Costeiros⁵⁸”. Em vista disso, ainda segundo esse autor, a reestruturação fundiária pretendida por este programa não foi levada adiante: “não podia ser de outra forma, pois as terras beneficiadas pelo programa passaram a ter seu preço (de arrendamento ou de venda) elevado de forma fictícia, em virtude da especulação dos grandes proprietários, fossem eles tradicionais (no sentido de antigos) ou novos (..os que vêm adquirindo terras no semi-árido nordestino, para expansão da pecuária, ou nas zonas de fronteira – oeste da Bahia, sul do Piauí e sul do Maranhão). A distribuição de terras no Nordeste, como decorrência da execução do Polonordeste ou do PROTERRA, (..) tem contribuído, em grande medida, mais para favorecer os grandes senhores de terra – que vendem as piores glebas e retêm as melhores, situadas no interior de seus latifúndios – do que como instrumento de apoio e emancipação dos produtores sem terra, aos quais têm sido vendidas terras mal localizadas, pouco férteis e, nem sempre, com acesso à água⁵⁹”.

Quando se refere ao PROHIDRO o mesmo autor diz que, como os demais programas criados a partir de 1979, este tinha como objetivo reforçar o conservantismo. Por um lado, aumentando a disponibilidade de água ao alcance dos proprietários de terras e seus agregados, por outro, serviam para valorizar as terras aumentando, desproporcionalmente ao investimento direto feito pelos proprietários, seu preço de arrendamento. “Em síntese, os benefícios de tais medidas prestaram-se para aumentar os lucros extraordinários dos proprietários de terras, sem que isso os obrigasse a arcar com custos financeiros reais, na exploração agrícola e pecuária⁶⁰”.

⁵⁸ CARVALHO, Otomar. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988. p. 246. Cabe lembrar que o referido autor participou da implementação de políticas no Nordeste, ocupando cargos públicos como: ex- Diretor da Assessoria Técnica da Sudene, ex-Secretário de Planejamento e Operações do Ministério do Interior, ex-Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará, ex- Coordenador de Planejamento Regional do Instituto de Planejamento da Fundação IPEA, da SEPLAN. Foi economista da Codevasf no período de existência do Ministério da Irrigação.

⁵⁹ Op. Cit. p. 247.

⁶⁰ Op. Cit. p. 293.

Ao tratar do Projeto Nordeste, que em 1982 incorporou programas que vigoravam na região, CARVALHO (1988) diz que a estratégia desse projeto tinha um apelo progressista uma vez que consistia em garantir o acesso à posse e uso da terra pelos pequenos produtores. Contudo, tal estratégia era conservadora uma vez que priorizava o semi-árido nordestino, local onde estão as piores glebas e espaço onde há uma menor resistência, por parte dos grandes proprietários, à desapropriação de suas terras - desde que o pagamento seja realizado em dinheiro. Tudo isso nos mostra o caráter conservador e concentrador dos programas de Desenvolvimento Rural Integrados, analisados. Estes ratificam o *status quo* existente uma vez que não tocam nas questões que de fato são importantes para a transformação das condições materiais de existência dos segmentos que mais sofrem os efeitos das secas. E além de não avançar na solução dos problemas, os programas implementados ainda têm reflexos negativos diretos tanto econômicos quanto socialmente.

Há ainda um problema considerado grave e que, segundo o Relatório de Avaliação atinge todos os programas de Desenvolvimento Rural: a questão dos recursos. De acordo com os relatórios de avaliação “trata-se das liberações do Governo Federal que sempre ocorrem com grande atraso e em quantidade bastante inferior ao comprometimento do Governo com relação ao Programa. Os recursos chegam fora de época e em quantidade inferior ao que foi estabelecido provocando uma séria limitação em sua aplicação⁶¹”. A constatação se estende ao segmento de créditos, e queixa-se também do modelo burocrático posto em prática que dificulta o acesso ao crédito aos agricultores de pequeno porte. Os graves efeitos da inflação e as alterações na política cambial também são motivos de reiteradas queixas por parte dos técnicos responsáveis pela execução dos programas. Pensando na questão, fiz um levantamento do volume

⁶¹ Relatório de Avaliação do POLONORDESTE e Projeto Sertanejo. Fortaleza: MINTER/SUDENE, 1985. p.124

gasto em cada um dos programas estudados, sempre atenta para a quantidade de recursos inicialmente programados e, de fato, liberados. Com base nos dados extraídos de Relatórios Anuais elaborados pela Sudene, o que se pode concluir é que realmente há uma grande defasagem entre recursos programados e liberados em todos os programas estudados. No levantamento realizado no período entre 1979 -1983 constatei que, em pelo menos três dos quatro programas estudados⁶², - já que não consegui dados para o Programa de Irrigação -, a quantidade de recursos programados e efetivamente liberados em nenhum momento atingiu 100%.

Veja as tabelas a seguir:

TABELA 1 – POLONORDESTE – Desempenho Financeiro – recursos programados e liberados no período de 1979 a 1984

Ano	Programados	Liberados	%
1979	4.184.485	1.467.325	35
1980	5.924,2	4.445,4	75
1981	17.102,5	8.272,8	48,5
1982	37.239,000	31.023,100	83,3
1983 (2)	-	-	-
1984	240.924.750	147.646.779	61

Fonte: Sudene. Relatórios Anuais: 1979, 1980, 1981, 1982 e 1984. 2- não foi possível obter dados para o ano de 1983

O mesmo vale para o Projeto Sertanejo e para o PROHIDRO:

TABELA 2 – Projeto Sertanejo – Desempenho Financeiro – recursos programados e liberados no período de 1979 a 1984

Ano	Programados	Liberados	%
1979	945.798	328.313	34,7
1980	2.117,5	1.714,4	81
1981	4.000.000	2.716.839	67,9
1982 (1)	6.250.000	4.903.080	78,5
1983	-	-	-
1984	20.000.000 (2)	10.373.496	51,9

⁶² Projetos como o Polonordeste e Projeto Sertanejo recebiam apoio financeiro do Banco Mundial. Porém, “só após de realizada a despesa é que ocorre a liberação dos recursos elegíveis pelo BIRD que, no máximo, chegam a 31% do total. Desta maneira, observa-se um grande hiato entre o valor efetivamente comprometido, o realmente liberado pelo Governo Federal e o que é financiado pelo Banco Mundial”. Op. Cit., p.124.

Fonte: Sudene. Relatórios Anuais: 1979, 1980, 1981, 1982 e 1984.

Sudene 1- Abril 82 a Março de 1983. 2- Cr\$ 617.4 milhões destinados ao “Apoio administrativo ao programa” a cargo da Superintendência Adjunta Administrativa.

TABELA 3 – PROHIDRO - Desempenho Financeiro – recursos programados e liberados no período de 1979 a 1984

Ano	Programados	Liberados	%
1979	-	-	-
1980	3.400.000	2.318.770	69
1981	4.582.000	3.175.000	79,3
1982 (1)	13.515.500	11.008.050	81,5
1983	-	-	-
1984	25.000.000	15.325.495	61

Fonte: Sudene. Relatórios Anuais: 1979, 1980, 1981, 1982 e 1984.

1- Valores diferentes para Ab/82 a Mar/83: 14.025.300 7.659.800 54,6 1.000

Como se pode ver, há uma defasagem considerável entre recursos programados e efetivamente liberados. O destaque em termos de liberação se refere ao ano de 1982, coincidentemente um ano eleitoral. A não liberação integral dos recursos condiz com as constantes reclamações dos técnicos responsáveis pela implementação dos projetos.

A conclusão que se chega após a análise dos programas Desenvolvimento Rural Integrados é que as estratégias conservadoras e concentradoras são partes constitutivas desses projetos. A prioridade para os setores mais abastados é dada logo de início, ainda na fase de elaboração dos projetos. A indefinição dos beneficiários é uma brecha para a incorporação dos setores que detêm o poder econômico - representado na propriedade da terra - e, também, como instrumento para os que detêm ou almejam o poder político. Observe o vertiginoso processo de expansão ao qual foram submetidos os projetos, o que teria contribuído para a pulverização dos recursos e ausência de relatórios de acompanhamento tanto das realizações quanto dos gastos efetuados.

Fica evidente assim que os Programas de Desenvolvimento Rural Integrados analisados são norteados pelo princípio da *modernização conservadora*, havendo introdução do progresso técnico sem qualquer relação para com os aspectos sociais do desenvolvimento. Mais adiante veremos que essa constatação não se dá apenas no

âmbito da industrialização, como havia pensado de início, e nem só nos Programas estudados como verificado, mas do próprio Programa de Emergência implementado entre 1979 e 1983.

Não obstante, mesmo sabendo das deficiências e limitações dos programas analisados, tentei entender o significado da implementação destes programas na região do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. Pelo pesquisado, os quatro programas analisados teriam atuado nessas sub-regiões, porém, não foi possível identificar nem o local nem o que teria sido feito - ora os dados encontrados se referem aos estados, ora a órgãos responsáveis pela execução. Alguns dados são apresentados através de mapas, mas estes se referem apenas às áreas selecionadas inicialmente para atuação não havendo, posteriormente, dados sobre o que teria sido efetivamente realizado em cada área. Na pesquisa de campo realizada em junho de 2003 ainda procurei identificar placas ou inscrições que remetessem a tais programas, porém nada foi encontrado. Nas entrevistas também perguntei sobre tais projetos e todos disseram não ter conhecimento. A identificação por município só foi possível no Programa de Emergência executado no período de 1979 a 1983.

3 - CAPÍTULO III

Atuação da Sudene: críticas à política de industrialização

A industrialização é um dos exemplos de política governamental que não obteve avanços na solução dos problemas que historicamente afligem o Nordeste. Ao contrário, colocou a economia da região em posição de dependência e complementaridade com relação ao centro dinâmico da economia: o Centro-Sul. Priorizada na década de 1960 com a criação da Sudene e apropriada retoricamente como apanágio da solução dos problemas nordestinos, principalmente pelas elites que se revezavam no poder, a questão industrial no Nordeste tomou rumos distintos dos inicialmente preconizados. Seus resultados colocaram a região numa posição ainda mais subalterna especialmente com relação à região a mais desenvolvida do país.

Muitas críticas foram dirigidas às estratégias de desenvolvimento adotadas pela Sudene. Entre essas, está a do já citado OLIVEIRA (1977) mostrando como a intervenção do Estado, ao invés de trazer benefícios, teria acirrado ainda mais a desigualdade uma vez que atuou em descompasso com a realidade da região⁶³. Ao invés do desenvolvimento, o que se fez foi uma *modernização conservadora*. A crítica é bastante pertinente considerando que a principal forma de atuação da Sudene foi através da transferência de mega-indústrias do Centro-Sul para o Nordeste, viabilizada através dos incentivos fiscais do FINOR. Com isso, o que se pode ver é que a industrialização implementada difere completamente da que estava prevista no relatório do GTDN, que previa uma industrialização de base que pudesse utilizar os recursos existentes na região. De acordo com ARAÚJO (2000), a proposta de industrialização do GTDN era uma tentativa de “tirar a economia nordestina do Estado de letargia em que mergulhara

⁶³ OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)giao**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 24.

a partir da crise do seu complexo agroexportador, baseado na produção açucareira⁶⁴”. Tal proposta embasava-se na convicção de que “o setor industrial deveria, antes de mais nada, funcionar como elemento dinâmico da economia nordestina, (assumindo) ..o papel desempenhado em épocas anteriores pela atividade agroexportadora e de forma complementar e compensatória pelo setor público⁶⁵”. Tinha como objetivo principal “a intensificação dos investimentos industriais, visando criar, no Nordeste, um centro autônomo de expansão manufatureira”, incentivando: a) a indústria de base e b) as indústrias que aproveitassem matérias-primas regionais. Além disso, havia uma preocupação em modernizar o parque industrial já instalado (em especial, o parque têxtil), visando enfrentar a concorrência com as indústrias similares instaladas no Sudeste.

A preocupação com as indústrias da região demonstra que “o GTDN atribuía ao setor industrial o papel de criar uma base econômica ‘capaz de autopropagação’, ou seja, a atividade industrial teria a tarefa não apenas de funcionar como o novo foco de dinamismo, mas também de garantir maior autonomia ao crescimento regional”. Para ARAÚJO (2000) “a proposta era uma espécie de ‘industrialização substitutiva de importações’ para a região⁶⁶”. Havia mais dois papéis a serem desempenhados pela industrialização, a saber: redução do subemprego urbano (reconhecendo limitações) e criação de uma nova classe dirigente na região. Contudo, como acabamos de ver, a proposta do GTDN foi profundamente modificada. De fato a região experimentou nos últimos vinte anos um rápido processo de expansão e dinamismo industrial. O crescimento do setor alcançou taxas médias de 9% anuais. Sua produção industrial

⁶⁴ ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 143.

⁶⁵ Op. Cit. p. 144.

⁶⁶ Op. Cit. p.145.

creceu e diversificou-se, impulsionada pela política de incentivos fiscais e financeiros, praticada a partir dos anos 60⁶⁷.

No entanto, ao invés da indústria tradicional quem liderou no uso dos recursos foram as indústrias ditas “dinâmicas” – química, metalurgia, de minerais não-metálicos, de material elétrico e comunicações, de papel e papelão, localizadas sobretudo na faixa litorânea. Com isso, além de não se desenvolver a indústria tradicional da região essa ainda perdeu espaço no tocante ao Valor da Transformação Industrial da Região. O Nordeste que antes se caracterizava pela a produção de bens de consumo não-duráveis declina sua participação nesse setor, entre 1950 e 1975, de 83% para 48%. Enquanto isso, passa a experimentar um extraordinário desempenho nos segmentos produtores de bens intermediários “que, ao absorverem quase 60% dos investimentos realizados pelos sistemas de incentivos fiscais e financeiros, aumentaram sua importância, de 16% para 41%, no Valor da Transformação Industrial da região⁶⁸”. Como se pode ver “a estrutura da produção industrial no Nordeste mudou, uma vez que o crescimento recente foi conduzido pelos segmentos não-tradicionais da indústria nordestina”. Com isso, “necessário se faz identificar a natureza desse crescimento e tentar perceber a função que assume o Nordeste no contexto da atual divisão inter-regional do trabalho industrial no Brasil⁶⁹”.

Para ARAÚJO (2000) o crescimento no Nordeste é marcado por duas características: dependência e complementaridade. Dependência em relação à expansão industrial brasileira liderada pelo Sudeste; dependência de recursos devido ao instrumento de política utilizado (incentivos fiscais) - já que a maior parte das empresas do país se encontra no Sudeste; dependência de mercados uma vez que, nas indústrias

⁶⁷ Op. Cit. p.145.

⁶⁸ Op. Cit. p.146.

⁶⁹ ARAÚJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p.146.

incentivadas, a maior parte da produção é destinada a mercados extra-regionais e, dependência no fornecimento de insumos, pois, compra-se quase metade (48%) de seus insumos fora, mostrando a débil ligação à base de recursos da região o que acaba reduzindo em muito o poder de difusão de efeitos dinâmicos sobre o Nordeste resultante do crescimento industrial. Há ainda dependência em relação à oferta extra-regional de equipamentos: do total de equipamentos instalados até 1978, apenas 4% provinham do Nordeste, 60% de outras regiões (Sudeste especialmente) e 36% adquiridos no exterior⁷⁰.

Dessa forma, o Nordeste se transforma em mercado para o segmento da indústria brasileira produtora de bens de capital, localizado no sudeste, mercado para a produção de insumos e para a produção de bens de consumo duráveis que são adquiridos pela classe de maior poder aquisitivo do Nordeste⁷¹. Reforçando o caráter de complementaridade o estudo mostra que os agentes da industrialização nordestina são sobretudo extra-regionais, o que, de novo, contradiz com expectativa do GTDN: “são os principais grupos econômicos, já instalados no Sudeste, que se estendem em direção ao Nordeste, utilizando as vantagens do sistema de incentivos. Quem se dirigiu para o Nordeste foram grandes empresas, nacionais e multinacionais, já atuantes no mercado brasileiro⁷²”. Esses dados revelam “os principais beneficiários do crescimento industrial recente do Nordeste: as grandes empresas, o grande capital, nacional e multinacional (...)”⁷³. Com isso, o que se pode concluir é que os efeitos da industrialização não são de mão única: se por um lado beneficiou apenas o grande capital, por outro teve impacto negativo sobre a economia da região uma vez que não propiciou o desenvolvimento da

⁷⁰ ARAÚJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p.147.

⁷¹ Op. Cit. p. 149.

⁷² Op. Cit. p. 149.

⁷³ Op. Cit. p.149.

indústria de base e, além disso, provocou uma redução na utilização dos recursos aí existentes.

Contudo, além da crítica ao modo como se deu a industrialização no Nordeste é preciso pensar também novas formas de desenvolvimento que não seja somente através da industrialização. Como se sabe, a industrialização sempre foi apontada como solução para os países subdesenvolvidos e muitos foram os que depositaram grandes esperanças nessa forma de desenvolvimento. Entretanto, de acordo com economista sueco Gunnar Myrdal (1979)⁷⁴, quando se trata de países subdesenvolvidos esse papel não pode ser atribuído apenas à industrialização. “Não que não se deva investir na indústria, até porque esta é particularmente importante em países com elevada razão população/terra. Além disso, sem a industrialização progressiva dos países subdesenvolvidos torna-se impossível evitar a distância crescente entre países ricos e pobres⁷⁵”. No entanto, veremos que é preciso conjugar o desenvolvimento industrial com outros segmentos, principalmente a agricultura. De acordo o autor, em primeiro lugar nem mesmo um processo de industrialização mais rápido do que o alcançado pela maioria dos países subdesenvolvidos proverá emprego suficiente para a força de trabalho subutilizada nestes países. Mesmo quando se dispõe de recursos de capital de inversão e humanos – estes sempre limitados – e estes se invertem em indústrias muito modernas, de grande escala, a demanda adicional de mão-de-obra será pequena. Ademais, quando a industrialização atinge um estágio em que a racionalização de mão-de-obra se impõe ou quando já não podem competir com indústrias novas, estas mais liberam mão-de-obra do que empregam. Ainda no tocante à industrialização a experiência teria mostrado que países coloniais que receberam grandes impulsos de industrialização acabaram por gerar

⁷⁴ Ver MYRDAL, Gunnar. **Rutas de desarrollo**. In Theodor SHANIN. *Campesinos y sociedades campesinas* (Trad. De Eduardo L. Suárez) Mexico, Fondo de Cultura Economica (1979) 404 p. (El Trimestre Economico, Lecturas, 29). Págs 368 a 375.

⁷⁵ Op. Cit. p. 368.

enclaves estranhos e isolados. Esse fato deveria constituir uma prevenção para os países subdesenvolvidos já que um impulso à industrialização pode fornecer como resultado a construção de pequenos enclaves dentro de uma economia muito maior, que permanece atrasada e estancada. Essa discussão sobre a importância da industrialização, a desmistificação quanto a sua capacidade tanto de gerar desenvolvimento imediato quanto empregos e, ainda, a necessidade de conjugação com outras atividades é extremamente relevante para a discussão das questões nordestinas. Como a industrialização na sua fase de implantação e ainda por algumas décadas gera poucos empregos e há um incremento demográfico crescente, MYRDAL (1979) aponta que o setor que necessariamente deverá absorver este incremento de mão-de-obra é a agricultura. Reforçando a tese de MYRDAL e algo que também já estava previsto no GTDN, é preciso aliar à indústria as atividades agrícolas e, no caso do Nordeste, buscando aproveitar as condições climáticas e os recursos disponíveis, considerando é claro, as especificidades da região.

4 - CAPITULO IV

1- Caracterização e críticas ao Programa de Emergência praticado entre 1979 e 83

Como já foi visto até aqui, os programas de Desenvolvimento Rural Integrados e a industrialização não propiciaram transformações efetivas visando melhorias nas condições de vida das populações que habitam o semi-árido nordestino. Os programas elaborados para a década de 1970 estavam atrelados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento que se estendia a todo o país. Nesse caso, apesar do Nordeste ter sido incluído, pelo menos aparentemente, o que se pode pensar é que, de fato, não havia uma preocupação com as necessidades e especificidades da região. A própria constituição de 1967 já demonstrava isso uma vez que não dedicara nada de específico às secas, suprimindo ainda a vinculação de qualquer percentual da receita pública ao problema, garantida nas constituições de 1934 e 1946. A própria dinâmica em que operaram marcadas por constantes definições e redefinições, tanto nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e principalmente nos próprios programas em vigor, demonstram o despreparo para lidar com a questão. Isso, sem se caracterizarem por programas de socorro ou emergenciais que sempre utilizam a seu favor o caráter de urgência como forma de justificar gastos elevados e resultados pífios.

Dito isso, passo agora averiguar como atuou o Programa de Emergência que, inclusive com algumas modificações, fora implementado no período de 1979 a 1983. Antes porém, quero apenas mencionar que ao longo da história muitos tem se dedicado a estudos visando prever a chegada de uma seca. A de 1979 a 1983 havia sido prevista pelo Centro Técnico Aeroespacial (CTA), sediado em São José dos Campos, que alertava da ocorrência de uma grande seca no Nordeste⁷⁶. A previsão era de que a seca

⁷⁶ Em julho de 1978 um documento contendo dezoito páginas foi entregue aos governadores do Nordeste e ao então ministro do Interior, Rangel Reis alertando sobre um rigoroso período de seca na região. Revista Veja nº 751, janeiro de 1983. Porém, de acordo com Otomar de Carvalho até mesmo a existência

teria início em 1979 podendo durar sete anos. Entretanto, tal previsão foi considerada pessimista pelas autoridades que, além de não se interessarem pelo assunto ainda lhe atribuíram críticas severas. Desconsideradas as previsões do CTA só restava aguardar e a seca realmente teve início em 1979 e durou até maio de 1984 quando foram desativadas as frentes e dispensados os últimos 428.278 trabalhadores que ainda estavam alistados. Como nenhuma medida preventiva havia sido tomada, restava apenas colocar em andamento os tradicionais programas emergenciais com o cadastramento de milhares de sertanejos nas famigeradas Frentes de Emergência (de Serviço ou Trabalho).

Entretanto, cabe ressaltar que ao retornar às tradicionais Frentes de Emergência, o sertanejo pode perceber que algumas modificações haviam sido feitas. É que a partir de 1979 a Sudene fez algumas mudanças na sua forma de atuação, mais especificamente na escolha dos locais onde deveriam ser executados os trabalhos das Frentes. Até 1978 a Sudene atuava cadastrando a população para executar obras – geralmente hídricas e de infra-estrutura – em propriedades públicas e particulares. Cabe lembrar, que a execução de obras em propriedades particulares sempre foi motivo de críticas, já que essas acabavam por beneficiar apenas os proprietários de terras, na maioria das vezes os médios e grandes, inviabilizando o uso social da água. Porém, ao invés da Sudene procurar corrigir tais distorções, passou, a partir de 1979, a adotar a construção de obras em propriedades particulares como política oficial. Para VILLA (2000), essa foi uma “evidente demonstração de que inexistia não só qualquer plano de emergência para a região, como também um projeto para enfrentar e conviver com a seca⁷⁷”. Argumentando estar empenhada em reduzir os fluxos migratórios e exaltando

dessas previsões são favoráveis às oligarquias da região que utilizam tal argumento para ‘estender’ as secas a outras regiões e, com isso, continuar exigindo dos recursos da União.

⁷⁷ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. p. 221.

excelentes resultados que teriam sido alcançados em 1978 com a construção de obras em propriedades particulares, a Sudene resolveu estender “a nova sistemática de atendimento emergencial” para todo o Nordeste, incluindo-o no “Plano de Emergência Contra as Calamidades Públicas para 1979”. Tal programa se caracterizava da seguinte forma: “mudança total no atendimento ao flagelado”, que não precisava se deslocar a grandes distâncias para se empregar nas tradicionais “Frentes de Serviço”, permanecendo em seu “habitat”, executando trabalhos a nível de (sic) propriedades, a fim de torná-las menos vulneráveis às estiagens”. Quanto aos trabalhos, esses “eram, prioritariamente, a construção de pequenas barragens de terra ou alvenaria, cacimbas, canais de irrigação, construção de cercas, de silos trincheira e de construções rurais, além do desmatamento, destocamento de áreas para o plantio de forrageiras resistentes às secas, como a Palma Forrageira e o capim Buffel Gress⁷⁸”. Resumia-se em duas linhas de ação: a) assistência ao trabalhador rural a nível de (sic) propriedade; b) obras públicas e comunitárias (açudes, estradas vicinais, campo de pouso, limpeza de canais dos perímetros de irrigação, poços e outros).

Segundo a Sudene grande entusiasmo cercava a adoção desse programa. A medida “obteve a maior receptividade junto às classes empresariais, rurais e políticas, merecendo, por outro lado, o total apoio do MINTER⁷⁹”. Tal atitude não era de se estranhar uma vez que beneficiava diretamente os proprietários de terra, com melhorias significativas nas médias e grandes propriedades. Apesar dos formuladores dizerem crer que o programa beneficiaria prioritariamente o mini e pequeno produtor - além do parceleiro, renteiro, morador e assalariados rurais -, veremos que não é bem isso que acontece. De início já podemos perceber que quem não tem terra não será beneficiado com obras. No máximo, os que conseguirem se alistar terão ocupação com baixos

⁷⁸ MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na Grande Seca de 1979 – 1983. Fortaleza, Novembro – 1984. p. 8.

⁷⁹ Op. Cit. p.8.

salários enquanto o governo estiver bancando ou financiando as obras das frentes. Ao atrelar os critérios para a alocação dos recursos ao tamanho das propriedades o que podemos perceber é que quanto maior a propriedade maior será o dispêndio de recursos por parte da União. Com isso, quem tem mais se beneficia mais.

Observe que o critério utilizado para a alocação dos recursos é o mesmo adotado no Projeto Sertanejo. As propriedades são classificadas em quatro estratos, segundo seu tamanho:

1) Propriedade abaixo de 20 ha⁸⁰, permitia alistar até cinco trabalhadores rurais, inclusive familiares e donos das propriedades, assumindo o Governo Federal o custeio a fundo perdido da mão-de-obra empregada. (Em 1980/81 fora modificado: seriam atendidas propriedades abaixo de 50 ha, porém reduziu-se de 5 para 3 o número de trabalhadores custeados pelo governo).

2) Propriedade de 21 a 100 ha, permitia alistar até dez trabalhadores rurais, inclusive familiares e donos das propriedades, assumindo o Governo Federal 80% do custeio da mão-de-obra empregada, enquanto os 20% restantes eram contribuídos pelo proprietário da terra, inclusive com sua força de trabalho. (1980/81 também modificado: teria sido oferecido crédito de emergência para custear a mão-de-obra necessária em propriedades entre 51 a 100 ha).

3) Propriedade de 101 a 500 ha, o Governo Federal assumia 70% das despesas a fundo perdido com a mão-de-obra e os 30% restantes por conta do proprietário, que poderia dispor de uma linha de crédito de emergência, com juros de 2% ao ano, carência de 6 anos e 20 anos para amortizar.

⁸⁰ 1 hectare equivale a 10.000m, ou seja, o tamanho de um quarteirão uma vez que este tem como medida padrão 100m².

4) Propriedade acima de 500 ha, com a participação de 50% do Governo Federal a fundo perdido com a mão-de-obra e os 50% restantes por conta do proprietário, que também dispunha da mesma linha de crédito de emergência⁸¹.

Como podemos observar quanto mais aumenta o tamanho da propriedade mais aumenta os gastos federais já que, mesmo pagando apenas 50% da mão-de-obra empregada, esse valor aumenta em muito considerando uma propriedade de 500 ha ou mais. Além disso, existem ainda as vantagens das linhas de crédito a juros baixos e prazos longos que são oferecidas apenas para proprietários que possuem mais que 100 hectares. A respeito dos créditos, os documentos elaborados por Mario Andreazza, na época ministro do interior, solicitando verbas ao Conselho Monetário Nacional para as secas já explicitavam os destinatários acima citados⁸². Além disso, CARVALHO (1988) cita estudo de TAVARES e MUNHOZ⁸³ mostrando como “o subsídio ao crédito rural é um instrumento dispensável por uns e desejável por outros⁸⁴”. O autor dá ênfase a um estudo produzido pelo Banco Central⁸⁵ mostrando que os maiores beneficiados pelo crédito subsidiado são os grandes proprietários.

Entre os anos de 1980 e junho de 1981, após ser caracterizada a continuidade da seca, a estratégia de atendimento ao trabalhador rural teria sido parcialmente alterada, porém, a essência do programa de emergência teria sido mantida. Houve modificações apenas nas instituições responsáveis pela execução do programa e também na classificação das propriedades, mas apenas nos dois primeiros estratos: no primeiro caso seriam atendidas agora propriedades abaixo de 50 ha, porém reduziu-se de 5 para 3 o

⁸¹ Op. Cit. p.11.

⁸² SEPLAN. O Governo e as Secas. Série Documentos Sociais. Brasília, 1980. p. 18 a 20.

⁸³ TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Maurício Dias (Org.). A economia política da crise; problemas e impasses da política econômica brasileira. Rio de Janeiro, Vozes/ Achiamé, 1982 p. 48. MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia agrícola; agricultura – uma defesa dos subsídios. Petrópolis: Vozes, 1982 (capítulo VI).

⁸⁴ CARVALHO, Otomar. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988. p.249.

⁸⁵ BRITO, Adilson M. et. ali. Subsídios creditícios; primeira parte- crédito rural. Brasília, Banco Central do Brasil, 1979, p. 9-15 xerox.

número de trabalhadores que seriam custeados pelo Governo. No segundo caso, teria sido oferecido crédito de emergência para custear a mão-de-obra necessária em propriedades entre 51 a 100 ha. Quanto aos outros dois estratos nenhuma alteração é mencionada. Somente a partir de junho de 1981 é que a estratégia de atendimento teria sido alterada, “passando-se a evitar obras no interior das propriedades, exceto obras hídricas, onde os proprietários concordavam em permitir o uso da água pelas comunidades⁸⁶”. Teriam sido privilegiadas ações de interesse comunitário e coletivo. Porém, veremos posteriormente que até março de 1982, mais de 71mil propriedades foram beneficiadas com obras.

Em 1982 o Programa de Emergência sofre uma nova alteração. De acordo com a Sudene essas alterações ocorreram em virtude das precipitações irregulares que passaram a ocorrer em partes isoladas do Nordeste - mantendo porém a secas em alguns pontos, inclusive o Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. Assim, “o programa, a nível de (sic) propriedades” é substituído pelo *Programa de Obras Públicas*, usualmente denominado ‘Bolsões da Seca’, isto é, a existência de um pequeno Bolsão dentro de um município e de um bolsão maior dentro de uma região fisiográfica. Tal estratégia teria perdurado até 15.05.84 quando fora dado por encerrado o Programa de Emergência no Ceará. Segundo a Sudene, ao invés das obras em propriedades particulares os bolsões da seca se caracterizavam pela prioridade na construção de obras hídricas comunitárias. Contudo, como veremos mais adiante, CARVALHO (1988) afirma que tal mudança de estratégia visou apenas a atender interesses eleitoreiros nas eleições de 1982.

No caso do Ceará, de acordo com reportagem do jornal O Povo de julho de 1983, “ao contrário do ano passado, o Ceará é agora praticamente um só imenso Bolsão da Seca. 139 dos seus (141) municípios foram abrangidos pela programação

⁸⁶ MAGALHAES, Antonio Rocha et. ali. Organização governamental para responder a impactos de variações climáticas: a experiência da seca no Nordeste do Brasil. In Impactos sociais e econ. de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil. Fortaleza, 1991 p.36.

emergencial, à exceção de Fortaleza e Guaramiranga⁸⁷”. Porém, ressaltava a reportagem que os estudos para enquadramento da região metropolitana de Fortaleza e Guaramiranga estavam em andamento. Esses dados mostram que por mais que o governo federal e órgãos responsáveis pela execução do Programa de Emergência quisessem negar ou amenizar a continuidade da seca, visando o corte dos recursos enviados à região, sua incidência continuava brutal.

2 - Análise do Programa de Emergência implementado entre 1979 e 1983

Apesar do título do trabalho se referir às ações do governo federal no período entre 1979 e 1983, na verdade estamos interessados na ação do Estado brasileiro enquanto provedor de *políticas públicas* para um problema que se faz visível através de um fenômeno climático, mas que está fortemente vinculado à questão da organização e distribuição dos meios de produção e da organização da própria sociedade. É claro que o período estudado e anos finais da ditadura militar e momento de abertura e transição para o regime democrático, não podem ser desconsiderado na análise. Mesmo porque a década de 1980, terminado o período do crescimento a qualquer preço no final dos anos 70, foi marcada por graves e sucessivas crises econômicas, tendo como pano de fundo as mudanças relevantes no cenário internacional – reformas feitas por Ronald Reagan e Margaret Thatcher nos Estados Unidos e na Inglaterra no final dos anos 70 e inícios dos 80, respectivamente. Com uma ampliação da dívida externa, taxas de crescimento declinantes e inflação crescente – a inflação atingiu o percentual de 77% a.a em 1977 saltando para 223,8% em 1983⁸⁸ – o Estado tinha pela frente a tarefa de socorrer, em face da não adoção de medidas preventivas, milhares de nordestinos afligidos pela a maior seca do século XX.

⁸⁷ Jornal O Povo, Julho de 1983.

⁸⁸ SKIDMORE, Thomas. De Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro, 1988. p.488.

Com relação a intervenção federal no Nordeste, não obstante a observação de uma linha de evolução na concepção dos problemas nordestinos, de acordo com autores como Francisco de Oliveira e Otomar de Carvalho, quando se trata da implementação efetiva dos programas, não é bem isso que acontece. Para ambos, o Estado vem agindo de forma conservadora desde o início de sua intervenção⁸⁹. Para OLIVEIRA (1977) a Sudene “pareceu um caminho inovador em todos os sentidos [...] mas que o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. (Nesse sentido), ..a Sudene em suas formulações iniciais pensava muito mais um fortalecimento e expansão da burguesia regional que se somaria às demais frações da burguesia nacional e internacional no processo da expansão capitalista em todo o país⁹⁰”. Quanto ao DNOCS, o autor diz que o órgão fora capturado pela oligarquia agrária algodoeira-pecuária, dedicando, sobretudo, aos interesses de grandes e médios proprietários.

Para OLIVEIRA (1977), a intervenção do Estado na região é caracterizada por uma *modernização conservadora*, que corresponde à introdução do progresso técnico sem qualquer relação para com os aspectos sociais do desenvolvimento. Trata-se nesse sentido, de processo de penetração do capital no campo desvinculado das questões subjacentes às exigências impostas pelas mudanças das condições de subemprego, sub-remuneração e marginalização, a que é submetida a população que vive da agricultura (no Nordeste semi-árido ou fora dele). CARVALHO (1988) também coloca a questão da seca em segundo plano para examinar o modo como, historicamente, tem sido dado a forma de apropriação dos *meios de produção* e, também, a *reprodução da força de trabalho*. Segundo esse autor, para se entender a ação governamental no combate às secas, em fases evolutivas, é preciso levar em conta os estágios de acumulação de

⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma re(li)giao: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 9.

⁹⁰ Op. Cit. págs. 22 a 26.

capital, alcançados pela sociedade nordestina, ao longo do processo de formação econômica da região.

DUARTE (2002) desenvolve sua análise nessa mesma direção e afirma que “as dificuldades vividas pelos trabalhadores – pequenos produtores e assalariados rurais – encontram sua origem, não na seca, mas no crescente estado de pobreza que se forma a partir das próprias contradições do modo de produção capitalista. A compreensão do fenômeno da seca ultrapassa, portanto, os limites de uma visão localizada, que busca explicações em peculiaridades regionais⁹¹”. Nessa mesma linha temos os estudos de CARLEIAL e OLIVEIRA (1980) no qual reafirmam que “a permanente crise nordestina deve-se a fatores histórico-estruturais agravados pela natureza do crescimento econômico brasileiro contemporâneo. Portanto, consideramos pobreza e riqueza determinados concretamente pelas relações sociais estabelecidas entre homens no contexto capitalista⁹²”.

Tratando especificamente do **Programa de Emergência** praticado no período de 1979 a 1983 fica fácil constatar o que foi dito pelos autores acima. DUARTE (2002) analisa o que fora feito entre 1979 e 1980 do seguinte modo: “através das verbas liberadas para o socorro dos flagelados da seca que se inicia em 1979, os proprietários rurais inscritos puderam realizar obras no interior de seus imóveis, com vistas à melhoria da qualidade dos produtos e a um aumento da produção⁹³”. Para MAGALHAES (1980), as ações no interior das propriedades executadas entre 1979 e 1980, “apesar de provocar poucos movimentos populacionais, essa estratégia foi questionada sob seu aspecto social, na medida que correspondia a uma doação, pelo

⁹¹ CAVALCANTI, Clovis de V. e PESSOA, Dirceu M. A seca de 1979-1980: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco.Org. DUARTE, Renato. Fortaleza: Banco do Nordeste/ Recife: FUNDAJ, 2002 p 107.

⁹² In: MAGALHAES, A.R.; BEZERRA NETO, Eduardo (org.) *Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil*. Fortaleza, IOCE, 1991. p. 53.

⁹³ Op. Cit. p.105.

Governo, aos proprietários de terra, do trabalho realizado pelos empregados do Programa de Emergência. Embora resolvesse o problema no curto prazo, levava, no longo prazo, a um aumento da dependência dos trabalhadores em relação aos donos da terra⁹⁴”. Além disso, MAGALHÃES (1980) aponta a permanência de muitos problemas: “influência política clientelística na definição e execução das ações; centralização de decisão a nível dos órgãos federais; baixos níveis salariais; incompatibilidade com as ações de longo prazo; falta de participação das populações vulneráveis no processo decisório; desvio de objetivos, com apropriação de resultados por comerciantes e grandes proprietários de terra⁹⁵”.

DUARTE (2002), tendo como base uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, nos dois primeiros anos de seca, 1979 e 1980, fez uma análise do que fora o programa de emergência nesse período. Sem perder de vista sua tese do caráter diferenciado do impacto das secas sobre determinados segmentos sociais, o autor analisa o programa de emergência buscando seus possíveis elos de ligação com a realidade local e com as pessoas que a medida visa atender. A conclusão que se chega é que a intervenção do Estado é compreendida como parte de um conjunto de medidas que compõem a própria política de desenvolvimento econômico, adotada pelo governo brasileiro nos últimos anos. O autor percebe que existe uma relação entre Programas de Emergência e a política de modernização do setor agrícola que se constitui em incentivo à modernização das atividades agrícolas desenvolvidas na região semi-árida. **Diante disso, o que se pode pensar é que os proprietários de terra, especialmente os médios e grandes localizados em áreas onde há escassez de recursos como água e solos férteis, utilizam os períodos de seca para também conseguirem alguma**

⁹⁴ MAGALHAES, Antônio Rocha. Apud. p. 36.

⁹⁵ Op. cit. p.36.

modernização, agregando com recursos públicos, valores às propriedades. Veremos que foi exatamente isso que aconteceu na seca de 1979 a 1983.

Para DUARTE (2002), fica claro o limite dos benefícios que poderiam ser auferidos uma vez que o Programa de Emergência não considera os desníveis existentes entre os segmentos socialmente distintos que compõem a população que vive no semi-árido. Assim como os programas de Desenvolvimento Rural Integrados o **Programa de Emergência usa como requisito para inscrição dos beneficiários a propriedade da terra**, privilegiando inclusive propriedades acima de 100 hectares. Entretanto, já se sabe que os mais atingidos pelo flagelo são os lavradores sem terra e, sobretudo, os parceiros (o autor cita o trabalho de PESSOA e CAVALCANTI, 1973). Para DUARTE (2002) é um evidente interesse em proteger a propriedade da terra já que “a adoção de tal critério vem reforçar os desníveis existentes numa estrutura de classe que se afirma pela gradual expropriação dos pequenos produtores e que traz como consequência o assalariamento ou a expulsão para outras regiões⁹⁶”.

Ainda com relação aos critérios, novamente se repete o que ocorria com os programas estudados: os critérios não estão claramente definidos, são ambíguos ou inadequados: “os critérios de seleção das propriedades, os procedimentos necessários à criação das frentes de serviço no interior das propriedades, as normas relativas à fiscalização, pagamento, entre outras, não constam do Plano de Emergência [...] previsto para 1979⁹⁷”. Com isso o que se pode concluir é que, assim como os Programas Especiais, o Programa de Emergência também estaria beneficiando os médios e grandes proprietários, canalizando cada vez mais recursos para esses setores.

⁹⁶ O autor cita o trabalho de MARTINS (1980), que diz: “o quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarianização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não é proletarianizado necessariamente o trabalhador”.

⁹⁷ O autor faz referência ao seguinte documento: Sudene: plano de emergência conta as calamidades publicas. Recife, 1979.

De acordo com CARLEIAL e OLIVEIRA (1980) “historicamente todas as ações empreendidas pelo Estado no Nordeste, com o objetivo de combater os efeitos das secas, foram inteiramente capturadas pelo latifúndio e poder político local que privatizam os benefícios. Para os latifundiários, benefícios são obtidos na medida em que as obras e serviços realizam-se em suas propriedades, valorizando-as a um baixo custo salarial. Para o poder político local – prefeitos e vereadores – a alocação de recursos, sendo feita de forma clientelística, implica em garantias de votos, manutenção dos chamados ‘currais eleitorais’ o espaço aberto para a corrupção generalizada⁹⁸”. Assim, as implicações das ações do Estado e da forma como são realizadas tem reflexos negativos e diretos nos setores, historicamente, mais atingidos e castigados pelos efeitos das secas. Os desdobramentos podem ser vislumbrados nas mais variadas formas de sofrimento a que são submetidos: fome, sede, doenças, prostituição, violência, humilhações, culminando em muitos casos com a morte ou com a migração forçada para outros espaços dentro da região Nordeste ou outras regiões do país. É com esse referencial teórico que passo agora a analisar como a intervenção governamental repercutiu no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns.

⁹⁸ CARLEIAL e OLIVEIRA. Impactos da seca sobre as condições ocupacionais nas áreas urbanas e rurais do Ceará na década de 80. p. 68.

5 - CAPÍTULO V

1 - O Sertão Central e o Sertão dos Inhamuns entre 1979 e 1983

É na região semi-árida do Ceará que se encontra nosso objeto de estudo: o Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. Essas duas sub-regiões são compostas atualmente por 37 municípios, entretanto, em 1980 existiam apenas 26 e é como esse número que iremos trabalhar. De acordo com a classificação feita pela Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE)⁹⁹ em Macrorregiões de Planejamento, no **Sertão Central estão 14 dos municípios estudados:** Boa Viagem, Canindé, Caridade, General Sampaio, Itatira, Mombaça, Paramoti, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Santa Quitéria, Senador Pompeu e Solonópole. Já no **Sertão dos Inhamuns estão os outros 12 municípios:** Aiuaba, Arneiroz, Crateús, Independência, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Parambu, Poranga, Tamboril e Tauá. Esses municípios foram selecionados para estudo por serem os mais atingidos pelos efeitos da seca.

Vale ressaltar que, na pesquisa, apesar de referir o tempo todo à seca ocorrida entre 1979 e 1983, não se deve entender por isso um caráter de uniformidade. Houve variações no regime de chuvas que ora amenizaram e ora extremaram os efeitos da seca. De acordo com a Sudene, no ano de 1979 a estiagem não teria sido generalizada, porém, os baixos índices pluviométricos registrados na região semi-árida – especialmente nos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns – já mergulhara a frágil economia da região em colapso. O feijão, por exemplo, teve a produção reduzida em 70% em relação a 1978. Em abril de 1979 já eram 3 milhões de pessoas afetadas pela seca. Inicialmente o governo federal teria liberado 100 milhões de cruzeiros, o que significava Cr\$33,33 para cada pessoa atingida. Como a quantia representava muito

⁹⁹ Para o IBGE alguns destes municípios formam algumas microrregiões, porém, para nosso estudo, optamos por tratar individualmente cada um dos municípios.

pouco diante do problema que enfrentavam, teve início uma onda de invasões de cidades com 41 municípios invadidos no Sertão Central e Sudoeste do Ceará. Quixeramobim - no Sertão Central – fora a primeira cidade a ser invadida tendo o posto da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) saqueado. A população da cidade percebeu a gravidade da situação e passou a trancar portas e janelas. Os flagelados que no dia anterior haviam saqueado o posto da COBAL retornaram em maior número no dia seguinte ameaçando realizar novos saques caso nenhuma providência fosse tomada. A situação foi controlada já era quase meia noite com a presença do Prefeito de Quixeramobim e do Secretário de Agricultura, Otomar de Carvalho, que na época constatava: “o problema aqui é a pobreza”.

Após as invasões a Sudene realiza a primeira reunião visando reativar as Frentes¹⁰⁰. No final de maio o presidente João Figueiredo participa de reunião da Sudene em Recife, anuncia cinco medidas para o Nordeste, mas a questão da seca não aparece entre as medidas anunciadas. Em setembro, Bispos e até mesmo o Secretário de Agricultura, Otomar de Carvalho, diziam que os recursos destinados à assistência aos flagelados eram insuficientes. Na época o coordenador do Grupo Especial de Assistência às Calamidades Públicas do Nordeste (GEACAP) dizia que os recursos – 2,4 bilhões gastos até o momento – era quantia nada desprezível. O problema, segundo o coordenador, é que a população aumentou e a migração de nordestinos diminuiu¹⁰¹.

Em outubro de 1979 novamente Figueiredo visita o Nordeste. Foi a favelas e falou a empresários mas nenhum destaque foi dado à questão da seca. Em novembro daquele mesmo ano era anunciado que o Plano de Emergência previa a construção de 350 açudes públicos e 1.000 particulares. Os Bispos da Igreja Católica deram início às denúncias de que as frentes beneficiavam grandes proprietários além de gerar

¹⁰⁰ Veja nº 556. 25 de abril de 1979.

¹⁰¹ Veja nº 576. 19 de setembro de 1979.

dificuldades futuras para trabalhadores sem terra, eliminando a prática do arrendamento, por exemplo. Segundo os Bispos “benefício a médios e pequenos proprietários não tem ocorrido. Falta-lhes informação para obtenção dos recursos oficiais e, fundamentalmente, disposição dos Bancos para atendê-los¹⁰²”. Os próprios técnicos e economistas da Sudene reconheceram na época que os projetos de emergência dificilmente transcendem preocupações imediatistas, sendo abandonadas com as primeiras chuvas, evidenciando uma preocupação equivocada dos verdadeiros problemas da região.

Em 1980 a estiagem se generalizou atingindo todo o estado do Ceará. As chuvas se concentraram apenas no mês de fevereiro, frustrando as safras. As Frentes de Emergência tinham sido desativadas e as ameaças de invasão e saques recomeçaram no mês de maio. O governador do Ceará, temendo as invasões, despachou seu secretário de agricultura numa maratona pelo interior levando o seguinte recado: “ fiquem calmos que a emergência vem aí¹⁰³”. No final de maio o aguardado estado de emergência fora oficializado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico que tinha como meta destinar ao Nordeste 2,6 bilhões. A primeira, das três alterações parciais, consecutivas e anuais, era realizada no Plano de Emergência, inclusive, incorporando o Promovale e o Projeto Sertanejo. Na época Andreazza dizia que “o plano fornecerá recursos a fundo perdido para atender trabalhadores de propriedades de até 100 hectares e financiamento especiais para as propriedades maiores”. Em novembro 800 caminhões-pipa já estavam atuando no Nordeste e, paralelo a distribuição, particulares lucravam comercializando latas d’água de 20 litros. De acordo com a revista Veja as bodegas haviam aumentado os preços dos produtos em mais de 50% e os trabalhadores reclamavam dos constantes

¹⁰² Veja nº 584. 14 de novembro de 1979.

¹⁰³ Veja nº 612. 28 de maio de 1980.

atrasos no pagamento nas Frentes. Em novembro de 1980, sem ter uma proposta efetiva para o Nordeste, Andreazza traz à tona a velha idéia de transposição do São Francisco.

Em 1981 ocorreu situação semelhante, a diferença é que as chuvas se concentraram em março. Rumores de que as Frentes seriam desativadas fez com que os saques recomeçassem no início de maio. O governo federal chegou a desativar as Frentes mesmo contrariando os governadores nordestinos. Na época, o governador da Paraíba se recusou a dispensar os trabalhadores alistados. Em junho de 1981 a segunda alteração parcial é realizada no Plano de Emergência, numa evidente demonstração de que o governo não sabia o que fazer com a população castigada. O governador do Piauí manifestava temor de que o Novo Programa não estivesse bem caracterizado e sem recursos definidos¹⁰⁴.

Em 1982 foram registrados baixos índices pluviométricos, mas houve boa distribuição das chuvas. Porém, como as chuvas foram finas, não houve acúmulo d'água nos reservatórios. A Sudene, no entanto, limitou-se a classificar de 'satisfatórios' os índices pluviométricos, não precisando as cifras colhidas em cada região. Com isso, em 31 de maio de 1982 fora encerrado simbolicamente o Plano de Emergência. Valfrido Samilto, superintendente da Sudene, dizia na ocasião que "a volta das chuvas torna esse tipo de assistência dispensável". A análise feita pelo Instituto Nacional de Meteorologia do Ministério da Agricultura indicava, entre janeiro e abril, um déficit hídrico em vários estados. Em alguns locais choveram apenas 10 dias. Para um agrônomo de Pernambuco era a conhecida *seca verde*¹⁰⁵ que tantas desilusões já trouxe ao Nordeste. A decisão de encerrar as Frentes provocou uma onda de protestos. Em agosto o governo criava o

¹⁰⁴ Veja nº 667. 17 de Junho de 1981.

¹⁰⁵ A seca verde ocorre quando as chuvas, escassas e mal distribuídas, são suficientes apenas para fazer brotar o pasto, mantendo a atividade agrícola inviável. No entanto, a melhora da paisagem nas áreas secas em muitos momentos tem se mostrado suficiente para os governantes desativarem as Frentes de Emergência, deixando o trabalhador sem colheita e sem os precários recursos com os quais sobrevive nos períodos secos.

Programa de Obras Públicas, os chamados Bolsões da Seca. Em fins de 1982, depois de quatro anos de seca, a Sudene dava início à construção de cisternas e poços amazonas visando racionalizar e democratizar o uso da água. Ao todo teriam sido construídos 372 poços.

Em janeiro de 1983 Andreazza e Samilto reconheceram a validade do relatório do CTA. Reconheceram também que construíram dezenas de açudes que ficaram vazios devido a escassez de chuvas. Enxergando aí o problema, ambos liberaram recursos para a compra de três aviões bandeirantes na tentativa de provocar chuvas artificiais. 1983 seria posteriormente considerado o pior ano de seca. Em muitos municípios cearenses as precipitações não alcançaram 300 mm. Os exemplos são dos municípios estudados: Tauá 227 mm, Quixeramobim 277, Canindé 290 mm, Boa Viagem 259 mm. Com isso não houve produção agrícola e nem acúmulo d'água nos reservatórios. Muitos açudes secaram e o lençol freático baixou muito. O colapso fora generalizado. Segundo informação da Sudene já no início do ano alguns municípios cearenses começaram a enfrentar problemas com abastecimento de água, inclusive nas próprias sedes. O colapso teve início em Tauá e Pedra Branca, sendo seguidos por Crateús, Novo Oriente, Senador Pompeu e Quixadá, todos no Sertão Central e Inhamuns.

Em março daquele ano a seca já atingia 63% do território nordestino, num total de 1.419 municípios. Os governadores eleitos em novembro de 1982 reclamavam das poucas verbas destinadas à região e pediam mais recursos para o Nordeste. Em junho a grande imprensa, inclusive localizada no Sudeste, começa a noticiar com mais ênfase os horrores que ocorriam na região. Segundo governadores nordestinos morriam mais de uma centena de pessoas, diariamente, em consequência da seca e as crianças compunham o maior contingente de vítimas. Muitas famílias faziam apenas uma refeição diária de arroz cozido com água e sal. Nem mesmo os bodegueiros tinham mais

o que vender, “ficavam no balcão às moscas, prateleiras vazias às suas costas, sem ânimo para ir embora, sem ter mais o que fazer ali¹⁰⁶”. No município de Boa Viagem – Sertão Central – muitas crianças morriam devido a miséria e desnutrição. Algumas, mesmo estando com sete meses, tinham como único alimento água – barrenta dos açudes - com açúcar. Outras, mesmo estando com quatro anos de idade pesavam apenas oito quilos e não sabiam falar nem andar. Tinham o tronco e a cabeça desproporcionalmente grandes em relação às pernas e o tórax pronunciado.

Em agosto de 1983 a revista *Veja* dedicou 15 páginas à questão da seca nordestina. A revista *Isto É* também deu ampla cobertura à questão, o mesmo acontecendo com os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Os relatos são de famílias inteiras, ou dos componentes que restaram, a caminho de outras cidades com destino incerto. Muitas perderam partes dos filhos devido à morte ou entregaram seus filhos a outros na esperança de que pudessem sobreviver. Meninos de 13 anos – mas com aparência de 7 - trabalhavam nas Frentes como arrimo de família uma vez que os pais haviam partido para outros estados em busca de trabalho. Homens, mulheres e crianças enfrentavam o trabalho pesado das Frentes, quebrando rochas, transportando terra e água o dia todo, às vezes, com apenas uma xícara de café ralo com farinha que tomavam de manhã. Há relatos de que desmaios e ‘tonteiras’ ocorriam com frequência nas Frentes devido à fome. Muitos mesmo estando alistados eram impedidos de comprarem nas bodegas. Famílias inteiras passavam semanas bebendo água e lambendo pedrinhas de sal, se alimentado de preás, rabudos (ratos), palma (usada para alimentação do gado) e o que mais conseguissem caçar¹⁰⁷. Nesse ano, muitas cartas foram elaboradas pelos Sindicatos Rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras pastorais, União das Mulheres Cearenses e até pelos próprios trabalhadores

¹⁰⁶ Veja nº 769. 01 de junho de 1983.

¹⁰⁷ Revista nº 780. 17 de Agosto de 1983.

denunciando as atrocidades cometidas nas Frentes e o estado de privação a que se encontravam submetidos.

Entre maio de 1983 e fevereiro de 1984 mais 34 municípios ficaram sem água, dez só na região estudada. Todos passaram a ter como única fonte de água os caminhões-pipa e jamantas que percorriam até 200 km da fonte ao destino. No final de 1983 até maio de 1984 a situação se agravou ainda mais. Diversas sedes municipais e zonas rurais passaram a depender exclusivamente dos caminhões-pipa. Nos municípios de Crateús e Nova Russas até trens foram utilizados para o transporte de água¹⁰⁸. No início de 1984 o Senador Lúcio Alcântara declarava à imprensa que se nada fosse feito haveria um genocídio na região. Em dezembro de 1983 estavam alistadas nas Frentes mais de dois milhões e seiscentas mil pessoas. Em fevereiro de 1984 mais de um milhão ainda continuavam alistadas. As chuvas só retornaram, com atraso, em março de 1984 quando os últimos trabalhadores – mais de quatrocentos mil - foram dispensados em 15 de maio daquele ano.

2 - O Aviltamento e a Fome nas Frentes de Emergência

“Aqui cê não vai escutá nada de bão não, só conto de coisa ruim”.
Entrevista com Maria da Natividade que não sabe sua idade mas que aparenta ter uns 65 anos. Zona rural de Barreiros, município de Novo Oriente.

A questão colocada por CARLEIAL e OLIVEIRA (1980) a respeito das Frentes de emergência é que estas “apenas ocupam precariamente os trabalhadores rurais no intuito de reter a família e impedi-los de migrar sem, no entanto, conceder-lhe emprego e salário que pelo menos reproduza suas condições de vida anterior à seca¹⁰⁹”. De fato, a política de ‘socorro’ praticada nos períodos secos não pode ser considerada nem ao

¹⁰⁸ Dados referentes ao Ceará: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na grande seca de 1979 a 1983. Fortaleza, 1984. p. 25.

¹⁰⁹ Op. cit. pág. 70.

menos um paliativo uma vez que, nem momentaneamente o problema é minorado. Pelo contrário, as ações executadas pelo poder público acabam submetendo as populações com muito mais intensidade. Outra função atribuída às Frentes elaborada por BARREIRA (1991)¹¹⁰ é de que a intervenção nos períodos de seca têm como principal finalidade evitar uma convulsão social na área. Apesar dessa finalidade estar citada inclusive nos próprios relatórios do governo federal, as invasões de cidades e o grande número de saques no comércio local ocorridos no período, demonstram o fracasso das frentes com relação também a esse fim. No período estudado, a ocorrência de saques foi marcante especialmente nos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. De um lado estava a população faminta tratada de forma irresponsável pelo Estado tentando através do saque saciar, mesmo que momentaneamente, a sua fome. Do outro, estava esse mesmo Estado agindo no sentido de coibir e impedir essas manifestações.

O plano de Emergência fora iniciado em maio de 1979 no município de Tauá – Sertão dos Inhamuns - um dos locais mais secos ou o mais seco de todo o Ceará. A média de chuvas nesse local é de 580 mm, porém em 1979 foram registrados apenas 370 mm. A situação de emergência fora reconhecida devido as invasões e saques ocorridos nos municípios atingidos. Os acontecimentos ganharam espaço inclusive na imprensa localizada no Centro-Sul. As causas mais imediatas das invasões e saques, segundo prefeitos e agricultores, seriam o plano de atendimento adotado pela Sudene nas propriedades da região – obras realizadas nas médias e grandes propriedades particulares, inclusive com exigência para o cadastro nas Frentes de documentos e fotos 3x4 que muitos nem conheciam¹¹¹.

¹¹⁰ BARREIRA, César. Seca: Reprodução do Poder e Rebelião. In Impactos Sociais e Econômicos de Variações Climáticas e Respostas Governamentais no Brasil. MAGALHAES, Antonio Rocha & BEZERRA NETO, Eduardo (Org.). Fortaleza: IOCE, 1991.

¹¹¹ Veja nº 555. 25 de Abril de 1979.

Na época, a reportagem da revista *Veja* se mostrava favorável ao Plano de Emergência praticado em 1979 como sendo uma forma de financiar as propriedades rurais vitimadas pelas secas. Os dados fornecidos na reportagem não condizem com o que fora realizado na região. Porém, a revista constatou que “ as propriedades de 100 a 500 hectares recebem 70% e financiam o restante; as que têm mais de 500 hectares recebem metade a fundo perdido e financiam a outra metade¹¹²”. Em apenas duas semanas após a instalação do plano, mais de 10.000 propriedades já estavam cadastrados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. De acordo com a Sudene entre abril de 1979 e maio de 1980, 59.780 propriedades foram beneficiadas. Só no Ceará foram 21.723. Entre maio de 1980 e maio de 1981 o número cresceu consideravelmente: foram 243.983 propriedades, 71.350 só no já referido estado.

Com as benfeitorias como açudes, barragens, cercas, plantio de pastos e etc. os proprietários conseguiram agregar valor a seus imóveis e com isso aumentar o preço da terra. Walfrido Samilto, na época superintendente da Sudene, dizia esperar atingir com o Plano os três objetivos da filosofia de emergência adotada: fixar o flagelado em sua região, realizar benfeitorias na própria região e reduzir os problemas sociais. Segundo ele, antes “os recursos a fundo perdido apenas evitavam que o flagelado passasse fome”. Não disse porém o superintendente que o programa implementado a partir de 1979 nem isso propiciava. Prova disso são os freqüentes depoimentos dos trabalhadores dizendo que o “melhor, para nós, eram as (antigas) Frentes. Agora, é o patrão quem se beneficia, com a ajuda do governo¹¹³”.

Com a abertura das Frentes repete o que sempre ocorre em períodos de seca: os trabalhadores, especialmente os sem terra e pequenos proprietários, iniciam o martírio na busca pela vaga nas Frentes de Emergência. Os entrevistados em junho de 2003

¹¹² VEJA, nº 556, 02 de maio de 1979.

¹¹³ Veja 25 de abril de 1979. Depoimento de João Correia de Oliveira, pai de dez filhos em Tauá

disseram que são muitas idas e vindas na busca de uma vaga. Nada conseguindo na primeira tentativa, são estimulados a retornam depois de uma semana, 15 dias, e assim os meses vão passando sem terem nenhuma fonte de recursos com a qual possam amenizar seu sofrimento e o de seus filhos. Para o sr. Luis¹¹⁴ da zona rural de Crateús, o alistamento era “uma humilhação maldita”. Segundo ele, as pessoas sem ter meios para sobreviver no meio rural passavam a se aglomerar nas cidades mais próximas numa tentativa desesperada de conseguir o alistamento. A ocorrência desse fato se repeliu em vários momentos nos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns entre 1979 e 1983. Porém, ao chegar às cidades, as populações sedentas por comida e água são mandadas de volta para a zona rural. Na época, o argumento usado era de que só seria alistado quem voltassem para o interior. Assim, sem receber nenhuma assistência a única alternativa para os flagelados era partir para os saques¹¹⁵ aos depósitos do governo ou mesmo ao comércio local. Os que conseguiam se alistar eram obrigados a cumprir rígidas jornadas de trabalho, fiscalizados tanto pelo Exército como pelos proprietários de terra. Além disso, só depois de 15 dias, um mês ou até mais é que iam receber o primeiro pagamento que, como veremos, pouco representa em termos de garantia de sobrevivência.

Para ilustrar a questão codinomes das condições de trabalho no novo modelo das Frentes criado a partir de 1979, nada melhor do que o depoimento dos próprios trabalhadores que conseguiram se alistar entre os anos de 1979 a 1983. Segundo Antônio Ximendes, hoje Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús - que na época atuava no Sindicato e também trabalhou nas frentes como coordenador de grupo - **“o que aconteceu na seca de 1979 a 1983 foi um massacre de trabalhadores**

¹¹⁴ Visando proteger os entrevistados foram utilizados nomes fictícios.

¹¹⁵ De acordo com NEVES, Frederico de Castro, 2000, “a multidão age pela via direta, dispensando intermediários, e se utiliza da pressão física, por vezes violenta, como arma de luta; ...suas palavras são escritas com a exposição de suas mazelas, para horror da sensibilidade burguesa que governa as cidades”. Ver p. 248.

famintos! O povo foi muito maltratado, foi massacrado!” As Frentes eram comandadas pelo Exército que tinha como figura principal o tenente-coronel Borges, conhecidos por todos como major Borges. Segundo seu Antônio, os trabalhadores temiam o Exército: “tinham muito medo, principalmente dia de pagamento. O major Borges e os outros do Exército também ameaçavam e humilhavam as pessoas¹¹⁶”. Nas entrevistas que fiz em Crateús, o nome do major Borges sempre fora citado. As pessoas mudavam a entonação da voz e baixavam a cabeça sempre que pronunciavam esse nome. Todos remeteram a ele maus tratos e humilhações. Seu Luis da zona rural de Crateús, disse que “aqui mesmo em Crateús, a humilhação era grande! ... o major Borges era do exército e ele comandava. ..Este homem saiu numa riqueza aqui de Crateús! Era demais! O dinheiro ficou foi com ele quase todo!. ...Se vinha pra dar um tanto a uma pessoa, desviava metade”! Cícero, irmão de Luis e que mora na propriedade ao lado, disse que nas Frentes “se chegasse, até um cabo do Exército e tivesse dois ou três rapazes sentados era a mesma coisa que se tivesse matado um! Eles tinham que ser chamados.. chamavam e davam um chamada neles e eles ficam desmoralizados no meio do povo”.

As queixas sobre o tenente-coronel Borges, que comandou as Frentes na região de Crateús entre fevereiro de 1982 a fevereiro de 1984, ainda estão bastante vivas na memória dos entrevistados. Passaram-se 24 anos e muitos disseram que não gostam nem de lembrar. VILLA (2002), em seu amplo estudo sobre as secas resume o conjunto de arbitrariedades cometido pelo temido tenente-coronel: “em Crateús, o tenente-coronel Borges foi acusado por diversas entidades de desrespeitar os trabalhadores, descontar arbitrariamente os salários, além de não entregar as cestas básicas, que eram desviadas para os soldados. Mercadoria com o adesivo de “*venda proibida*” eram

¹¹⁶ Entrevista com o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús, Antônio Ximendes, realizada em novembro de 2003.

entregues nos cestões e descontadas nos salários dos alistados. Os tijolos produzidos na Frente eram vendidos em Crateús e Fortaleza, mas ninguém sabia para onde ia o dinheiro, nem a quantidade vendida. ...Trabalhadores teriam morrido durante o serviço por não terem permissão para uma licença médica. O coronel instituiu uma disciplina militar na frente e tinha poder total sobre os alistados, que não podiam reclamar, sob pena de serem sumariamente dispensados¹¹⁷”.

Em junho de 2003 entrevistei o senhor Pedro que entre 1982 e 1984 trabalhou como apontador - encarregado de pequenas turmas-, com o tenente-coronel Borges. Seu Pedro relata que **“a fome era do cão” e que já passou fome demais!** Para ele a melhor coisa foi quando o Major Borges trouxe “umas cestinhas”: 36 para 75 pessoas. Ele teria ficado encarregado da distribuição das cestas devendo dar prioridade aos mais necessitados. Contudo, ao ver na fila fazendeiros “que possuíam mais de duzentos gados” e bodegueiros, junto com pessoas que estavam para morrer de fome, seu Pedro fora se queixar ao tenente-coronel. Entretanto ouviu como resposta: “cuidado rapaz, eu boto ocê pra plantá batata no asfalto¹¹⁸”. A fala do tenente-coronel fora o suficiente para que Pedro prosseguisse com a distribuição sem que ninguém fosse retirado da fila. Terminado, o tenente-coronel entregara pessoalmente duas cestas a seu Pedro.

Para Cícero, outro senhor entrevistado no município de Independência, as Frentes eram um tipo de cativo, “o encarregado tinha dia que chegava lá no ponto de briga, a gente não queria briga porque a gente tava atrás era de vivê¹¹⁹”! Segundo Cícero, os donos das propriedades davam ordem aos alistados dizendo serem ordens vindas do Exército – estipulavam, por exemplo, 15 minutos para almoço ou que almoçassem de madrugada para quando chegassem no serviço só trabalhassem. Diante

¹¹⁷ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: historia das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. pags. 242 e 243.

¹¹⁸ Entrevista realizada em junho de 2003 no município de Independência.

¹¹⁹ Entrevista realizada em junho de 2003 no município de Independência.

dessa situação um dos alistados teria questionado: “esse serviço é pra por o povo pá trabaiá pra ajudar o de comer ou é pra acabar de matar! Porque ta todo mundo morto de fome! Porque ninguém tem nada em casa e ainda vem pra cá pra ficar dum jeito desse”. Cícero disse que os proprietários de terra pressionavam os alistados para que mais obras fossem construídas. Só na propriedade em que estava alistado foram construídos três açudes.

Para se entender esse comportamento dos proprietários de terra é preciso estar atento a algumas exigências do Plano de 1979. Segundo a revista *Veja*, os proprietários teriam de mostrar obras terminadas ou adiantadas para receber o financiamento, o que significava fiscalizar os trabalhos e expor-se a atritos com os trabalhadores¹²⁰. Enquanto isso, as autoridades nordestinas continuavam a defender o plano que deveria vigorar, inclusive, mesmo quando viessem as chuvas. Nesse Ponto, chamo atenção paro o fato de que se por um lado a população não é socorrida pelo Estado em suas necessidades mais urgentes, como alimentação, por exemplo, nem por isso deixa de ter explorada sua *força de trabalho*. E isso se repete historicamente: ora para construção de ruas e calçadas nas cidades, abertura e manutenção de estradas, construção de açudes, melhorias nas propriedades rurais e etc¹²¹. A prioridade é sempre as obras hídricas e de engenharia, ou ambas.

Prova disso é que em maio de 1980, temendo que se concretizasse a previsão do CTA, o ministro Mário Andreazza decide que dos 2,6 bilhões de cruzeiros liberados para o combate à seca apenas 5% serão destinados aos primeiros socorros. Os outros

¹²⁰ VEJA nº 556, 02 de maio de 1979.

¹²¹ HOUNIE, Emilia V. Rosa Gantzer de. De retirante a trabalhador: a grande seca de 1877-1879 e a organização do mercado de trabalho livre em Pernambuco. Tese de mestrado. Recife, 1992. Segundo a autora, na seca de 1877-1879, primeiramente foi montado um esquema de socorro às vítimas da seca com uma política caracterizada pela assistência sem restrições, tal como mandava a Constituição. “Num segundo momento, a assistência aos flagelados passaria a ser condicionada à prestação de trabalho, no intuito de disciplinar e controlar a massa de famintos – vista como uma ameaça à paz social – e de induzi-los a adquirir hábitos de trabalho disciplinado e regular”. Foi quando criaram as “Frentes de Trabalho”. p. 118.

95% serão aplicados em obras estruturais. Com isso imaginava evitar a necessidade das Frentes uma vez que seriam criados 175 mil empregos. Na época o número de pessoas afetadas pela seca aproximava-se dos 20 milhões e estavam alistadas 711.789 pessoas.

Em março de 1981 os saques voltam a ocorrer: 18 cidades são saqueadas na região do Sertão cearense, a maioria no Sertão Central e Inhamuns. No dia 05 em Mombaça 500 retirantes praticam o primeiro saque ao comércio de que se tem notícia segundo reportagem da revista *Veja*. A cidade de Parambu – no Sertão dos Inhamuns - também é saqueada e o Ministro Andreazza, querendo distorcer os fatos, diz a imprensa que há insufladores¹²² nas manifestações. Enquanto isso, o cardeal-arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, defendia os saques como um “direito legítimo” ante a situação de extrema necessidade em que vivia a população. Nos momentos de extrema escassez de qualquer meio que pudesse mantê-los vivos, os flagelados procuravam cidades como Crateús onde, esporadicamente era distribuído arroz no armazém da COBAL. Segundo reportagem da *Isto É*, as pessoas se amontoavam ao redor de uma cerca de arame farpado na tentativa de voltar pra casa com alguma coisa. Isso era quase tudo o que se fazia por eles em Crateús como em qualquer outra cidade da região¹²³. Em Dezembro desse mesmo ano a Sudene reconhecia que na Paraíba 5% dos alistados estavam irregulares: cerca de 55.000 homens, entre eles, Prefeitos, vereadores, fazendeiros, funcionários públicos. Há inclusive os intermediários: pessoas que cobravam para alistar e ficavam com 50% do salário da emergência.

Em junho de 1982 com a chegada das chuvas a Sudene decide encerrar o Programa de Emergência. Os trabalhadores são dispensados sem ter outra ocupação e

¹²² NEVES, 2000 mostra como nos momentos de invasão e saques há uma tentativa, principalmente por parte das autoridades, de tratar de maneira distinta os homens do campo - identificados com a ‘pobreza que moureja na abandonada e esquecida agricultura’ - com os pobres urbanos já viciados na esmola e na vida desregrada das ruas. Ver pág. 224. É como se a fome desse legitimidade aos atos praticados pelos primeiros e não aos segundos.

¹²³ Isto E n° 221- 18 de março de 1981.

também sem ter o que colher, uma vez que chovia há apenas um mês. Andreazza chegou a anunciar o programa dos Bolsões da seca, mas o mesmo só deveria ser iniciado após a colheita do algodão que obteve produção em algumas áreas. Contudo, não consideraram as áreas não produtoras de algodão e nem aquelas onde não ocorreram chuvas, a exemplo do Sertão Central e Inhamuns. O resultado foi a volta dos saques. No Ceará desde o início de julho, “a cada três dias uma nova cidade recebe um contingente de homens, mulheres e crianças que precisam ser acalmado com rações de rapadura, feijão e farinha¹²⁴”. Na Paraíba a situação era a mesma. Mesmo com os saques ocorrendo desde 1979 Walfrido Salmito declarava à imprensa em março de 1983 que já se atravessava o quarto ano de seca sem se configurar situação de pânico na região. Disse que não houve mortandade. E que a variação no PIB (Produto Interno Bruto) teria sido muito pequena¹²⁵. Em junho do mesmo ano, os nove governadores do Nordeste fazem greve de silêncio em reunião da Sudene na qual estava presente Mário Andreazza, em protesto pelas promessas não cumpridas do governo federal em dar um tratamento diferenciado à região¹²⁶. Em agosto de 1983 voltam a ocorrer saques em Canindé – Sertão Central. De Itapipoca – 120 km de Fortaleza - saíram 100 pessoas para invadir o palácio do governo. Todos reivindicando comida. Houve uma sucessão de invasões e saques em vários municípios cearenses. De janeiro a setembro de 1983 só no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns foram invadidos onze municípios: Boa Viagem, Canindé, Crateús, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Quixadá, Quixeramobim, Santa Quitéria, Senador Pompeu, Pedra Branca. Alguns foram invadidos e saqueados mais de uma vez. Inclusive a capital Fortaleza. Os alvos eram os armazéns da Cobal, Cibrazem, feira semanal, merenda escolar, supermercados e

¹²⁴ Isto E nº 290. 14 de julho de 1982.

¹²⁵ Veja nº 759, 23 de março de 1983. Lembrando que no caso do semi-árido nordestino o PIB não é um bom indicador. A pequena produção não é computada nos períodos considerados normais, não podendo portanto, ter seu impacto avaliado.

¹²⁶ Veja nº 769, 01 de junho de 1983.

comércio alimentício em geral. Entretanto, nem sempre as invasões resultavam em saques. Em alguns locais a multidão aglomerava em frente a prefeituras, praças, centro de saúde e outros órgãos do governo exigindo sua **principal reivindicação: comida**. Também reivindicavam trabalho, vaga nos bolsões, pagamento atrasado e cestão gratuito. Porém, dificilmente tinham suas reivindicações atendidas. Além disso, em alguns locais eram recebidos ou, contidos, com violência, tiros e prisões¹²⁷.

Em agosto de 1983 os governadores da região denunciavam que morriam diariamente 100 pessoas de fome no sertão seco, cerca de 3 mil por mês, a maioria crianças. Em Irauçuba, também no Ceará, pessoas comiam ratos a 3 anos¹²⁸. Em 04 de agosto o presidente em exercício, Aureliano Chaves, visitara rapidamente o Nordeste. No semi-árido, visitou a cidade de Crateús – Sertão dos Inhamuns – onde conversou com os flagelados e deu demonstrações de que não sabia como resolver a catástrofe, insistindo sempre na falta de recursos. Nessa visita, que durou menos de 48 horas, o presidente levou uma comitiva de 81 pessoas – 12 ministros, 42 parlamentares, dez governadores, quatro comandantes militares e mais treze autoridades convidadas. Foram mobilizados duas dezenas de carros oficiais, seis ônibus e oito aviões¹²⁹. Em setembro de 1983 os saques continuavam e 1500 flagelados invadem Quixeramobim - no Sertão Central - com picaretas e martelos pela quinta vez.

As mulheres após muitas lutas e humilhações teriam conseguido se alistar nos bolsões da seca em Crateús e municípios vizinhos. Mesmo assim os relatos dão conta de que alistamento era “sempre muito vagaroso, de conta-gotas mesmo, cansando os pobres sofredores. Ficam jogando o povo de um lugar para o outro. Aí muitos se

¹²⁷ Cadernos Pastorais nº 17. “O Bolsão da Seca aumenta a exploração e o sofrimento do pai de família”. Setembro de 1983. CNBB – Secretariado Regional Nordeste I. Fortaleza, Ceará.

¹²⁸ Veja nº 781, 24 de agosto de 1983.

¹²⁹ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: historia das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. p. 239.

desesperam e vão embora para as grandes cidades enfrentarem grandes sofrimentos¹³⁰”.

No caso das mulheres as humilhações eram ainda maiores sendo tratadas com palavrões humilhantes e imorais. Em Tauá um soldado do exército usava a seguinte expressão para as mulheres que procuram se empregar: “se vocês querem ganhar dinheiro, vão abrir as pernas¹³¹...”. Diante da fome e da humilhação, mulheres teriam abortados seus filhos em bolsões de Crateús e Tauá. Os trabalhadores eram chamados de sem-vergonha, vagabundos, ladrões. Em Crateús, quando os chefes do batalhão visitavam as obras e não encontravam a produção esperada, ameaçavam e amedrontavam os trabalhadores, inclusive disparando tiros.

Enquanto os que conseguiram se alistar eram massacrados nas frentes, o Jornal *O Povo* em reportagem de julho de 1983 se referia a Crateús como município pioneiro em utilizar mulheres nas frentes de serviço. Ao todo seriam 1.500 mulheres trabalhando como barraqueiras – fazendo comida e carregando água para a parede dos açudes. “O 40º Batalhão de Infantaria do Exército foi o primeiro a alistá-las e sua colaboração é das melhores¹³²”, dizia na reportagem. O referido jornal também não poupa elogios ao tenente-coronel Borges: “o major Borges comanda as operações e o esquema posto em prática funciona como modelo na região nordestina¹³³”.

Em Independência e Tauá - no Sertão dos Inhamuns - **os alistados foram obrigados a trabalharem aos domingos** com o argumento que teriam férias no final do ano. Além disso, “os trabalhadores não podem se organizar para conseguir nada nos bolsões, pois tudo tem que sair da cabeça dos chefes. ..Não há liberdade da gente falar o

¹³⁰ Carta aberta ao povo e às autoridades (II). Assinada por 60 trabalhadores dos municípios de Tauá, Parambu, Independência, Crateús, Novo Oriente, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ipueiras e Poranga. Também assinada pelo Bispo de Crateús Antonio Batista Fragoso com o apoio de diversas entidades – CPT, Sindicatos Rural, União das Mulheres Cearenses etc.

¹³¹ Op. Cit. p. 2.

¹³² Jornal *O Povo*, 29/07/83. Caderno 1º página 08. Fortaleza, CE.

¹³³ Op. Cit. p. 08.

que pensa, nem de exigir nossos direitos¹³⁴». Caso as pessoas de uma mesma comunidade se dispusessem a defender os companheiros, eram ameaçadas e cortadas. A repressão era dirigida a todos que defendiam os trabalhadores, principalmente a Igreja Católica: “está havendo uma repressão clara e direta ao trabalho pastoral da Igreja junto ao povo¹³⁵”. Processos baseados em mentiras e falsos testemunhos teriam sido movidos contra uma Irmã e outras pessoas ligadas à Igreja Católica. Também proibiram a celebração de missas nas áreas dos bolsões, mesmo contra a vontade do bispo de Fortaleza, na época D. Antonio Fragoso. E por qualquer motivo cortavam o ponto dos trabalhadores, isto é, descontavam o dia trabalhado. Como já fora dito, muitos tinham que trabalhar mesmo doentes, e as mulheres grávidas também tinham o dia descontado caso não comparecessem para o trabalho. Os relatos denunciam inclusive que a água servida nos bolsões era quente e suja¹³⁶.

Em síntese, o que acontece em períodos de seca é que governo federal arca com grande parte dos custos e, ao encerrarem-se as Frentes de Emergência, os médios e grandes proprietários não precisam mais dos trabalhadores, que passam a ser dispensados. Como resultado, tem-se as propriedades valorizadas e os trabalhadores novamente sem ocupação, se encontrando numa situação igual ou pior do que antes. Isso ocorre, uma vez que, com as melhorias expressivas que foram realizadas não interessa mais aos proprietários os tradicionais sistemas de trabalho existentes na região: parceria, arrendamento, meeiro etc. Com isso, os agricultores, especialmente os sem-terra, ficam sem ocupação tendo com isso reduzido o valor de sua única *mercadoria* que

¹³⁴ Carta Aberta ao Povo e às Autoridades elaborada por trabalhadores rurais, membros da comunidade e Pastoral da Terra dos municípios de: Tauá, Parambu, Independência, Crateús, Novo Oriente, Tamboril, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ipueiras e Poranga em 27 de Novembro de 1983. p.2

¹³⁵ Carta Aberta ao Povo e às Autoridades... Ceará, 27 de Novembro de 1983. p.2

¹³⁶, Op. Cit p. 2.

é a sua *força de trabalho*. Isso sem contar que o salário pago nas Frentes contribui para redução dos já diminutos salários pagos no Nordeste¹³⁷.

3 - O salário pago nas Frentes de Emergência

Ainda segundo seu Antonio Ximendes, o pior é que os trabalhadores alistados não ganham nada. “O salário é muito pouco e, além disso, tem pouca vaga¹³⁸”, é pago de forma fracionada ou composto com minguadas cestas básicas. A fala de Luis, um dos entrevistados na zona rural de Crateús, é bastante esclarecedora nesse sentido: “Mas não sobra nada! Porque o salário não vale nada! Não vale coisa nenhuma! Quando ele recebe ali, se receber todo de uma vez.. recebe é de pedacinho viu! Ele vai pra mercantil bem aí na cidade de Novo Oriente, ele trás na palma da mão as coisinhas. Porque o dinheiro não vale nada, é bem pouquinho! É uma mixaria! Não vale nada, coisa nenhuma! Lhe digo com consciência! (..). E se ele tiver menino novo, criança, ele compra o de comê do menino pra não ver o menino morrer de fome... Quem tá empregado dentro de um bolsão é porque ta todo mundo é precisando. Mais vinha era a maior dificuldade, o dinheiro eles fazem uma... uma... modernidade que em vez de dar todinho aquele salárinho veio (velho) que eles ganham, não! Eles repartem pra dá de duas vezes que é pra ce num fazer nada!

Em 1983 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá fez uma estimativa do poder de compra do salário pago nas Frentes – Cr\$ 15.300,00 – para o sustento, ‘alimentação grosseira’, de uma família tendo em média oito pessoas. Na época esse valor correspondia a 1/3 do salário mínimo nacional e metade do salário mínimo regional.

¹³⁷ De acordo com a Revista Veja nº 556 de 02 de maio de 1979, antes das Frentes pagava-se 40 cruzeiros a diária. Depois do plano passaram a ser estipuladas em 37 cruzeiros.

¹³⁸ Entrevista realizada em Novembro de 2003.

Veja a estimativa de gasto mensal e o poder de compra do salário da Emergência no município de Tauá:

Alimentos	Preço Unit.	Por mês	Total
1 kg de feijão	1.000	35 kg	35.000,00
1 kg de farinha	250	25 kg	6.750,00
1 kg de arroz	450	35 kg	15.650,00
1 lata de óleo	2.000	09 latas	18.000,00
1kg de açúcar	450	25 kg	12.250,00
1 kg de café	1.200	02 kg	2.400,00
1 cxa. Sabão	6.000	01 cx.	6.000,00
1 L. querosene	400	04 litros	1.600,00
1 kg de sal	80	02 kg	160,00
1 maço de fósforo	200	01 maço	200,00
1 rapadura	350	45 rap.	13.500,00
1 kg f. trigo	350	15 kg	5.250,00
1 kg macarrão	300	10 pct	3.000,00
Total			Cr\$ 119.760,00

Fonte: Sindicato Rural de Crateús. Carta Aberta ao Povo e às Autoridades (II). Novembro de 1983.

Considerando que só podiam se alistar 02 pessoas para cada 08 membros da família o total ganho seria Cr\$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos cruzeiros), suficiente para pagar apenas 25,55% das despesas. Nesse caso, as famílias ficariam devendo nas bodegas Cr\$ 89.260,00. Isso sem contar as despesas, seja na cidade ou na zona rural com: remédio, água, carne, gás, lenha, roupas, calçados, rede e, em muitos casos, luz e aluguel ¹³⁹.

Maria trabalhou como barraqueira, cozinhando e carregando água a 1 km de distância para molhar a parede do açude. Conta ela que saía de casa “as vezes 1 hora da madrugada, quando o dia vinha clariando nois já tava chegando lá, tomava chuva nos caminho. Quando eu vi que o inverno me acochava eu abandonei. Eu não aquentava mais!” Segundo ela, “pra pobreza só vinha o que não prestava memo, e a gente tirava porque era obrigado. Os outros comiam e eu... passei foi fome... mais escapei e ainda hoje eu to contando a história. Ainda hoje eu me lembrei de lá. Quando eu trabalhava.. e

¹³⁹ Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá – CE. Comissão Pastoral da Terra (CPT), 26 de outubro de 1983. Documento encaminhado ao governo federal, estadual, Ministério da Agricultura, prefeitura de Tauá, e outros órgãos e instancias governamentais e à CONTAG.

quando dava assim com 15 dias ou um mês, era que ia tirar aquele pagamentinho véio, poquinho, mixaria. Aí vinha um tal de cesta e eu tirava essas coisas aí. Vala me Nossa Senhora! Vou morrer de Fome! Caçava feijão da terra, que é o nosso, preu come pra não morrer de fome. Era a bondade que eu achava, mas escapei e ainda hoje estou contando a história¹⁴⁰”. Maria conta que teve cinco filhos, dois morreram em épocas de seca e um ela deu já que não tinha condições de criar. Segundo ela “bicho que sofre é gente pobre memo! É.. a gente cê pobre as vezes sofre coisa que... o que o cara vai pensar né? O causo é assim: tem dia que o sofrimento da gente era grande, a gente vê seus filhos com fome, sofrendo, batalhando e invés da gente arrumar... não tinha como se arrumar! Eta caso sério! Pra quem pensa! Mas pra quem não pensa não é nada¹⁴¹”.

A cesta a que Maria se refere só começou a ser distribuída no ano de 1983 e o pioneirismo, segundo *O Povo*, novamente foi de Crateús. O “cestão de alimentos” como ficou conhecido, mesmo contendo o selo do governo federal de ‘venda proibida’, era comercializado a Cr\$ 8.270,00 (oito mil duzentos e setenta cruzeiros). Ainda segundo o jornal, o valor pago é menos da metade do cobrado nos armazéns e mercearias, “constituindo desse modo, uma maneira de reduzir as despesas dos rurícolas (..) a iniciativa é tida como plenamente vitoriosa¹⁴²”. De acordo com a Sudene foram repassados em 1983, com recursos do FINSOCIAL, Cr\$ 2.481.000.000 (Dois bilhões e quatrocentos e oitenta e um milhões de cruzeiros) para a compra de cestas básicas para os flagelados. Teriam sido compradas 300.000 cestas - composta apenas por 18 kg de alimentos (apesar de que nos relatórios da Sudene a soma de 5+5+5+2+1 é igual a 28kg). O valor de cada uma que fora estipulado em Cr\$ 8.270,00 era descontado do salário dos alistados. De acordo com a Sudene o valor cobrado deveria compor um

¹⁴⁰ Entrevista realizada na zona rural de Barreiros, município de Novo Oriente.

¹⁴¹ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural Barreiros, município de Novo Oriente.

¹⁴² Jornal O Povo, 29/07/83, 1º caderno, pág. 08.

fundo rotativo¹⁴³. Entretanto, não há informações sobre quem e como era administrado esse fundo. Além disso, as únicas informações sobre cestas básicas adquiridas entre 1979 e 1984 se referem às 300.000 compradas com o dinheiro da Sudene. Ainda com relação à questão das cestas básicas, cabe ressaltar que na seca de 2001 essa ficou ainda mais leve. É que o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, alegando “aumentar a qualidade nutricional” da cesta, decidiu diminuí-la de 18 para 12kg¹⁴⁴.

No ano de 1983, a ampla cobertura dada pela imprensa escrita e também televisiva, especialmente a *Rede Globo*, fez com que muitas doações de alimentos fossem encaminhadas ao Nordeste. Entre 1983 e 1984 teriam sido arrecadadas 3.036,15 toneladas. Contudo, somente para a distribuição das cestas, foram gastos com material de consumo e serviços de terceiros, Cr\$ 30.780.774,00¹⁴⁵. Posteriormente, um documento produzido pelo atuante Antônio Batista Fragoso, Bispo de Crateús, denunciava que **os núcleos mais esclarecidos se recusavam a compactuar com as campanhas de esmola e assistência aos flagelados**. Segundo o Bispo, tais campanhas “criam confusão, não chegando para todos os que mais necessitam; com esmola não se acaba com miséria, mas com TRABALHO, TERRA e JUSTIÇA (grifo do autor); a gente pede trabalho e os grandes dão esmolas¹⁴⁶”. O documento criticava ainda os “ricos da televisão, dos clubes e políticos” que não apóiam as manifestações e querem dar esmolas para enganar. Para o Bispo, as esmolas são uma falta de respeito para com os trabalhadores.

Ainda com relação às doações, segundo Luis é comum as autoridades locais trocarem a mercadoria boa por mercadorias estragadas ou vencidas. Ele relatou um fato, não se lembra se acontecido na seca de 70 ou 80, de que as mercadorias fruto de

¹⁴³ MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na grande seca de 1979 a 1983. Fortaleza, 1984, p. 28.

¹⁴⁴ O Povo On line. 05 de julho de 2001. www.noolhar.com.br

¹⁴⁵ MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na grande seca de 1979 a 1983. Fortaleza, 1984. p. 33.

¹⁴⁶ Carta “A Partilha na Grande Seca” produzida pelo Bispo Antônio B. Fragoso em 31 de dezembro de 1983.

doações eram trocadas em cidade como Crateús, Boa Viagem e Quixeramobim: “eles trocavam aquela mercadoria, ficavam com a boa e só mandavam a coisa mais ruim do mundo: o arroz da qualidade do chão, preto! O feijão não tinha diabo que comesse e a outra mercadoria essa é que era ruim! (se referindo à banha de porco, vencida, que nem os próprios porcos quiseram comer)”. Indagado se era comum as pessoas irem trabalhar com fome, Luis é categórico: “Ave Maria! Com fome e com fome! E isso eu digo que aqui acontece muito¹⁴⁷”!

Durante a seca de 1979 a 1983 em vários momentos os sindicatos, a Comissão Pastoral da Terra, a Igreja Católica e mesmo a grande imprensa denunciaram o massacre a que estavam submetidas as populações nordestinas, especialmente as que viviam no semi-árido. VILLA (2000) chama atenção para o importante papel que os Sindicatos Rurais desempenharam na época denunciando e protestando¹⁴⁸ contra as condições a que eram submetidos os trabalhadores. Em Tauá, por exemplo, um documento produzido pelo *Sindicato dos Trabalhadores Rurais* em outubro de 1983 denunciava que muitas famílias diante da fome, do aumento da desnutrição dos filhos e da mortalidade infantil, passaram a se alimentar com xique-xique assado, farinha da massa da raiz da mocunã e batata de croatá. Em vários momentos denunciaram o estado de desolação que se encontrava a população nordestina: famílias que se alimentavam com a comida utilizada para alimentar o gado, cobras, calangos, ratos, gatos, preás, pombas e outras aves e pequenos animais. Em consequência da seca estaria se formando uma geração de crianças subnutridas, doentes e nanicas¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural do açude Sérvo, município de Crateús.

¹⁴⁸ De acordo com NEVES,2000, “ a partir da seca de 1979-83, diversas entidades ligadas aos trabalhadores rurais vão lentamente compreendendo a importância dos movimentos da multidão para a estruturação da cultura política dos sertanejos e passam a apoiar e, às vezes, até mesmo organizar os retirantes em seu ímpeto de ‘fazer justiça com as próprias mãos’ ”. p. 248.

¹⁴⁹ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no Sertão: historia das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo, Ática,2000 p. 242.

Embora haja muita resistência em falar dos saques ao comércio, alguns entrevistados não exitaram em falar sobre a fome. Contudo, o que se percebe é que se sentem menos constrangidos para falar da fome do passado do que da fome atual. Se perguntados diretamente sobre a fome na atualidade alguns murmuram que sim, outros dizem não em tom enfático, outros ainda, como um entrevistado da zona rural do município de Independência, admitem abertamente a existência da fome. Segundo Pedro, 48, **vários de seus vizinhos convivem com a fome diariamente**: “ainda hoje tem muito... nesse pedaço aqui que nois tamo... não dá não! **Tem muita gente aí que não rouba porque não tem coragem!** Mais vive passando é mal, afundado aí, devendo em tudo quanto é... comerciozinho. Já não pode comprar porque deve demais né. Tem muita gente nessa situação ruim demais¹⁵⁰!”. Indagado sobre as condições de trabalho, Pedro diz que existem poucas pessoas que trabalham e ganham por mês, mas que o “salário aqui é difícil, as vez uma pessoas paga R\$ 50,00, R\$ 100,00.. eu memo conheço um rapaz aqui que ganha R\$ 30, 00 por mês”.

Pelo que pude observar, a população que vive no semi-árido tem muita familiaridade com a fome: não há enfrentam somente em períodos de seca, mais cotidianamente. Em entrevista com o padre Antônio de Crateús, perguntado sobre a incidência da fome mesmo não estando em períodos de seca, o padre é categórico: “**a fome é permanente!**¹⁵¹” Na pesquisa de campo realizada em junho acompanhei de perto a questão da fome e das dificuldades para se sobreviver no Sertão. Os que estão em condição menos ruins são os aposentados ou as famílias que possuem o *Bolsa Escola Federal*. Há, inclusive, relatos de adolescentes que estão se engravidando na perspectiva de receber o benefício quando seus filhos estiverem em idade escolar. Porém, mesmo com esses benefícios as famílias, no geral, têm que sobreviver com

¹⁵⁰ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural Retiro, município de Independência.

¹⁵¹ Entrevista realizada em Novembro de 2003.

muito pouco: as famílias geralmente possuem muitos membros e é comum alimentar filhos e netos. Com isso, a quantidade em kilos de alimentos que podem adquirir é bastante limitada e na maioria das vezes se restringe aos dois principais produtos cultivados na região: feijão e milho. Muitos ficam meses sem gás de cozinha, isso sem falar em outras despesas essenciais como remédios e roupas.

Os aposentados, que no semi-árido são responsáveis pelo sustento de grande parte das famílias, também são vítimas frequentes da violência. O motivo é a disputa pelos cartões de aposentadoria: os idosos são espancados pelos próprios familiares que lhes arrancam o cartão ou o dinheiro. Alguns, depois de seguidas surras acabam morrendo, como aconteceu na casa vizinha onde fiquei hospedada poucos dias antes de minha chegada a Crateús¹⁵².

Tudo isso nos faz ver como a intervenção federal no Nordeste tem funcionado como um acelerador na degradação das condições de vida das populações. No período estudado percebe-se que, mesmo sem atender as necessidades mais urgentes das populações afetadas – como alimentos e água -, a mão-de-obra desocupada ainda foi explorada em benefício das médias e grandes propriedades.

4 - A Questão da Terra

“O modo por que os homens produzem os bens materiais de que necessitam para viver é que determina todos os demais processos econômicos e sociais, inclusive os processos de distribuição ou circulação desses bens”. Alberto Passos Guimarães.

É importante ressaltar que todas as discussões envolvendo a questão da seca e os problemas da região Nordeste remetem invariavelmente para a questão da concentração da terra. A opção por um modelo de desenvolvimento conservador e concentrador, na década de 60, explica a agudização da concentração fundiária no país. Este modelo

¹⁵² Veja Relatório de Campo, em Anexos, no final do trabalho.

incorporou a penetração capitalista no campo que se caracteriza pela transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades. Apesar de não ser o foco do trabalho uma discussão aprofundada sobre a questão da *renda da terra*, acredito ser importante ilustrar alguns pontos sobre o que ocorre na região.

Para CARVALHO (1988) a terra é o principal problema da região Nordeste e que ainda não foi devidamente enfrentado. Além deste, existe também a concentração do capital e do poder político nas mãos mais conservadoras da sociedade da região, com “assento” no Estado¹⁵³, e que, historicamente têm capturado todas as ações do poder público. Para o autor, o Estado não enfrenta as questões que tocam diretamente nos interesses das elites da região e, além disso, se tornou uma importante fonte de recursos reforçando, mantendo e recriando as formas de exploração aí vigentes. O poder público, mesmo com a criação da Sudene, teria agido de forma tateante de modo a não contrariar interesses.

CAIO PRADO Jr - em estudo publicado em 1979 e reeditado em 2000 devido a atualidade de sua discussão – também se mostra preocupado com a questão da estrutura agrária e a posição do trabalhador rural. Ao analisar as proposições apresentadas pelo Estado para o Nordeste, neste ponto se referindo à Sudene, o autor conclui que “os problemas agrários são aí propostos em termos de que se excluem inteiramente as questões relativas ao próprio fundamento em que assentam, [...] a saber, a terra e sua apropriação¹⁵⁴”. Repete-se aí, se referindo inclusive a Celso Furtado, “o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes sociais diretamente ligadas às atividades agrárias, no conceito genérico de ‘agropecuária¹⁵⁵’”. Para PRADO Jr. (1979) não se pode deixar de levar em conta que “a parcela de humanidade que vive em função

¹⁵³ Op. Cit. p.142.

¹⁵⁴ PRADO JR, Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

¹⁵⁵ Op. Cit. p. 20.

da agropecuária brasileira nada tem de homogênia, pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados que são, de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários [...] e de outro a grande maioria da população que vive ou antes vegeta... ...Não é, evidentemente, possível considerar essas categorias e classes sociais tão apartadas umas das outras, com seus respectivos problemas de natureza tão diversa, em conjunto, e como se formassem uma totalidade indiscriminada¹⁵⁶”.

A questão da concentração da terra ganha relevo no debate dos problemas nordestinos devido ao elevado grau de concentração que, historicamente, caracteriza a região e que, inclusive, tem se acirrado em determinados períodos. De acordo com estudo realizado por VILLA (2000), “tendo-se como base o Ceará, basta verificar que, em 1980, os imóveis de até dez hectares ocupavam 1,4% da área do estado e representavam 34,3% do total, enquanto os grandes latifúndios com mais de 10 mil hectares detinham uma área de 27 milhões de hectares correspondente a 22,8% da área do estado. Observando-se o conjunto do Nordeste em relação aos estabelecimentos agrícolas, segundo dados do IBGE, entre 1975 e 1980 aumentou a concentração fundiária: em 1975, 58,63% dos estabelecimentos tinham menos de cinco hectares e ocupavam uma área de 3,16% do total. Cinco anos depois, o número de estabelecimento com menos de cinco hectares caiu para 55,75% e a área diminuiu para 2,76%. Enquanto isso, os estabelecimentos com mais de mil hectares, que representavam 0,39% do número de propriedades, ocupando 29,19% da área total, cresceram para 0,42% do número de propriedades e passaram a ocupar 32,66% da área total¹⁵⁷”.

¹⁵⁶ Op. Cit. p. 20.

¹⁵⁷ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no Sertão: historia das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo, Ática,2000 p. 217.

Não obstante, o Programa de Emergência praticado entre 1979 e 1983 teria contribuído para acirrar ainda mais a questão da terra. Segundo um trabalhador do Rio Grande do Norte “desde que os recursos governamentais chegaram ao interior nordestino (...) cercas começaram a ser levantadas em torno das propriedades, numa clara indicação de que os sistemas comunitários de plantio e criação de animais vão deixar de existir. Quando ficar tudo pronto nem vão querer que a gente entre na terra¹⁵⁸”, disse o trabalhador. Na mesma reportagem, o secretário da Prefeitura de Tangará – RN – dizia que a liberação dos recursos oficiais vem provocando uma alta especulativa dos preços da terra, ‘todo mundo esta querendo terra para entrar na Emergência’. De acordo com reportagem da revista Isto É de junho de 1980, o melhor do negócio eram as condições de pagamento do empréstimo do banco do Brasil: em doze anos, com quatro de carência, juros de 7% ao ano. E as prestações serão combinadas depois que o financiado auferir os rendimentos provenientes de sua atividade rural. Nessa mesma reportagem, um técnico da Secretaria da Agricultura de Pernambuco dizia que “tem latifundiário que não investe um tostão na terra. Quando chega a emergência, ele pega o dinheiro a juros de mãe, põe o pessoal para trabalhar, constrói cercas, açudes, forma o pasto, compra gado, faz curral. E quando a seca acaba está rico, esperando o novo plano de emergência. Claro que esse pessoal reza para não chover”, diz fazendo referencia à indústria da seca. Ainda segundo esse técnico, que na ocasião não quis se identificar, “a corrente da felicidade começa com o chefe político do interior, que pressiona o governador, que reclama à Sudene, que pressiona o ministro do Interior, que convence seu colega da Fazenda a abrir os créditos de emergência”. Os chefes políticos locais têm grande influência na distribuição dos recursos, dizia¹⁵⁹. Observe o que fora realizado entre abril de 1979 a abril de 1981 só no Ceará:

¹⁵⁸ Veja n° 584, 14 de Nov. 1979.

¹⁵⁹ Isto E n° 183, 25 de junho de 1980.

Quadro I: Obras hídricas e outras benfeitorias realizadas com a mão-de-obra alistada no Programa de Emergência entre abril de 1979 a abril de 1981

Resultados alcançados	Abr/79 a abr/80	Mai/80 a abr/81
Preparação de área p/ plantio	307.900 ha	227.000 ha
Construção de cercas	51.061 km	44.480 km
Pequenos açudes e barreiros	2.900 unid.	2.450 unid.
Cacimbões	3.800 unid.	5.960 unid.
Construções rurais(currais, Estábulos, aviários etc..)	1.780 unid.	4.700 unid.
Cisternas de alvenaria	170 unid.	160 unid.
Canais de irrigação	31.200 m	103.700 m
Plantio de culturas	22.800 ha	34.968 ha
Destocamento	-	449.800 ha
Propriedades assistidas	21.723	71.350
Municípios assistidos	73	124
Trab. Alistados	210.270	230.374

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na grande seca de 1979 -1983. Fortaleza, 1984.

* não especifica a unidade, se metros ou quilômetros.

Essa discussão da propriedade da terra é particularmente interessante na questão dos critérios adotados pelos programas de desenvolvimento rural integrados elaborados na década de 70 e 80, como também na discussão do Programa de Emergência implementado entre 1979 e 1983. É que estes programas têm com premissa básica para serem desenvolvidos a propriedade da terra. Dessa forma, recortam suas áreas de atuação com base no tamanho da propriedade e considera 100 hectares como a área mínima ‘passível de desenvolvimento e valorização’. Observe que nesse recorte são excluídos os trabalhadores sem terra e pequenos proprietários, setores mais atingidos em períodos de seca e, apesar de ser freqüente o uso deste critério, não encontrei uma explicação plausível para o mesmo. Muitos estudos sobre o Nordeste fazem referência a esse recorte, dizendo apenas ser o mínimo necessário para uma família romper o limite de pobreza¹⁶⁰. Inclusive, a EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que possui em Petrolina – PE o Centro de Pesquisa Agropecuária do Tropicó Semi-Árido (CEPATSA), considera 100 hectares como área mínima para a viabilização de

¹⁶⁰ O autor Otomar de Carvalho cita a área de 100 hectares como necessária para o desenvolvimento da irrigação. Outros autores como Gustavo Maia Gomes não fazem menção a que se deve tal recorte.

projetos. Procurei me interar dos critérios que nortearam a fixação desse limite mínimo e encontrei que “existe consenso de que propriedades rurais dotadas de solos pobres e carentes de recursos hídricos necessitam de áreas superiores a 100 hectares para poderem proporcionar a subsistência das famílias que ali vivem¹⁶¹”. O próprio GTDN já teria manifestado preocupação com a questão do dimensionamento e organização das propriedades rurais, especialmente no tocante a agricultura de subsistência. Contudo, o que chama atenção é que sempre adotam 100 ha como área mínima para a execução dos programas sem considerar que a população realmente atingida pela seca está em estabelecimentos com área infinitamente menor.

Outro aspecto é que além de não considerarem os pequenos estabelecimentos e os trabalhadores sem-terra, não consideram também a questão dos solos e da existência ou não de um ponto de água que, especialmente no caso do Ceará, é de extrema importância já que os solos são na maior parte cristalinos¹⁶². Isso vale especialmente para a discussão da Reforma Agrária. Para MACEDO (1996), “a análise sobre a questão fundiária no Nordeste e especificamente no Ceará não deveria ser tratada com base em receitas universalistas, relacionando apenas tamanho da terra com números de proprietários e bases estatísticas [...] No sertão, ter **TERRA** não significa ter **SOLO**, e mesmo tendo algum solo sem ter **ÁGUA**, representa muito pouco em termos de valor da propriedade¹⁶³” (grifo do autor). A esse respeito considero bastante válida a tese de DUARTE (2002) que diz: “diante da heterogeneidade edafoclimática do semi-árido

¹⁶¹ DUARTE, Renato Santos. O estado da arte das tecnologias para a convivência com as secas no Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Série estudos sobre as secas no Nordeste, v. 6. p.17.

¹⁶² Para MACEDO o Ceará é o local mais representativo do modelo nordestino de semi-árido: “Sua superfície é bastante peculiar, apresentando na sua maioria solos rasos, pedregosos, vegetais pobres, afloramentos rochosos e acentuada erosão na face das encostas que descem para os vales dos cursos d’água. Seu subsolo é profundamente complexo, sem qualquer homogeneidade no plano horizontal e vertical. Há uma forte variação de elementos geológicos a cada trecho que se percorre no terreno e uma seqüência de camadas bem diferenciadas à medida que se escava a terra”. MACEDO, Hypérides P.de. A chuva e o chão na terra do sol. São Paulo: Maltese, 1996. p. 47. Visão compartilhada por CARVALHO, Otomar, 1988.

¹⁶³ MACEDO, Hypérides P.de. A chuva e o chão na terra do sol. São Paulo: Maltese, 1996. p. 47.

nordestino, não é possível estabelecer qual é a área ideal de uma propriedade que permita a uma família do semi-árido sobreviver aos impactos de uma grande seca. Admite-se que uma propriedade de solos pobres e carentes de pontos d'água teria que ter área superior a 100 hectares¹⁶⁴.

Aqui cabe ressaltar a importância que tem no semi-árido a **propriedade da terra**. Em linhas gerais, sabe-se que dá poder pessoal a médios e grandes proprietários, sem contar que é o principal requisito para o recebimento de benefícios governamentais - investimentos, obras hídricas e crédito - como acabamos de ver. Já para os pequenos proprietários, em períodos considerados de normalidade climática, possibilita, ainda que forma um tanto quanto restrita, o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência ou, às vezes, de pequenos excedentes, com autonomia e independência dando uma dignidade que, segundo CARVALHO (1988), a posse da terra dá. Além disso, a propriedade da terra, desde a criação do FUNRURAL, significa uma garantia para o futuro, principalmente para os mais pobres, com a aposentadoria rural¹⁶⁵. A generalização desse benefício nas últimas décadas é que tem possibilitado a sobrevivência de inúmeras famílias, entre jovens e velhos, no semi-árido nordestino. Outro exemplo da importância da propriedade da terra é com relação ao segmento de crédito: para se ter acesso ao benefício são exigidos documentos que comprovem a propriedade da terra. Caso o trabalhador não possua terra e esteja na condição de *morador*¹⁶⁶ ou morador 'de condição' - que é a mesma coisa -, arrendatário, parceiro, meeiro e queira realizar uma operação de crédito, é necessário que o proprietário da

¹⁶⁴ DUARTE, Renato. Do Desastre natural à calamidade pública: a seca de 1998-1999. Fortaleza: BN, Recife: FUNDAJ, 2002. P.36.

¹⁶⁵ A extensão dos benefícios da aposentadoria ao trabalhador rural só foi possível com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) em 1971, durante o regime militar.

¹⁶⁶ De acordo com IRMAO, José Ferreira, *morador* é um trabalhador permanente que recebe, como parte de sua remuneração, uma casa para morar na fazenda e um pedaço de terra para o cultivo de subsistência. Porém, acrescento que o *morador* não recebe pagamento em dinheiro e sim em parte da produção trabalhando em sistema misto na propriedade do patrão - meia, quarteação, etc. Além disso, não havendo trabalho a prestar ao patrão esta liberado para trabalhar 'alugado', isto é, por diária em outras propriedades.

terra onde ele se encontra instalado esteja de acordo e assine a documentação assumindo para si – caso o interessado não possa pagar - o pagamento do dinheiro retirado.

No entanto, é importante lembrar que os trabalhadores, na maioria dos casos, recebem em produto e não em dinheiro, limitando as possibilidades de assumir tais compromissos. Além disso, é preciso enfrentar o constrangimento de solicitar a assinatura do patrão que nem sempre está disposto dar a autorização e a assumir a dívida. Segundo seu José da zona rural de Crateús, “pra mim fazer um financiamento eu tenho que ir no meu patrão e pedir pra ele endossar a letra pra eu ir no banco tirar o dinheiro, e ele não vai, ele não endossa a letra de jeito nenhum! Ele pensa que quando chegar o dia a gente não paga, aí quem vai ficar é ele¹⁶⁷”. Isso sem contar que quem está na condição de *morador* e queira realizar alguma benfeitoria na propriedade ou adquirir animais, por exemplo, necessita da autorização do proprietário-patrão e novamente encontra resistências.

Em entrevista com Nice Brito, gerente de negócios do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), perguntei sobre os requisitos necessários para aquisição de crédito para pequenos produtores e ela disse o seguinte: “quem tem um pedaço de terra tudo é mais fácil, porque ele já tem a escritura e não precisa de muita... Se não tiver a terra também financia só que aí já entra mais alguma coisa: tem que ter um contrato de arrendamento, alguém que tem a terra que dá para ele trabalhar faz um contrato de arrendamento. [...] O documento é o proprietário assinando, dizendo que ele tá trabalhando naquela terra, que vai ser... até... por 10 anos. Pelo tempo que ele quiser né¹⁶⁸”. A gerente de negócios disse que o banco não pode fazer financiamento para imóveis que são de outras pessoas. Segundo ela, o problema é que os proprietários não querem que sejam feitos

¹⁶⁷ Entrevista realizada na zona rural de Crateús, junho de 2003.

¹⁶⁸ Entrevista realizada na Cidade de Crateús no Banco do Nordeste (BN) em junho de 2003.

empréstimos para os que trabalham em suas propriedades. Os proprietários dizem que cedem o terreno, mas não admitem que seja feito nenhum melhoramento¹⁶⁹.

Ainda com relação à terra existe o problema das obras hídricas que, mesmo sendo construídas com recursos públicos, por estarem localizadas em propriedades privadas acabam tendo seu uso social restringido ou mesmo inviabilizado. Na pesquisa de campo realizada em junho de 2003, no município de Independência, ouvi muitas queixas quanto a impossibilidade de se explorar a margem do açude Jaburu II. Segundo um dos entrevistados, o proprietário das terras havia doado a área para construção do açude. Porém, quando o açude ficou pronto o proprietário negou a doação dizendo que doou a área para o açude mas que a água é propriedade dele.

O Jaburu II fora concluído em 1983 utilizando mão-de-obra das Frentes de Emergência. O local é próximo à sede de uma grande fazenda e apenas 30 hectares, no desaguadouro do açude, foram desapropriados pelo governo federal que inclusive forneceu três grandes motores para irrigação. Contudo, a taxa de energia deveria ser paga pelos irrigantes que mediante a impossibilidade de pagamento e dificuldades para compartilhar o equipamento acabaram abandonando o negócio. Alguns dos que foram contemplados com lotes ainda conseguiram comprar seu próprio motor e hoje continuam desenvolvendo a agricultura irrigada. Abandonados, os três motores fornecidos pelo governo estariam debaixo d'água. A área hoje já está na quase totalidade reintegrada à fazenda do antigo proprietário.

Este é apenas um aspecto do problema da utilização do açude. Segundo os trabalhadores, as margens dos grandes açudes públicos não são desapropriadas nem cercadas. No caso dos açudes particulares, muitos estão totalmente cercados e só podem ser utilizados por quem tem autorização do proprietário da terra. Ambos os casos

¹⁶⁹ Entrevista realizada com a Gerente de Negócios do Banco do Nordeste (BN) - dia 12 de junho de 2003.

inviabiliza o aproveitamento da água acumulada. No caso do Jaburu II os trabalhadores disseram que já tentaram cultivar na margem do açude. No entanto, quando se está próximo da colheita o dono da terra solta o gado que rapidamente devora as plantações. Outra queixa dos trabalhadores é que, ao invés do cultivo de alimentos, cultiva-se capim nas margens do açude. Além disso, existe uma briga para que sejam abertas as comportas viabilizando o cultivo de centenas ou milhares de sacas de feijão. Segundo Pedro, que inclusive trabalhou na construção do Jaburu II, “quem manda aí é o proprietário mesmo... Não tão querendo abrir as comportas, as comportas estão trancadas. Tem potência de tirar uma safra horrível (enorme) de feijão! Se abrir isso aí tem serviço pra quem não tem onde plantar¹⁷⁰”.

As terras ao redor do açude estão nas mãos de 21 proprietários. Outros também se beneficiam quando são abertas as comportas e chegam a colher 100, 200 e até 1000 sacas de feijão, dando emprego aos que não possuem terra. Contudo, as comportas são abertas apenas quatro meses por ano. Manuel, que possui uma propriedade de 221 hectares no Jaburu II, contou alguns detalhes sobre a construção do açude. Ele lamenta que o batalhão do Exército construiu 15 casas de alvenaria, rebocada de cimento mas quando terminaram a obra tiveram que derrubá-las pois estas haviam sido construídas no leito do açude. Construíram também um tanque com capacidade para três pipas d'água e quando o açude encheu o tanque se levantou e ficou dois anos flutuando.

Manuel foi o entrevistado com melhores condições de vida. Durante a entrevista nos serviu refrigerante de marca Coca-Cola, coisa que não havia acontecido e nem sequer se repetiu nas demais entrevistas. Em sua fala deixa claro como fora duplamente beneficiado pelo Programa de Emergência, confirmando uma denúncia reiterada em vários momentos pelos trabalhadores. Ele gaba-se de ter se alistado nas Frentes de

¹⁷⁰ Entrevista realizada em junho de 2003 no município de Independência.

Emergência e de não ter trabalhado: “eu, só enrolava! (risos) não fazia quase nada. Eu peguei amizade com a ... a..., ela morava ali na fazenda. Não fazia nada, mais era cuidando lá da (minha) fazenda e dando assistência a eles, que quando queriam uma coisa iam buscar lá em casa, comprar galinha, ovelha [ovelha], essas coisas assim.. Sabe que essas coisas... quem sabe trabalhar só ganha o dinheiro (risos). Manuel cultivava melancia, feijão e milho aproveitando as margens ou pequena ilhotas (murunduns) que surgem dentro do açude quando o nível da água abaixa. Também se utiliza de moto bombas (jato d'água) para irrigar as margens do açude - mais ou menos 60 metros a partir da margem. Indagado sobre a importância dos açudes ele diz: “Ave Maria! Todo mundo é louco por açude! Se indenizarem inrica os donos e se não indenizarem... fica o dono.. como dizer.. no buraco. Como o do... acolá, indenizaram mais indenizaram em ponto do camarada.. dá pra comprar outra propriedade muito maior do que a que ele tinha! diz, comentado as vantagens das desapropriações realizados pelos órgãos federais. Ainda sobre a importância dos açudes, Manuel diz que “se todo mundo tivesse um açude não ligava nem pra seca! Aqui pelo menos pra nois o açude estando cheio, tanto faz chover como não chover! Nois se faz dentro do açude!” Indagado sobre a relação do açude com o fato das pessoas migrarem para os outros locais, ele diz que “daqui vai mais volta! Famia memo não vai se embora daqui não. Depois do açude, nunca foi uma famia se embora não¹⁷¹”!

A questão da terra é tão importante que propostas consideradas inovadoras como a de DUQUE (1987) no final da década de 1940, teriam sido apropriadas recentemente como forma de garantir o *status quo* da concentração da terra na região. DUQUE em 1949, em seus estudos considerados de “visão abrangente¹⁷²”, aponta como alternativa o

¹⁷¹ Entrevista realizada no município de Independência em junho de 2003.

¹⁷² CAVALCANTI, Clóvis em seu trabalho “A seca do Nordeste Brasileiro: uma visão de estudos e pesquisas elaborados em um século de produção de conhecimentos. Rev. Econ. do Nordeste v.19 1988, distribui os estudos sobre a região em cinco tendências, em ordem cronológica: Abordagem histórica;

cultivo de plantas adaptadas ao clima da região: as plantas xerófilas. Segundo ele, “são muitas as plantas que crescem e dão colheitas rendosas no clima irregular e violento”. As ‘lavouras secas’ dão produtos industriais exportáveis, que fornecem dólares ao país e são também fornecedoras de matérias primas às indústrias locais e do sul¹⁷³. CARVALHO (1988) faz algumas ressalvas ao tratar das xerófilas, dizendo que é preciso que se faça algumas distinções tendo como ponto de vista a produção. Para o autor o xerofilismo está mais associado à sobrevivência do que à capacidade de produção em condições de deficiência hídrica. Além disso, ao se dar ênfase ao cultivo de xerófilas diminui a ênfase na irrigação da qual o autor é um ferrenho defensor, principalmente a irrigação pública em sistema de colonização¹⁷⁴ tida como principal meio para a solução dos problemas nordestinos. Contudo, o mais importante é que CARVALHO (1988) demonstra como “as concepções de DUQUE, numa utilização *post-mortem*, (foram) progressivamente capturadas, dos anos 70 em diante, pelo poder conservador mediante o apoio dos técnicos, também conservadores. Serviriam, a partir de então, de insuspeito suporte para a adoção de soluções descomprometidas com a ampliação da base técnica e com a ruptura das atrasadas relações de produção, vigentes na zona semi-árida¹⁷⁵”. Para os grandes proprietários de terra a defesa das concepções de DUQUE (1987) serviram como forma de se evitar a desapropriação das férteis terras aptas para a agricultura irrigada.

Outro fato a ser destacado é a existência extensas áreas de terra inutilizadas no Sertão dos Inhamuns. A opção pela não introdução do progresso técnico funciona como

Abordagem meteorológica e de previsão de secas; Visão sócio-econômica e sócio-política; Visão abrangente e Visão de ações de governo.

¹⁷³ DUQUE, José Guimarães. Solo e Água na polígono das secas. Coleção Mossoroense. V.CXLII, 1980. págs. 83 a 85.

¹⁷⁴ Na pesquisa de campo pude constatar - no município de Independência-CE -, que a tentativa de se realizar cultivos em área irrigada em sistema de cooperação fracassou. Como apontam alguns autores, falta uma *Cultura Associativa*. Ver trabalhos de LIMA, Jacob Carlos (2002, UFPB).

¹⁷⁵ CARVALHO, Otomar. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus, Brasília: ABID, 1988. p 300 e 301.

um obstáculo à ocupação de novos espaços. De acordo com os entrevistados, os proprietários fornecem áreas para plantio, mas desde que os interessados assumam todos os gastos com a preparação do solo (especialmente a “broca” que é o desmatamento de novas áreas). Essa questão também é discutida por CARVALHO (1988) que mostra a resistência das classes conservadoras dominantes à introdução de inovações tecnológicas uma vez que essas significam compromissos expressos por custos financeiros, segundo o autor, desconhecido por tais classes. Desse modo, o aumento da produtividade agrícola e pecuária configura de forma incompatível com os interesses das elites nordestinas que assentam seu domínio, político e econômico, ao nível local e em atividades de baixíssima produtividade. Porém, mesmo deixando de fazer investimentos por conta própria, as classes conservadoras estariam sempre buscando compensar suas perdas. E isso é feito especialmente nos períodos de seca, quando agem requisitando e capturando os recursos advindos do Estado¹⁷⁶.

Contudo, mesmo com todas essas observações, não podemos remeter todos os problemas nordestinos à conclusão paralisante da falta de terra e água. De acordo com VILLA (2000), muitas vezes o que falta é assistência técnica, crédito e condições para comercializar a produção, o que implica em vontade política e um pouco de ousadia¹⁷⁷. Como veremos mais adiante já existem soluções viáveis – como as cisternas para coleta de água de chuvas, por exemplo – que, se adotadas e implementadas como política do Estado poderia melhorar em muito as condições de vida na região.

4.1 - A concentração da terra no Ceará e no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns

Considerando os estabelecimentos agrícolas do Nordeste em relação ao total dos estabelecimentos observa-se o seguinte: 55,75% dos estabelecimentos possuem área

¹⁷⁶ Op. Cit. p. 231.

¹⁷⁷ VILLA, Marco Antonio. *A Folha de São Paulo*, Caderno A3, 22 de janeiro de 2004.

menor do que 5 hectares. Somados todos os estabelecimentos com área inferior a 20 hectares têm-se 77,60% do total. Se estendermos os dados a todas as propriedades com área menor do que 50 hectares, teremos 88,36% do total dos estabelecimentos. Os outros 11,64% estão assim distribuídos: 5,29% correspondem a estabelecimentos de área entre 50 e 100 hectares, 5,10% correspondem a propriedades com áreas entre 100 e 500 ha. Já os 1,25% restantes correspondem a propriedades entre 500 hectares a mais de 1000¹⁷⁸. Entretanto, quando se considera a área, a proporção se inverte. Nesse caso, as propriedades com área entre 500 a mais de 1000 hectares ocupam 44,43% de toda a superfície nordestina. Caso se inclua nestes dados as propriedades de mais de 100 hectares, o percentual chega a 72,34% de toda a área da região¹⁷⁹.

No caso do Ceará, dados do Censo agropecuário de 1980 mostram que 51,16% dos estabelecimentos possuíam área menor que 10 hectares, isto é, dos 213.594 estabelecimentos, 109.289 possuíam área menor que 10 hectares. Se somados todos os estabelecimentos com área inferior a 50 hectares teremos 186.883 de todos os estabelecimentos existentes, ou seja, 87,49%, ficando pouco abaixo do percentual da região Nordeste. Entretanto, em termos de área, os 87,49% dos estabelecimentos menores que 50 hectares ocupam apenas 19,22% da área do estado: 2.184.960 hectares. Se adicionarmos a essa soma os estabelecimentos com área de até 100 hectares teremos 208.510 estabelecimentos, ou seja, 97,61 %, que em termos de área representa 32,43% ocupando uma área 3.687.056 hectares. Os outros 7.679.467 hectares perfazendo 67,56% da área estavam ocupados pelos 23.084 estabelecimentos restantes que estavam assim distribuídos: 21.826 com área de até 1000 hectares; 1.054 com área entre 1000 e

¹⁷⁸ MINTER/SUDENE. **Nordeste em dados: 1960 – 1983**. Recife, 1984. p.92

¹⁷⁹ Op. Cit. p. 92.

10.000 hectares e os outros 13 estabelecimentos com área entre 10.000 e 100.000 hectares¹⁸⁰.

CE - Área total utilizada em hectares: 11.366.523		Total estabelecimentos existentes: 231.594
Pecuária	4.842.460 hectares	51.044
Agricultura	5.453.699 hectares	163.701
Agropecuária	654.941 hectares	8.914
Extração vegetal	371.988 hectares	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1980. p. 6. Os outros 43.432 ha estão divididos entre os 7.935 estabelecimentos restantes nas atividades de avicultura/horticultura/floricultura /silvicultura /cunicultura/apicultura/sericultura. 191 estabelecimentos não fizeram a declaração.

O importante a destacar aqui é que estabelecimento não é o mesmo que propriedade. O conceito de estabelecimento¹⁸¹ elaborado pelo IBGE considera para efeito de caracterização de estabelecimento, a administração da terra e não o título de propriedade. Com isso, podemos ser levados a superestimar o número de pequenos proprietários. A pesquisa de campo realizada em junho de 2003 contribui muito, dando visibilidade a essa questão. Dos 12 entrevistados cinco sempre foram *morador*, inclusive em alguns casos os pais também trabalharam na mesma condição. Quanto aos outros que podem ser considerados pequenos proprietários, a situação é a seguinte: três adquiriram terra através de herança e os outros quatro compraram alguns hectares de terra. Nas entrevistas, quando perguntados se conheciam famílias que se encontravam na condição de *morador*, todos enfatizavam que sim e inclusive apontaram casas de vizinhos ou conhecidos que viviam próximos de suas propriedades. Uma das

¹⁸⁰ Dados do **Censo Agropecuário -Ceará- 1980**. págs. 6 e 7. 191 estabelecimentos não se declararam a qual classe de atividade econômica pertenciam.

¹⁸¹ O conceito de estabelecimento do IBGE é bastante extenso, por isso cito o que considerei importante para a análise: “considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, [...] as áreas confinantes sob a mesma administração, ocupadas, segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas e ocupadas gratuitamente), foram consideradas como único estabelecimento. As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, ma entregues a administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideraram-se, também, como estabelecimento distintos, as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros. Por extensão, as parcelas não-confinantes exploradas em conjunto, por um mesmo produtor, foram consideradas como um único estabelecimento, desde que estivessem situadas em um mesmo setor...”

entrevistadas me disse que no Ceará “cada um tem o que é seu e outros moram em terra de patrão”.

Quando se trata do Semi-Árido nordestino o que se observa é o predomínio de pequenos estabelecimentos, ou melhor, micro-estabelecimentos. Veja os dados na tabela 1:

TABELA 1 - Número de estabelecimentos pela área em hectares por municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns - 1980

Municípios	Menor 01 ha	Menor 02 ha	Menor 05 ha	Menor 10 ha	Menor 50 ha	Menor 100 há	Total estabelec.
Aiuaba	4	4	37	129	565	844	1400
Arneiroz	1	1	5	16	224	361	585
Boa Viagem	N	20	466	1269	2904	3423	3940
Canindé	N	33	848	1919	3279	3700	4122
Caridade	N	21	272	529	829	900	1000
Crateús	N	23	573	1238	2445	2822	3303
Gal. Sampaio	8	67	36	176	350	392	418
Independência	3	25	294	878	2424	2959	3689
Ipueiras	2	40	163	439	1090	1248	1456
Itatira	N	5	101	383	855	947	1109
Mombaça	16	56	421	1194	2889	3419	3835
Mons. Tabosa	N	N	25	144	596	733	899
Nova Russas	11	17	226	717	1744	2020	2386
Novo Oriente	N	2	529	1175	1645	1833	2136
Parambu	1	7	129	442	1750	2140	2628
Paramoti	N	3	204	509	1011	1106	1117
Pedra Branca	N	N	54	267	1313	1659	2017
Piquet Carneiro	N	3	55	214	814	980	1096
Poranga	1	6	22	204	709	814	962
Quixadá	60	178	865	2160	4056	4575	5439
Quixeramobim	9	39	279	798	1974	2379	2959
Santa Quitéria	1	5	26	124	1012	1547	2333
Sen. Pompeu	N	8	69	202	659	864	1095
Solonópole	1	N	106	485	2198	2778	3166
Tamboril	N	6	411	839	1559	1814	2154
Tauá	4	8	92	319	1576	2223	3111
Total	122	577	6308	16769	40470	48480	58355

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário Ceará 1980. págs. 230 a 237.

Na grande maioria dos estabelecimentos do semi-árido, especialmente nos 26 municípios estudados, a área é infinitamente menor ao estabelecido como prioridade nos

programas do governo federal que priorizam propriedades com área entre 100 e 500 hectares. No caso dos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns, os estabelecimentos inferiores a 5 hectares correspondem a 10,8%. Todos os menores que 50 hectares correspondem a 69,3 % e os inferiores a 100 hectares a 83,0%. Os 17% restantes correspondem a estabelecimentos com área superior a 100 hectares. Contudo, não há como identificar se este elevado número de pequenos estabelecimentos corresponde realmente ao número de propriedades. A suspeita é que nesses estabelecimentos estejam famílias trabalhando na condição de *morador*. Veja na Tabela 2 que os dados do IBGE não agrupam os estabelecimentos por área e condição das terras, mas somente pela condição das terras, o que dificulta comprovar a suspeita acima.

Tabela 2 - Condição das terras - Terras Próprias, arrendadas, ocupadas, sistema misto e área total, em hectares, por município no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns em 1980.

Municípios	Terras Próprias	Arrendadas	Ocupadas	Misto	Total
Aiuaba	177676	1457	2039	1113	181174
Arneiroz	77895	5202	0	1379	83098
Boa Viagem	211828	478	1113	7179	213420
Canindé	267412	16922	6653	3332	290988
Caridade	61644	3670	67	0	65381
Crateús	217806	13612	14045	12243	245465
Gal. Sampaio	11283	1849	1279	359	14412
Independência	297875	6076	31477	16918	335430
Ipueiras	69135	15476	2856	525	87467
Itatira	60774	3677	1491	1953	65943
Mombaça	180430	4274	0	2344	184705
Mons. Tabosa	77532	1366	2681	170	81579
Nova Russas	144536	1676	27053	8726	173266
Novo Oriente	84904	7129	1542	14	93576
Parambu	177924	8651	2133	1593	188709
Paramoti	36680	3295	1008	915	40984
Pedra Branca	135119	1102	16	1386	136238
Piquet Carneiro	52477	658	0	1471	53135

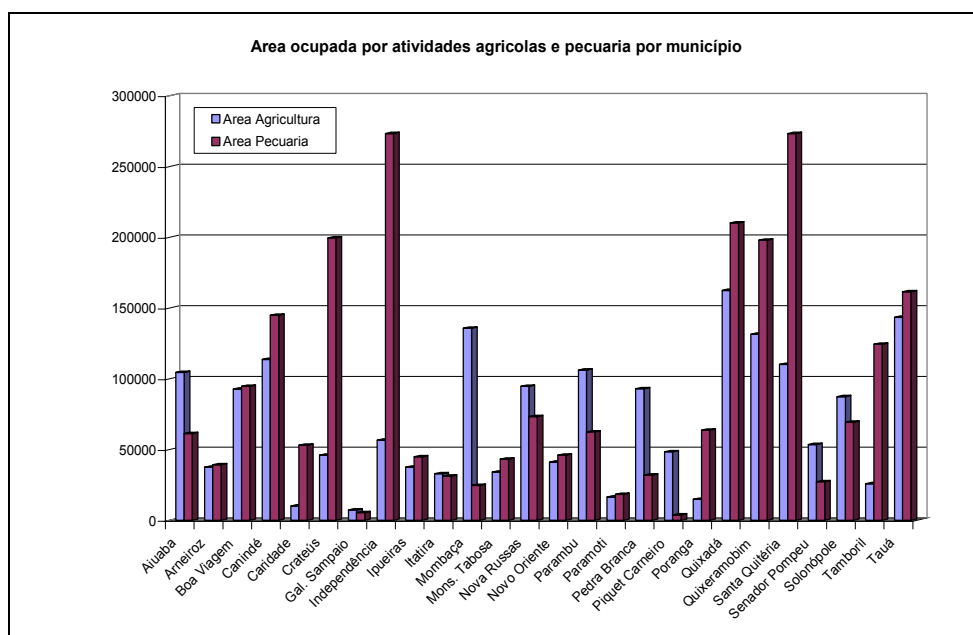
Poranga	70933	4133	9732	1092	84799
Quixadá	382348	16438	7398	8555	406185
Quixeramobim	335652	7497	4832	11681	347982
Santa Quitéria	362347	3903	37998	6396	404249
Senador Pompeu	87843	1077	2276	1004	91197
Solonópole	171461	6059	3237	1674	180758
Tamboril	139850	5714	5866	4317	151430
Tauá	321539	4783	2189	4025	328511
Total	4214903	146174	168981	100364	4530081

Fonte: Censo Agropecuário Ceará, 1980.

No entanto, considerando o baixo percentual de terras arrendadas e ocupadas - significando respectivamente, 3,22% e 3,73% - e a existência de um elevado percentual de estabelecimentos com menos de 50 hectares – 69,3% do total -, somos levados a crer que nas pequenas propriedades do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns estão trabalhadores desenvolvendo atividade na condição de *morador*.

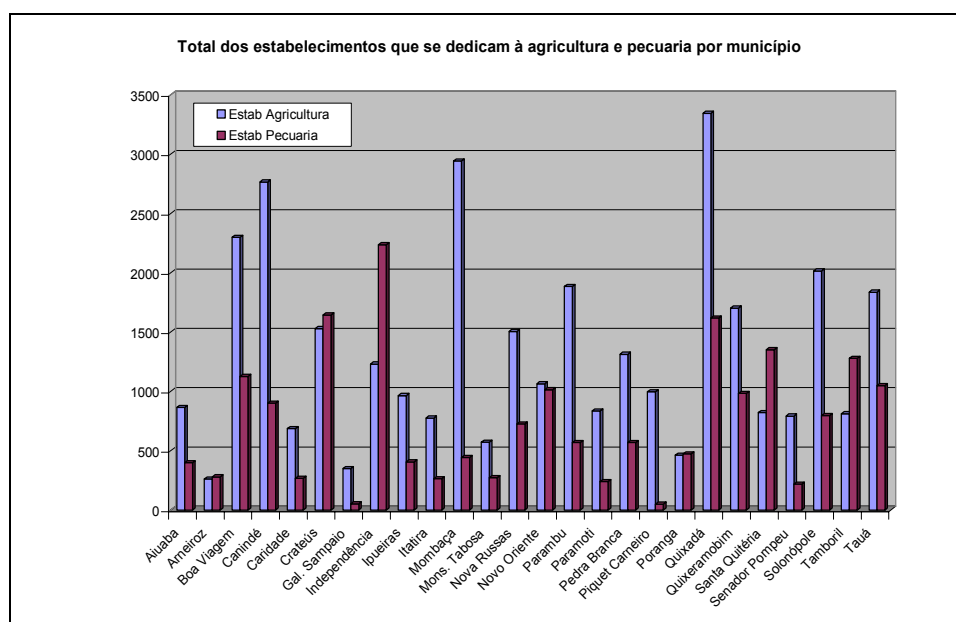
4.2 - A atividade agrícola e a pecuária

Já se sabe de antemão que quando se trata do semi-árido nordestino predomina a pecuária e a agricultura de subsistência como atividade subordinada. Contudo, em termos de área, em alguns dos municípios estudados, especialmente os menores, a atividade agrícola supera a pecuária. Isso ocorre em 10 dos 26 municípios estudados: Aiuaba, Itaitira, General Sampaio, Mombaça, Nova Russas, Parambu, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu e Solonópole. A atividade agrícola também tem sua importância nos municípios de Arneiroz, Boa Viagem, Canindé, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Paramoti e Tauá, ou seja, no total são 18 municípios onde a agricultura tem sua importância. Não obstante, em alguns municípios como Independência, Crateús, Tauá, Santa Quitéria, Quixeramobim e Quixadá, que são municípios maiores em termos de área, a importância da pecuária é inquestionável. Veja o gráfico 1 abaixo:



Fonte: Censo Agropecuário 1980.

Isso mostra a relevância da agricultura no semi-árido, ou pelo menos nos municípios estudados. Como os principais produtos cultivados na região são o feijão e o milho dá para imaginar o impacto de uma seca numa atividade agrícola considerada extremamente frágil. Agora, no Gráfico 2, observe a importância da atividade agrícola, em termos de estabelecimentos, nos municípios pesquisados:



Fonte: Censo Agropecuário 1980.

De longe, a atividade agrícola é a que possui o maior número de estabelecimentos: predomina em 20 dos 26 municípios.

Entretanto, é preciso ficar atento que em alguns municípios a área destinada à agricultura é inquestionavelmente menor do que à pecuária. Se levarmos em consideração o predomínio dos estabelecimentos agrícolas – 70,68% - e ainda o elevado percentual dos pequenos estabelecimentos, inclusive inferior a 50 hectares – 69,3% - podemos concluir pelo caráter extremamente fracionado da atividade agrícola.

4.3 - As Relações de Trabalho e a Questão da Renda

No Nordeste, as especificidades vão além das condições físico-naturais. Estendem-se também no campo político, econômico e social, no âmbito das relações de trabalho por exemplo, e estão atreladas à questão da propriedade da terra. Para DUARTE (2002), além das diferenciações físicas é preciso atentar também para as diferenciações no modo de produção e da própria organização da sociedade que, segundo ele, resultam numa seletividade quanto ao impacto das secas. Para esse autor “um exame superficial dos efeitos da seca sobre as atividades produtivas rurais do semi-árido leva, na maioria das vezes, à conclusão de que se trata de impacto negativo que, de modo generalizado, alcança a totalidade das atividades agropecuárias. Esta é seguramente a percepção errônea de um fenômeno extremamente seletivo, cujos efeitos negativos recaem mais sobre uma atividade que outras e, em termos sociais, incidem com maior intensidade sobre determinadas classes sociais¹⁸²”.

A seletividade a que o autor se refere se deve ao fato de que são os médios e grandes proprietários de terra que determinam quais e como as atividades serão desenvolvidas no semi-árido. Atualmente, como o algodão praticamente deixou de ser

¹⁸² DUARTE, Renato (Org.). CAVALCANTI, Clovis de V. e PESSOA, Dirceu M. A seca de 1979-1980: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco. Fortaleza: Banco do Nordeste/ Recife: FUNDAJ, 2002. p. 77.

cultivado, passou a predominar o binômio pecuária/culturas de subsistência. A primeira como atividade principal e a segunda como subordinada. Considerando que a pecuária sempre foi atividade privativa dos grandes proprietários locais que, além de lucrativa ainda desfrutam de melhores condições¹⁸³ em períodos de seca, o que nos interessa são as formas de desenvolvimento da agricultura de subsistência. Como os médios e grandes proprietários determinam ‘o que’ produzir, ‘o quanto’ produzir e em que condições, restam aos pequenos proprietários e os trabalhadores sem terra vender a sua *força de trabalho* seja na condição de assalariados temporários, meeiros (parceiros) ou mesmo como moradores, desenvolvendo atividades permanentes ou especialmente nas épocas de preparo do solo, plantio e colheita, quando as necessidades de mão de obra aumentam.

Nos anos considerados de precipitações pluviométricas ‘normais’ para as condições da região, os trabalhadores conseguem suprir minimamente suas condições de sobrevivência. Porém, é sabido que a produção na lavoura de subsistência não se realiza de forma a gerar um excedente para os anos de seca nos quais a penúria é extrema. Nesses períodos não será o proprietário que irá fornecer os meios necessários para a *reprodução da força de trabalho*, mas o Estado que propicia ditos meios abrindo ou criando frentes de serviço ou (trabalho)¹⁸⁴.

PESSOA (1973), em análise recente citada por DUARTE (2002), mostra o mecanismo utilizado pelos grandes proprietários de terra para transferirem a responsabilidade para o Estado. Segundo PESSOA (1973) “o estrato social mais

¹⁸³ Devido a facilidade de abastecimento do gado com água e alimentos, sem contar com a possibilidade de transporte do rebanho para outras regiões. Além disso, a ênfase dada pela União no início do século XX a obras de açudagem, teria beneficiado sobremaneira os criadores de gado: “a própria ação governamental, inclusive a mais tradicional de aumento da oferta d’água ... vem de fato, como há mais de duas décadas assinalava o GTDN, contribuindo de modo significativo para aumentar a seletividade na incidência do fenômeno fortalecendo as atividades mais resistentes”.CAVALCANTI, Clovis de V. e PESSOA, Dirceu M. A seca de 1979-1980: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco.Org. DUARTE, Renato. Fortaleza: Banco do Nordeste/ Recife: FUNDAJ, 2002 p. 79.

¹⁸⁴ CARVALHO, Otomar. 1988. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. p. 96.

‘capacitado’ para resistir aos efeitos da estiagem prolongada é o dos proprietários-patrões (titulares de latifúndio ou empresas rurais), não só em razão da vinculação à atividade de criatório, como pelo fato de ter a possibilidade de transferir prejuízos¹⁸⁵’. Nesse caso, os proprietários-patrões ao desconfiarem que é ano de seca “suprime simplesmente os adiantamentos aos parceiros e a contratação dos assalariados e já aí esses trabalhadores se vêem reduzidos a um estado de indigência¹⁸⁶”. Na base da pirâmide, suportando os maiores impactos da crise de produção resultante das secas, estariam os parceiros (autônomos ou subordinados) e os assalariados/moradores (empregados em trabalho permanente e temporário e outra condição) que se vinculam à lavoura. Anteriormente, os primeiros estavam ligados à produção de algodão e subsistência e os segundos prevalentemente à subsistência. Os denominados produtores diretos, constituídos pelos pequenos proprietários (titulares de minifúndios) e não proprietários (ocupantes e arrendatários) dependendo das reservas que conseguiam fazer, da sua capacidade de endividamento e do valor do seu patrimônio, podiam atravessar a seca ou, se esta era prolongada, engajar-se, como os demais estratos mais vulneráveis, nas frentes de emergência¹⁸⁷.

Entretanto, houve modificações na tradicional estrutura econômica do semi-árido. O algodão praticamente deixou de ser cultivado, agravando as condições de vida na região. De acordo com ARAUJO (2000), “no caso do semi-árido, a crise do algodão (com a presença do Bicudo e as alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da industrial têxtil modernizada na região e, mais recentemente, com as políticas associadas ao Plano Real) contribuiu para tornar ainda mais difícil e frágil a sobrevivência do imenso contingente populacional que habita os espaços dominados

¹⁸⁵ PESSOA, Dirceu M. **Extratificação social e vulnerabilidade à seca. Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste**, Recife, v.2, n.1, p. 125-138, jan/abr. 1983.

¹⁸⁶ Op. cit. PESSOA, 1983 citado por Duarte.

¹⁸⁷ Op. cit. p. 80.

pelo complexo pecuária-agricultura de sequeiro¹⁸⁸. No ‘arranjo’ organizacional local, o algodão era a principal (embora reduzida) fonte de renda monetária dos pequenos produtores e trabalhadores rurais desses espaços nordestinos. Na ausência do produto, esses pequenos produtores são obrigados a levar ao mercado o pequeno excedente da agricultura alimentar tradicional de sequeiro (milho, feijão e mandioca), uma vez que a pecuária sempre foi atividade privativa dos grandes proprietários locais¹⁸⁹”.

Para CARVALHO (1988), é a partir dessas relações de produção muito particulares que caracterizam o Nordeste e que têm repercussões sobre a estrutura econômica, política e social que se deve procurar entender a questão da seca na região. DUARTE (2002) reforça a tese da seletividade ao mostrar que os não-proprietários constituem a massa dos flagelados em períodos de seca, constituindo quase dois terços dos entrevistados. Utilizando dados da pesquisa¹⁹⁰ realizada pela FUNDAJ com trabalhadores alistados em 1980, o autor comprova que *Parceiros e moradores* perfazem 71,8% do total dos não-proprietários. Para esse autor, os maiores riscos estão associados às lavouras de subsistência devido a sua menor resistência por razões naturais e, como se viu a pouco, é relevante a presença desse tipo de lavoura no semi-árido nordestino.

No entanto, como já foi dito, a inadequação das culturas de subsistência às condições climáticas não é suficiente para explicar a queda na produção e os rendimentos agrícolas. Por trás dessas razões está “embutido todo um conjunto de

¹⁸⁸ Agricultura de sequeiro: desenvolvida de forma rudimentar, dependente de chuvas.

¹⁸⁹ ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p.214. Devido a facilidade de abastecimento do gado com água e alimentos, sem contar com a possibilidade de transporte do rebanho para outras regiões. Além disso, a ênfase dada pela União no início do século XX a obras de açudagem, teria beneficiado sobremaneira os criadores de gado: “a própria ação governamental, inclusive a mais tradicional de aumento da oferta d’água ... vem de fato, como há mais de duas décadas assinalava o GTDN, contribuindo de modo significativo para aumentar a seletividade na incidência do fenômeno fortalecendo as atividades mais resistentes”.CAVALCANTI, Clovis de V. e PESSOA, Dirceu M. A seca de 1979-1980: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco.Org. DUARTE, Renato. Fortaleza: Banco do Nordeste/ Recife: FUNDAJ, 2002 p. 79.

¹⁹⁰ Pesquisa realizada pela FUNDAJ com uma amostra de 264 indivíduos distribuída nos estados do PI, CE, PE, RN e PB.

fatores econômicos e sociais, que diz respeito à distribuição espacial – no interior do semi-árido – das diferentes atividades, do tipo de unidade que produz as culturas de subsistência, das distintas possibilidades de acesso à água, aos processos produtivos mais adequados, ao crédito e assim por diante. Enfim, na vulnerabilidade detectada através da evolução da produção os determinantes naturais somam-se e se entrelaçam com os sociais e econômicos¹⁹¹”. O fato de distintas atividades, em termos de atividades produtivas e resultados, estarem associadas a distintos estratos sociais, implica, em períodos de seca, em seletividade nas repercussões sobre os diferentes grupos que compõem a estrutura social.

Já se sabe que *parceiros e moradores* são os estratos que mais sofrem os impactos de uma seca e há indícios de que nos municípios estudados seja grande o número de trabalhadores desenvolvendo atividades nessa última condição. Nos dados levantados pelo IBGE no tocante às condições de uso das terras, aparecem os conceitos de *produtor, proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante*¹⁹². Contudo, mesmo reconhecendo a importância desses conceitos não poderia deixar de registrar a necessidade de se levantar dados sobre os trabalhadores que desenvolvem atividades na condição de *morador*. O que pude observar na pesquisa empírica é que o número de trabalhadores que atualmente vivem nessa condição é bastante significativo.

¹⁹¹ DUARTE, Renato (Org.). **A seca de 1979-1980: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco**. Fortaleza: Banco do Nordeste/ Recife: FUNDAJ, 2002. p. 79. O Autor remete ao trabalho de CAVALCANTI, Clovis de V. e PESSOA, Dirceu M.

¹⁹² PRODUTOR: considerou-se produtor a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros. Os produtores foram classificados nas seguintes condições: PROPRIETÁRIO – Quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade. ARRENDATARIO – Sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços. PARCEIRO – Se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida. OCUPANTE – Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário) nada pagando o produtor pelo seu uso.

Segundo os entrevistados em junho de 2003 os que se encaixam nessa categoria passam por sérias privações, vivem num clima de insegurança, dependência e sob as ordens do proprietário da terra. O fato de dispor de um local para morar e um pedaço de terra para plantar implica em obrigações, seja com parte da produção ou com a prestação de serviços. De acordo com Luis, os moradores “vive aí como Deus criou batata! Se há inverno enche dois três tambores de feijão. O dia que acha um dia de serviço vai ganhar aquele dia de serviço. Aí compra uma coisinha daqui outra dacadá. E quem tem um criazinho vai intertendo com um criá. Uma hora vendendo uma ovelha, uma cabra, um porco ou um garrotinho, se tiver. E vai levando a vida pra frente¹⁹³”. Segundo Luis, “aí tem uns fazendeiros que dá condições aos moradores. Mais aí tem gente que.. bota no cabresto! Esse Joaquim que oces passaram na fazenda dele, (conhecido de Luis onde havia feito uma entrevista) não quer nenhum morador com uma galinha no terreiro. Se tiver uma galinha é pra acabar! É trabaia pra ele aí!” Perguntado se é comum os proprietários proibirem os moradores de criarem animais, Luis é enfático: “é desse jeito e é muitos! E outros dão muita terra pro ce trabaia e só quer as forragens para os bichos¹⁹⁴”.

Como se pode ver, a concentração da terra e, conseqüentemente, o acesso restrito às melhores glebas, à água, ao crédito e outros benefícios acabam gerando e reforçando relações de trabalho baseadas na exploração e expropriação do trabalhador que fica sempre numa condição de dependência e miséria. Atualmente, nos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns há um grande contingente de população rural passando por sérias privações. Um reflexo direto da particularidade das relações de produção é destacado pelo padre Antônio de Crateús. Segundo o padre é grande o número de trabalhadores que estão nas mãos dos comerciantes, tornando-se verdadeiros

¹⁹³ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural do município de Crateús.

¹⁹⁴ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural do município de Crateús.

refêns. Acontece que os trabalhadores –especialmente sem terra e pequenos proprietários – dificilmente conseguem produzir excedentes que possam ser trocados por outros bens. Devido a necessidade de adquirirem bens indispensáveis, acabam contraindo dívidas nos armazéns. Com isso, muitos se vêem obrigados a vender parte de sua limitada produção ou mesmo de um pequeno excedente ainda na ‘folha’, isto é, antes de ser colhido. Outros são obrigados a venderem na época da colheita, quando o produto geralmente tem o preço reduzido. Nessas trocas o produtor sempre tem prejuízos e quem fica com os lucros são os comerciantes ou, como também acontece, os proprietários de terra que têm sob seu mando os que cultivam em sistemas de arrendamento, parceria, meeiros e os próprios moradores¹⁹⁵. Tanto no primeiro como no segundo caso a troca se dá entre indivíduos que estão numa relação desigual de poder. Há casos em que os próprios trabalhadores posteriormente se vêem obrigados a adquirir o mesmo produto pagando mais caro, novamente se endividando nos armazéns.

Outro fato que me chamou atenção, é que apesar de ter observado a permanência das relações de arrendamento e meeiro, alguns dos moradores dizem que não pagam renda, pois o que colhem mal dá para o próprio sustento. Nesse caso, o que se pode pensar é que não é a produção da terra o que se busca, mas sim o que se pode extrair desse tipo de relacionamento, ou seja, as relações de poder, dominação e de troca nos pleitos eleitorais.

As péssimas condições de vida encontradas no semi-árido ganham visibilidade nos indicadores sociais da região. Em 1980 a População Economicamente Ativa (PEA) e ocupada de 10 anos e mais do Nordeste era de 24.550.000 pessoas. Desse total 52,23% estavam nas cidades e 47,77% estavam na zona rural. Da população total 12

¹⁹⁵ Segundo o padre Heleno, até mais ou menos a década de 1970/80 alguns proprietários de terra tinham cunhado sua própria moeda – que era feita de zinco – e com a qual faziam o pagamento dos trabalhadores. Estes mesmos proprietários de terra possuíam também estabelecimento comercial e com isso obrigavam os trabalhadores a comprarem somente no seu estabelecimento.

milhões e meio de pessoas se declararam sem rendimento. Do restante, 1.630.000 pessoas que se encontravam na zona urbana ganhavam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 1.842.000 ganhavam de $\frac{1}{2}$ a 1 salário. Já na zona rural esse número elevava para 2.265.000 pessoas no primeiro caso e 2.035.000 no segundo. Descontados os sem rendimentos, 64,61% ganhavam até 1 salário mínimo. Se somados os que ganhavam até 2 salários mínimos esse percentual sobe para 83,83%. Apenas 1,87% ganhavam acima de 10 salários mínimos¹⁹⁶. Analisado segundo o sexo, 3.492.000 homens de 10 anos e mais, se declararam sem rendimentos. Entre as mulheres esse número sobe para mais de nove milhões. A diferença também é grande quanto aos salários: enquanto 59,02% dos homens ganhavam até 1 salário mínimo, entre as mulheres esse percentual sobe para 77,31%.

No caso do Ceará, dados de 1985 apontam que: 52,97% ganhavam menos de 1 salário mínimo; 23,70% ganhavam de 1 a 3 salários mínimos, ou seja, 76,67% ganhavam entre menos de 1 a, no máximo, 3 salários mínimos. Em 1995 diminuiu o número dos que ganhavam menos de 1 salário: agora são apenas 38,26% da População Economicamente Ativa e ocupada. Porém, enquanto o percentual dos que ganhavam menos de 1 salário mínimo caiu 14,71% em dez anos nesse mesmo período pouco aumentou os que ganhavam até 3 mínimos: passou de 23,70% para 25,31%¹⁹⁷, apenas 1,61%. Diminuiu também os que ganhavam menos de 3 salários mínimos: de 76,67% para 63,56% em 1995. Em julho de 2002 fora publicada uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) destacando a pobreza quase generalizada no interior cearense. Nesse estudo, ao considerar todas as pessoas que ganhavam abaixo de R\$ 76,00 por mês como

¹⁹⁶ MINTER/SUDENE. Nordeste em dados: 1960-1983. Recife, 1984. p. 37.

¹⁹⁷ MINTER/SUDENE. Região Nordeste do Brasil em números. Vol. 2. Agosto de 1997. p. 19.

indigentes, descobriu que havia no estado 4,1 milhões de pessoas ou 55% da população que não chegavam a esse piso¹⁹⁸.

No entanto, a questão da concentração da renda tem se agravado e o Ceará atualmente é líder no Nordeste, ficando, entre os piores, atrás apenas do Acre. Os dados são do IBGE, divulgados em junho de 2003 e baseados na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). Enquanto o Índice de Gini¹⁹⁹, que mede a concentração em um dado local, ficou em 0,566 no país, no Nordeste foi de 0,576 e no Ceará chegou a 0,605. Em 1991 a concentração era ainda maior: o índice registrado para o país fora de 0,636 e para o Nordeste e Ceará 0,647²⁰⁰.

Esses dados são para todo o estado do Ceará. Entretanto, no semi-árido os rendimentos são ainda menores. O pagamento de salários ainda é muito raro na região e, além disso, quando ocorre o valor pago não acompanha o valor estipulado para o salário mínimo no país. Hoje, o valor do salário para os que recebem por mês varia de R\$ 50,00 a R\$ 100,00. Contudo, encontrei no município de Independência um trabalhador que mesmo trabalhando todos os dias do mês, inclusive sábados e domingos, recebe R\$ 30,00 (trinta reais) mensais. Esse dado reforça a tese de SAMPAIO (1987)²⁰¹ de que a generalização do assalariamento em determinados espaços nordestinos – especialmente a zona da mata - tem levado a uma maior degradação nas condições de vida daquelas populações. O autor realizou um estudo e constatou que, em termos nutricionais, os trabalhadores do semi-árido que desenvolvem economia de subsistência paralela a outras atividades - meeiros, parceiros, arrendatários e moradores – estão em melhores

¹⁹⁸ www.noolhar.com.br. Dossiê Ceará. Mapa de Contraste. 05 de março de 2004.

¹⁹⁹ O Índice de Gini é o mais conhecido e usado indicador de distribuição de renda. Ele varia de zero a um. Os pontos extremos são apenas teóricos. Um índice de Gini de zero significaria uma sociedade em total igualdade, onde todos teriam a mesma renda. Já o índice de 1 seria o de uma sociedade em que toda a renda fosse apropriada por uma única pessoa. Definição extraída do Jornal *Diário do Nordeste* nº 7.651 de 14 de junho de 2003. *Negócios*, p.4.

²⁰⁰ Jornal *Diário do Nordeste* nº 7.651 de 14 de junho de 2003. *Negócios*, p.4.

²⁰¹ SAMPAIO, Yony (Org.). **Nordeste rural: a transição para o capitalismo**. Recife, UFPE, Ed. Universitária, 1987.

condições do que os assalariados. A economia de subsistência, mesmo caracterizada pelos riscos e baixa produtividade ainda teria mais vantagens que o recebimento de ‘salários’. O pagamento em moeda, como acabamos de ver, é desvantajoso também no semi-árido. Os trabalhadores que, paralelo aos sistemas de parceria, arrendamento, morador e meeiro também trabalham como ‘alugado’, isto é, um ou mais dias da semana recebendo diárias, também reclamam das atuais condições. Segundo os entrevistados, encontrar esse tipo de trabalho está cada vez mais difícil. Isso sem contar que o valor pago pelo dia trabalhado é muito baixo: hoje paga-se R\$ 5,00 (cinco reais). Esses dados apresentados se referem à zona rural pois, segundo o padre Antônio o que predomina no meio urbano são os funcionários públicos. De acordo com ele, chega ser assombroso a quantidade de funcionários públicos existentes nos municípios cearenses. No tocante a indústria – destaque na extração de minerais não metálicos, vestuário e alimentícia – na maioria dos municípios estudados a produção não alcança 2% da produção do estado do Ceará²⁰².

Com relação a educação, o Ceará possuía em 1985 54,44% de analfabetos com idade entre 7 a 14 anos. Já entre as pessoas de 15 anos e mais a taxa era de 40,39%. Nesse mesmo ano a taxa de analfabetismo registrada no Brasil era de 28,24% no primeiro caso, e 20,69% no segundo, respectivamente²⁰³. Quanto ao saneamento básico, em 1980 apenas 17,65% dos domicílios do Ceará possuíam abastecimento d’água sendo que apenas 1,98% possuíam instalação sanitária. No Brasil 54,91% dos domicílios eram abastecidos com água e 27,73% possuíam instalação sanitária²⁰⁴. Além disso, enquanto a taxa de Mortalidade infantil no Nordeste em 1980 era de 110 crianças por mil, no Ceará era de 140,15. Em algumas cidades do Sertão dos Inhamuns a taxa de

²⁰² www.iplance.gov.br . Abril de 2004.

²⁰³ MINTER/SUDENE. Região Nordeste do Brasil em números. Vol. 2. Agosto de 1997. p. 23 e 24.

²⁰⁴ Op. Cit. p.29.

Mortalidade Infantil no ano de 1983 chegou a 250 por mil²⁰⁵. Atualmente, a Mortalidade Infantil no semi-árido comparada com os índices do país ainda é elevada. De acordo com informações do site DATASUS – dados de 2000 - enquanto o índice registrado para o Brasil é de 33,10 crianças por mil, cidades como Senador Pompeu registram 71, Sertão de Quixeramobim 64,5, Uruburetama 82,10 e Solonópole 90,91 crianças por mil. No caso de Solonópole o dado sobre mortalidade infantil é alarmante: no ano de 1999 o índice registrado é de 197 por mil, no ano de 2000 o dado é de 270,85 por mil²⁰⁶.

5 - As Frentes de Emergência e a Questão da Migração

De acordo com VILLA (2000), a elite nordestina sempre incentivou a migração da gente da região. Primeiro para a Amazônia, depois para o Sul²⁰⁷. Essa constatação é de suma importância pois ajuda a explicar os intensos movimentos migratórios que caracterizam o Nordeste, segundo o mesmo autor, desde a seca de 1932²⁰⁸. De lá para cá os movimentos migratórios se intensificaram, principalmente com a melhoria dos meios de transporte, especialmente o rodoviário, como a Rio-Bahia com seus 1.878 quilômetros inaugurada em 1949. Em se tratando do período estudado, o fenômeno da migração foi marcante. Tanto as capitais como as médias cidades passaram a receber um grande contingente de pessoas vítimas da fome, sede e da ausência de ocupação.

No início dessa seca, mais exatamente no segundo ano, os dados do Censo Demográfico de 1980 do IBGE, mostram que a população total do estado do Ceará era de 5.294.800 habitantes. Destes, 5.291.300 se encontravam no interior Polígono das

²⁰⁵ Veja nº 799, 28 de dezembro de 1983.

²⁰⁶ Ver Site: www.solonopole.ce.gov.br. Abril de 2004.

²⁰⁷ VILLA, Marco Antonio em entrevista ao site *Brasil Leitura* em novembro de 2000, sobre o lançamento de seu livro: *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. Ática, 2000.

²⁰⁸ De acordo com VILLA em 1935 o governador Armando de Sales Oliveira iniciou um programa oficial de estímulo a vida de migrantes para o estado de São Paulo, para suprir a carência de mão de obra nas lavouras de café e algodão.

Secas²⁰⁹, espaço delimitado politicamente como sujeito a estiagens e no qual o estado do Ceará possui 99,30% de seu território. Na época, a população total do Nordeste era 35.974.800 habitantes sendo que 22.110.224 se encontravam no interior do Polígono²¹⁰. Do total da população do Ceará, 2.814.200 viviam na área urbana e 2.480.600 na área rural. Como se pode ver há um predomínio de população urbana, dado que é observado a partir do censo de 1980 já que, até 1970 a população do Ceará era predominantemente rural: 2.581.500 - contra 1.780.100 urbana²¹¹.

Para se ter uma idéia do impacto da migração no período, a capital Fortaleza que em 1970 tinha uma população de 858 mil habitantes, chegou a ter em 1980, 1.308.900 habitantes. Novas estimativas foram feitas e em 1984 Fortaleza teve sua população estimada em 1.549.800 habitantes²¹². Se comparado com 1978, último ano antes do início da seca e quando a população de Fortaleza fora estimada em 1.202.900 pessoas, o saldo, até 1984, é um acréscimo de 346.900 indivíduos. No Ceará o saldo migratório negativo de quase um milhão de pessoas já em 1980 demonstrava a forte tendência à migração. Ao todo, só em 1980 o Nordeste perdeu 5.495.612 indivíduos²¹³.

O inchaço ocorrido no período nas capitais nordestinas está diretamente ligado a um fato novo que caracteriza o movimento migratório da década de 1970 e 1980. Ao invés do fluxo migratório se dirigir para o Centro-Sul, como acontecia nas secas anteriores, passaram a ocorrer dentro da própria região Nordeste caracterizando,

²⁰⁹Conforme CAVALCANTI, Clóvis, 1988, Denomina-se Polígono das Secas ao espaço nordestino vulnerável à estiagem, onde as precipitações pluviométricas situam-se, geralmente entre 600 e 800mm anuais, com algumas áreas isoladas de precipitações medias acima de 1.200mm. Compreende uma superfície de 762 mil km², correspondente a 49,4 % da área total do Nordeste. Nessa área vivia, em 1988, 40% da população do Nordeste. De acordo com CARVALHO, Otomar, 1988, a área do Polígono já fora redefinida varias vezes, sempre visando atender os interesses conservadores da região em busca de mais recursos.

²¹⁰MINTER/SUDENE. **Nordeste em dados: 1960 – 1983**. Recife, 1984. p. 18.

²¹¹ Nesse sentido, o estado do Ceará acompanhou um fenômeno que ocorreu em quase todo o Nordeste - exceção de quatro estados: Maranhão, Piauí, Alagoas e Bahia – em que a população urbana supera a rural a partir do ano de 1980. **Nordeste em dados: 1960 – 1983**. Recife, 1984. p. 22.

²¹² Minter/Sudene. **Nordeste em dados: 1960-1983**. Recife, 1984. p. 27 a 29.

²¹³ Op. Cit. p. 21.

portanto, uma migração intra-regional. Veja o que a Sudene diz a respeito desse fato: “é possível que as precárias condições econômicas e o empobrecimento de vastos segmentos da população estejam impedindo o deslocamento a longa distância, predominando dessa forma a migração intra-regional, sobretudo para aqueles municípios próximos às cidades onde se implantam projetos de esperada repercussão econômica²¹⁴”.

No caso dos 26 municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns, a população em 1980 pode ser caracterizada do seguinte modo: apenas cinco municípios tinham população acima de 50 mil habitantes, sendo o município com maior número Quixadá com 99.423, seguido por Quixeramobim com 66.204 habitantes. Do restante, 09 tinha menos de 20 mil e os outros 12 entre 24 a 47 mil habitantes. Comparando os dados de 1970 e 1980 percebemos que alguns dos municípios estudados, acompanhando uma tendência que ocorreu em todo o Nordeste - principalmente nos estados do CE, RN, PB, PE e BA - tiveram crescimento negativo de população²¹⁵. No caso, 12 municípios tiveram crescimento negativo, 9 cresceram entre 1 e 2% e apenas 4 cresceram acima de 2%. Contudo, este crescimento positivo apontado em alguns municípios pode ser irreal uma vez que, durante a seca de 1979 a 1983, várias cidades passaram a receber um elevado número de migrantes que chegavam diariamente vindos principalmente da zona rural e dos municípios menores.

Ainda com relação à população o que se observa é que os municípios estudados não acompanhavam a tendência a urbanização, fenômeno observado no Ceará a partir da década de 1980 e em quase todo o Nordeste, com exceção apenas de quatro estados: Maranhão, Piauí, Alagoas e Bahia. Quando se trata das microrregiões do Sertão Central e Inhamuns o que se constata é o predomínio de população rural. Em todos os

²¹⁴ MINTER/SUDENE. **Proposições de Política Social para o Nordeste**. Recife, 1984. p. 85.

²¹⁵ VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000. p. 218.

municípios estudados a população rural ultrapassa a urbana em mais de 50%, sendo que, com exceção de Crateús com 51,04% e Senador Pompeu 59,77%, nos demais o número é superior a 60%. Do total dos 26 municípios, 19 possuíam entre 70 e 85% de população rural. Veja Tabela 3:

TABELA 3- População residente, urbana e rural e taxa de crescimento nos 26 municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns de acordo com dados de 1980 e 1991 – Ceará.

Microrregião/ Municípios	População Censo 1980	Urbana	Rural	% pop. rural pela pop. Total
Crateús	65.865	32.247	33.618	51,04
Independência	43.845	8.491	35.354	80,63
Monsenhor Tabosa	15.855	4.106	11.749	74,10
Nova Russas	46.604	16.634	29.970	64,30
Novo Oriente	24.692	4.893	19.799	80,18
Tamboril	25.931	5.539	20.392	78,63
Boa Viagem	46.562	9.709	36.853	79,14
Quixadá	99.284	29.465	69.819	70,32
Quixeramobim	66.159	17.938	48.221	72,88
Aiuaba	15.543	1.705	13.838	89,03
Arneiroz	7.025	1.036	5.989	85,25
Parambu	29.542	6.645	22.897	77,50
Tauá	46.673	14.484	32.189	68,96
Mombaça	46.454	11.174	35.280	75,94
Pedra Branca	35.775	7.067	28.708	80,24
Piquet Carneiro	15.396	3.418	11.978	77,79
Senador Pompeu	26.903	10.822	16.081	59,77
Solonópole	37.259	6.494	30.765	82,57
Canindé	58.180	19.347	38.833	66,74
Caridade	11.908	3.397	8.511	71,47
Itatira	15.842	2.064	13.778	86,97
Paramoti	9.783	1.693	8.090	82,69
General Sampaio	4.756	1.299	3.457	72,68
Santa Quitéria	23.728	6.936	16.792	70,76
Ipueiras	33.324	8.642	24.682	74,06
Poranga	9.812	2.971	6.841	69,72
Total	862.700	238.216	624.484	72,38
Pop. Total CE/2000	5.294.800	-	-	-
Fortaleza	1.202.900 *	-	-	-

Fonte: www.sudene.gov.br 13/08/2002 /IBGE; Programa SUDENE/PNUD – Sistema de Informações Gerenciais – SIG. IBGE- Censo Demográfico, 1991 e Censo Demográfico, 2000. * Dado referente a 1978, ano anterior ao início da seca.

De um modo geral, a zona semi-árida se caracterizava em 1980 pelo predomínio de população rural – 61,91% - contra 38,09% de população urbana.

Outro fato interessante para se observar na Tabela 4 é com relação a migração. Uma das dificuldades da pesquisa foi a inexistência de dados estatísticos no período estudado. De acordo com o IBGE, esse dado é levantado apenas nos Censos Demográficos que são realizados a cada dez anos ou por amostragem com a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). Como estava interessada no universo da população que havia migrado, resolvi comparar os dados do Censo demográfico de 1980, 1991 e, também, 2000.

TABELA 4 - População residente total e taxa de crescimento nos 26 municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns de acordo com dados do Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000 – Ceará.

Microrregião/ Municípios	Pop. Censo 1980	Pop. Censo 1991	Cresc/Perda Pop.1980 em relação 1991	Pop. Censo 2000	Tx. Cres. 00/91
Crateús	65.865	66.652	+ 787	70.898	0,70
Independência	43.845	24.031	- 19.814	25.262	0,56
Monsenhor Tabosa	15.855	15.524	- 331	16.344	0,58
Nova Russas	46.604	28.512	- 18.092	29.347	0,32
Novo Oriente	24.692	26.950	+ 2.258	26.119	-0,35
Tamboril	25.931	26.260	+ 329	25.973	-0,12
Boa Viagem	46.562	47.918	+ 1.356	50.306	0,55
Quixadá	99.284	61.451	- 37.833	66.765	1,42
Quixeramobim	66.159	59.100	- 7.059	55.574	0,03
Aiuaba	15.543	13.219	- 2.324	14.452	1,01
Arneiroz	7.025	7.387	+ 362	7.538	0,23
Parambu	29.542	30.079	+ 537	32.302	0,80
Tauá	46.673	51.339	+ 4.666	51.948	0,13
Mombaça	46.454	40.833	- 5.621	41.215	0,10
Pedra Branca	35.775	38.800	+ 3.025	40.742	0,55
Piquet Carneiro	15.396	13.097	- 2.299	13.131	0,03
Senador Pompeu	26.903	26.597	- 306	27.225	0,26
Solonópole	37.259	16.273	- 20.986	16.902	0,43
Canindé	58.180	61.827	+ 3.647	69.601	1,34
Caridade	11.908	12.432	+ 524	15.604	2,58
Itatira	15.842	13.853	- 1.989	15.541	1,30
Paramoti	9.783	10.447	+ 664	10.970	0,55
General Sampaio	4.756	5.565	+ 809	4.866	-1,49
Santa Quitéria	23.728	40.473	+ 16.745	42.375	0,52
Ipueiras	33.324	35.099	+ 1.775	38.219	0,96

Poranga	9.812	11.057	+ 1.245	11.737	0,67
Total	862.700	784.775	- 77.925	820.956	
Pop. Total CE/2000	5.294.800	6.366.647	1.071.847	7.430.661	
Fortaleza	1.202.900*	1.768.637	459.737	2.141.402	

Fonte: IBGE; Programa SUDENE/PNUD – Sistema de Informações Gerenciais – SIG. IBGE- Censo Demográfico, 1991 e Censo Demográfico, 2000. www.sudene.gov.br 13/08/2002. * Dado referente a 1978, ano anterior ao início da seca.

Só nos 26 municípios a perda total de população entre 1980 a 1991 foi de 77.925 pessoas. No município de Independência, em uma década perdeu-se devido a migração ou mortes 45,19% de sua população, isto é, 19.814 pessoas. No caso de Nova Russas a perda foi de quase 39%, exatamente 18.092 pessoas. Quixadá também perdeu em uma década 38,10% de sua população chegando a 37.833. Solonópole as perdas foram ainda maiores: 56,32% somando-se 20.986 indivíduos. Na soma geral, os 26 municípios perderam entre 1980 e 1991 mais de 9% de sua população total. Isso sem considerar que se passaram onze anos. Em 11 dos 26 municípios verificou-se elevada perda de população. Comparado com o Censo de 2000 alguns municípios voltaram a apresentar crescimento negativo. É o caso de General Sampaio, no Sertão Central e Tamboril e Novo Oriente no Sertão dos Inhamuns.

Com relação as Frentes de Emergência, observe na Tabela 5 que em todos os 26 municípios estudados haviam pessoas alistadas.

TABELA 5 – Total dos trabalhadores inscritos nas Frentes de Emergência segundo os municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns no período de 1979 a 1984

Municípios	Inscritos 1979/ 1980	Inscritos 1980/ 1981	Inscritos 1981/ 1982	Inscritos 1982/ 1984	Pop. Total 1980
Aiuaba	2.667	1.000	4.013	8.850	15.543
Arneiroz	1.564	992	2.078	2.419	7.025
Boa Viagem	6.169	7.515	13.908	21.210	46.562
Canindé	5.352	4.083	5.604	10.580	58.180
Caridade	1.920	965	1.720	2.700	11.908
Crateús	-	2000(1)	9.296	18.205	65.865
Gal. Sampaio	493	348	300	1.930	4.756
Independência	5.525	6.367	9.728	8.883	43.845
Ipueiras	3.279	1.420	4.000	13.215	33.324
Itatira	3.298	598	3.323	4.975	15.842

Mombaça	6.764	1.400	7.893	13.500	46.454
Mons. Tabosa	3.070	2.274	3.314	7.840	15.855
Nova Russas	1.907	1.399	6.126	15.737	46.604
Novo Oriente	-	1.200	3.548	8.400	24.692
Parambu	3.999	1.400	5.275	5.581	29.542
Paramonti	950	900	1.250	4.100	9.783
Pedra Branca	3.970	2.800	8.487	19.100	35.775
Piquet Carneiro	1.645	500	3.528	4.086	15.396
Poranga	523	500	2.293	6.330	9.812
Quixadá	12.159	9.637	13.681	29.845	99.289
Quixeramobim	10.704	6.964	10.947	21.905	66.159
Santa Quitéria	4.251	4.944	7.677	11.353	23.728
Senador Pompeu	4.005	1.214	4.499	8.855	26.903
Solonópole	6.730	8.372	11.302	10.737	37.259
Tamboril	3.334	2.805	5.292	10.603	25.931
Tauá	7.319	5.686	10.184	10.786	46.673
Total F. SC e SI	101.597	77.283	159.266	281.725	-
Total Frente -CE	210.270	230.374	471.636	1.038.822	-
Total F. Nordeste	432.057	711.789	1.168.730	2.643.512 (2)	-
Pop. Total Atingida NE	9 114 315	19 649 181	22 227 520	27 892 000 (2)	-

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na Grande Seca de 1979 – 1983. Fortaleza, 1984. Anexos, Quadro nº 1. (1) Dado referente ao Censo de 1980.

(2) Dado referente a Dez. de 1984. Entre maio de 1982 e maio de 1983 estavam alistados 746.804 com uma população atingida de 15 209 766.

Dos 432.057 alistados no período de 1979 a 1980, 210.270, ou seja, 48,66% se encontravam no Ceará e destes, como se pode ver na Tabela 5, quase 50% se encontravam nos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns: 48,31%, isto é, 101.597 inscritos. Observe a importância dos 26 municípios na composição do número total de alistados nas Frentes. Contudo, apesar dessa importância ser significativa cabe destacar que em relação à população total de cada município o percentual de alistados – pelo menos até 1982 - era relativamente pequeno, confirmando e evidenciando as constantes queixas da falta de vagas nas Frentes. Apenas para citar alguns exemplos, em Aiuaba entre 1979 e 1980 havia vagas para apenas 17,15% da população, em Independência para 12,60%, em Quixadá 12,24%. Em Crateús, em dezembro de 1980 estavam alistados apenas 3,03% da população, em Tauá 15,68% e em Poranga e General Sampaio, em torno de 10%.

Entre 1980 e 1981 houve um aumento no número total de alistados em todo Nordeste, passando para 711.789. No Ceará o número subiu para 230.374, porém, nos municípios estudados houve uma redução dos alistados que passaram a representar 33,54 %. Com exceção de Boa Viagem, Independência, Santa Quitéria e Solonópole, em todos os outros 24 municípios houve reduções significativas no número de vagas. Entre 1981 e 1982 o número de alistados havia atingido 1.168.730 trabalhadores e destes 471.636 – 40,35% do total - novamente se encontravam no referido estado. O número de alistados voltou a crescer nos 26 municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns somando 159.266 inscritos. Com relação ao Ceará este número representava, em termos percentuais, ínfima diferença em relação ao ano anterior: 33,76% contra 33,54% entre 1980 e 1981. O número total de alistados em dezembro de 1983 chegou a 2.643.512. Os dados referentes ao Ceará são de fevereiro de 1984 quando estariam alistados 1.038.882 trabalhadores²¹⁶.

A situação ainda é mais grave se compararmos o total de pessoas atingidas pela secas e o percentual das que conseguiram se alistar no período: entre 1979 e 1980 dos mais de 9 milhões de pessoas atingidas, apenas 4,74% conseguiram uma vaga nas Frentes. Nos anos seguintes a população afetada continuou aumentando: mais de 19 milhões entre 1980 e 1981 e o percentual de alistados fora de apenas 3,62%; mais de 22 milhões entre 1981 e 1982 com 5,25% sendo alistados. Em 1982 devido as chuvas que caíram em algumas partes do Nordeste o numero de pessoas atingidas caiu para 15.209.766, desse total 4,91% conseguiram se alistar. Em dezembro de 1983, considerado o pior ano do período, o número de atingidos chegou a quase 28 milhões, mais exatamente 27.892.000 pessoas. Destas estavam alistadas nas frentes 2.643.512, o maior percentual do período: 9,47%. Como podemos perceber, nos 5 anos consecutivos

²¹⁶ Dados referentes ao Ceará: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na grande seca de 1979 a 1983. Fortaleza, 1984. págs. 11 a 16. Dados Gerais: CODERC-NE/SUDENE E SOF/SEPLAN –PR.

de seca mais de 90% da população atingida não conseguiram se alistar nas Frentes de Emergência. Dessa forma, ficaram sem acesso à principal e precária forma de socorro relegada a região. Daí os dados expressivos quanto aos mortos e o saldo migratório: de acordo com VILLA (2000)²¹⁷, o número de mortos no período não deve ser inferior a 100 mil pessoas.

Agora veja o que representou o alistamento nas Frentes da População Economicamente Ativa, masculina, nos municípios estudados. Até meados de 1983 só eram aceitos homens, inclusive crianças, e somente a partir de julho é que as mulheres puderam se alistar. Entretanto, é interessante observar na Tabela 6 como o número de alistados aumentou no período entre agosto de 1982 e maio de 1984 quando os trabalhos foram encerrados:

Tabela 6 - Percentual da população total inscritos nas Frentes de Emergência segundo os municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns no período de 1979 a 1984

Municípios	Participação em rel. a pop. resid. 79/80	Participação em rel. a pop. resid. 80/81	Participação em rel. a pop. Resid. 81/82	Participação em rel. a pop. resid. 82/84
Aiuaba	17,09	17,83	25,71	56,69
Arneiroz	22,25	14,11	29,56	34,40
Boa Viagem	13,11	15,97	29,55	45,06
Canindé	9,18	7,01	9,62	18,16
Caridade	16,10	8,10	14,43	22,65
Crateús	-	3,03	14,11	27,62
Gal. Sampaio	10,36	7,32	6,31	40,57
Independência	12,61	14,53	21,98	20,41
Ipueiras	9,82	4,26	11,99	39,60
Itatira	20,77	3,77	20,93	31,33
Mombaça	14,59	3,02	17,02	29,11
Mons. Tabosa	19,35	14,33	20,89	49,42
Nova Russas	4,07	2,99	13,10	33,64
Novo Oriente	-	4,86	14,36	34,00
Parambu	13,51	4,73	17,81	18,84
Paramonti	9,70	9,20	12,77	41,89
Pedra Branca	11,07	7,81	23,66	53,25
Piquet Carneiro	10,52	3,20	22,57	26,13
Poranga	5,33	5,10	25,37	64,51
Quixadá	12,23	9,69	13,76	30,01

²¹⁷ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: historia das secas nos séculos XIX e XX. São Paulo: atica, 2000, p.247.

Quixeramobim	16,07	10,46	16,44	32,88
Santa Quitéria	8,10	9,42	14,63	21,63
Senador Pompeu	14,87	4,51	16,71	32,88
Solonópolis	18,03	22,43	30,28	28,74
Tamboril	12,84	10,80	20,38	40,82
Tauá	15,66	12,17	21,79	23,07

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na Grande Seca de 1979 – 1983. Fortaleza, 1984. Anexos.

Lembrando que em 1982 choveu em alguns municípios nordestinos levando, inclusive, a mudanças no Programa de Emergência com a criação dos Bolsões da seca que começaram a atuar em agosto de 1982. Os bolsões deveriam ser instalados em pontos isolados e apenas nos municípios em que a seca permanecesse. O destaque segundo a Sudene seria os municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. No entanto, a partir de 1982 houve um crescimento considerável no número de alistados. Nesse ponto, cabe o que fora dito por VILLA (2000) de que as elites nordestinas usaram o argumento das chuvas para cortar o envio de recursos à região e, diante das invasões de cidades seguidas de saques, o governo federal se viu obrigado a voltar a trás e reiniciar o alistamento.

Entretanto, apesar desse importante fato, não podemos deixar de considerar também que em novembro de 1982 seriam realizadas as eleições para governos estaduais, Câmara Federal, um terço do Senado Federal, Assembleias estaduais, renovação das Câmaras de Vereadores e prefeituras (com exceção das capitais e das cidades consideradas de segurança nacional). Mesmo sabendo que houve um acirramento da seca a partir de 1983, fica evidente na tabela a ampliação dos alistados já no ano de 1982. Observe na tabela 7 o extraordinário aumento da População Economicamente Ativa alistada entre 1982 e 1984.

TABELA 7 - Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) alistadas nas Frentes de Emergência entre 1979 a 1984 nos municípios do Sertão Central e Inhamuns

Municípios	Participação em relação a PEA 79/80	Participação em relação a PEA 80/81	Participação em relação a PEA 81/82	Participação em relação a PEA 82/84
Aiuaba	62,65	23,49	94,27	207,89
Arneiroz	90,46	57,37	120,19	139,90
Boa Viagem	51,08	62,23	115,17	175,63
Canindé	45,30	34,56	49,13	89,55
Caridade	75,26	37,83	67,42	105,84
Crateús	-	19,95	92,71	181,55
Gal. Sampaio	50,98	35,99	31,02	199,58
Independência	60,24	69,42	104,97	96,84
Ipueiras	43,52	18,85	53,10	175,42
Itatira	93,40	16,94	44,11	140,89
Mombaça	59,11	12,23	68,98	117,97
Mons. Tabosa	88,27	65,38	95,28	225,41
Nova Russas	23,78	17,45	76,40	196,29
Novo Oriente	-	26,01	76,91	182,09
Parambu	60,29	21,11	79,53	84,13
Paramonti	47,00	44,53	61,85	202,85
Pedra Branca	46,79	33,00	100,02	225,10
Piquet Carneiro	41,69	12,67	89,41	103,54
Poranga	22,50	21,51	98,67	272,37
Quixadá	52,58	41,68	59,17	129,07
Quixeramobim	77,01	60,10	68,76	157,58
Santa Quitéria	39,86	46,36	71,99	106,46
Senador Pompeu	72,79	22,06	81,77	160,94
Solonópole	66,17	82,31	111,12	105,56
Tamboril	64,09	53,92	101,73	203,82
Tauá	81,14	63,04	112,90	119,57

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na Grande Seca de 1979 – 1983. Fortaleza, 1984. Anexos, Quadro nº 1.

Observe que o número de alistados chegou a ultrapassar a 200% da PEA de alguns municípios. Apenas em Canindé, Independência e Parambu o número de alistados não ultrapassou os 100%. Esses municípios que entre 1979 e 1981 tinham 45,30%, 60,24% e 60,29% da PEA inscrita no Programa de Emergência passaram a ter entre 1982 e 1984, 89,55%, 96,84% e 84,13% respectivamente. Nos outros 23 municípios o crescimento no número de alistados foi admirável, chegando a quase 300%. O caso de Poranga é bastante ilustrativo: o município tinha entre 1979 e 1981 cerca de 22% da População Economicamente Ativa alistada. Entretanto, entre 1982 e

1984 saltou para 272,37%. Nos municípios de Aiuaba, Monsenhor Tabosa, Paramonti, Pedra Branca e Tamboril o número de alistados ultrapassou a 200% da PEA. Essa tendência se repete em outros municípios que ficaram com índices bem próximos desse número. Para CARLEIAL e OLIVEIRA (1980), esse elevado aumento no número de alistados está relacionado às denúncias de alistamentos irregulares e, também, de clientelismo político.

Esse acréscimo notável no número de vagas ocorre também em outro segmento bastante identificado com o clientelismo: o dos caminhões-pipa. Acompanhe na Tabela 8 o aumento no número de caminhões contratados entre 1982 a 1984:

TABELA 8– Abastecimento d`água – Caminhões-pipa inscritos, por ano, segundo os municípios do Sertão Central e Inhamuns entre 1979 a 1984.

Municípios	1979/80	1980/81	1981/82	1982/84
Aiuaba	02	-	01	05
Arneiroz	-	-	-	03
Boa Viagem	01	02	03	19
Canindé	02	-	01	08
Caridade	01	01	02	12
Crateús	01	01	02	30
Gal. Sampaio	02	-	-	04
Independência	02	-	-	10
Ipueiras				
Itatira	02	02	03	08
Mombaça	02	01	01	12
Mons. Tabosa	02	02	02	06
Nova Russas				
Novo Oriente	01	01	02	08
Parambu	-	-	04	16
Paramonti	02	01	01	06
Pedra Branca	02	04	05	18
Piquet Carneiro	01	01	02	15
Poranga				
Quixadá	04	04	06	18
Quixeramobim	02	-	02	12
Santa Quitéria	-	03	04	10
Senador Pompeu	01	01	02	07
Solonópole	-	04	04	07
Tamboril	03	-	-	08
Tauá	02	06	04	24

Total SC e SI	35	34	51	266
Total Ceará	128	157	265	1.040

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na Grande Seca de 1979 – 1983. Fortaleza, 1984. Anexos, Quadro nº 9. Obs.: De acordo com o relatório, em 01.03.84 iniciou-se a desativação dos carros pipa.

Nos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns a quantidade de caminhões-pipa saltou de 35 entre 1979 e 1981 para 266 entre 1982 e 1984, um crescimento de 760%. Em todo o Ceará o número saltou de 128 entre 1979 e 1981 para 1.040 entre 1982 e 1984, um crescimento de 812,5%. É inegável que houve um acirramento da seca no ano de 1983 uma vez que as chuvas não foram suficientes para reabastecer os açudes nem para repor a água do subsolo, o que justificaria a contratação dos caminhões-pipa. No entanto, diante das diversas denúncias de uso de tal instrumento no aliciamento de votos e da constatação do descaso com que foi tratada a população nos demais anos de seca, não podemos deixar de atribuir a notável mobilização da elite da região senão a interesses estranhos ao da população atingida.

De acordo com a prefeita de Salgueiro em Pernambuco, Creuza Pereira do Nascimento, “o carro-pipa é um instrumento de corrupção, o dia que o Nordeste se livrar do carro-pipa terá se livrado de uma grande chaga do povo²¹⁸”. A prefeita se refere aos desvios de objetivos do caminhão-pipa que acaba se tornando um elemento de favorecimento a amigos e parentes e, especialmente, elemento de clientelismo político. São inúmeras as denúncias nos jornais da época, inclusive na grande imprensa localizada no Sudeste, acusando principalmente os políticos do PDS de usarem os caminhões-pipa e o alistamento nas frentes como forma de obtenção de votos. Inclusive, os próprios eleitores eram coagidos a votar em candidatos no qual o partido se encontrava empossado na presidência do país. A ameaça era de que, caso votassem na oposição, assim que os candidatos eleitos nos estados fossem empossados a ajuda

²¹⁸ Documentário sobre a seca realizado pela TV Senado: Vermiculita. Especial seca – O Sertão, a Luta, a Gente.

federal seria cortada. Sejam lá quais foram as formas de aliciamento dos eleitores, os resultados nas urnas foram, de longe, extremamente favoráveis ao PDS. Conhecendo a relevância dessa questão, voltaremos a ela mais adiante.

Com relação ao papel das Frentes no não esvaziamento do meio rural, BARREIRA (1991) defende a tese de que “as políticas de emergências nos períodos de estiagens não são feitas para reverter o quadro, nem para criar condições mais adequadas e racionais para enfrentar um novo período seco. As políticas de emergência permitem assegurar a permanência da mão-de-obra no campo, possibilitando sua reprodução por determinados períodos, ao mesmo tempo em que impedem que os conflitos desorganizem a produção vigente²¹⁹”. Sobre essa questão, um dos relatórios elaborados pelo MINTER/SUDENE, afirmam que “o maior dos resultados, foi o de natureza social, pois devido as ações postas em prática pode-se evitar o esvaziamento do meio rural, objetivo principal do Programa de Emergência, elaborado pela Sudene²²⁰”.

Entretanto, é preciso pensar em que medida as Frentes evitam o esvaziamento no meio rural. Se as políticas de emergências não são feitas para reverter o quadro, nem para criar condições mais adequadas e racionais para enfrentamento de um novo período seco, não podemos deixar de duvidar quanto ao caráter fixador de população atribuído aos Programas de Emergência. Essa questão necessita ser tratada com cuidado tendo em vista tanto os intensos movimentos migratórios nos períodos de seca como também, mesmo que em menor número, no período pós-seca. De início levantamos a hipótese de que a permanência conseguida com os Programas Emergenciais seria apenas parcial e temporária já que não absorvem toda a mão-de-obra desocupada, são ativadas apenas quando os efeitos da seca se apresentam de forma grave e, ainda, acabam sendo desativadas logo que começam as chuvas. Isso sem contar o baixo valor pago - na seca

²¹⁹ Op. Cit. p. 87.

²²⁰ MINTER/SUDENE. Relatório Anual 1981. Recife, 1985.

de 1979 a 1983 correspondia a 1/3 do salário mínimo - e até mesmo o próprio modo como o pagamento é feito: fracionado, inviabilizando o acúmulo de dinheiro para arcar com despesas de viagem, por exemplo.

No tocante a essa questão DUARTE (2002) faz uma análise com trabalhadores alistados nas frentes no ano de 1980 e mostra que o não esvaziamento do meio rural está associado a outro fator: predisposição da população rural em não abandonar seu local de origem. A FUNDAJ aplicou questionários nas frentes buscando identificar o desejo de migrar. Segundo DUARTE (2002) “90,5 % responderam que não emigrariam, com ou sem seca²²¹”. Esse fato, inclusive, é apontado pelo autor como um libelo para que o poder público enfrente com determinação e responsabilidade a tarefa de tornar a economia do semi-árido menos vulnerável aos efeitos da seca. De acordo com os dados coletados na pesquisa quanto mais seco o município menor é a vontade de migrar. Para DUARTE (2002) essa conclusão não pode ser ignorada, lembrando dos políticos que objetivaram maciços movimentos de população para fora do Nordeste. Contudo, apesar da predisposição de não migrar o autor conclui que a emergência é um fator que contribui para reter população. É que na mesma pesquisa citada, fora indagado o motivo do não-desejo de migrar e a alegação do entrevistado de figurar na Emergência foi a que apareceu com maior incidência: 32,7%, quase um terço dos entrevistados. No entanto, mesmo com o expressivo desejo de não migrar, o sertanejo diante das agruras da seca, do conseqüente desaparecimento dos escassos meios de sobrevivência e da exclusão do precário ‘socorro’ do Estado, se vê obrigado a fazê-lo. Prova disso são os quase 5,5 milhões de pessoas que deixaram o Nordeste na década de 1980. O maior saldo dos últimos 40 anos²²².

²²¹ DUARTE, Renato. Do desastre natural à calamidade pública: a seca de 1998-1999. Fortaleza: BN, Recife: FUNDAJ, 2002. P. 99.

²²² MINTERSUDENE. Nordeste em dados: 1960-7983. Recife, 1984. p.21.

Como se vê, as Frentes cumprem de forma extremamente precária o papel de retenção de trabalhadores. Porém, o alistamento representa para aquelas populações uma saída à eminente necessidade de imigrar, uma tentativa de resistir ao imperativo de abandono de seus locais de origem. Contudo, é evidente que nem mesmo os trabalhadores que conseguem se alistar nas frentes estejam imunes à imigração. Nas entrevistas realizadas em junho de 2003 foi possível observar o peso da migração nos Sertão dos Inhamuns. Dos 12 entrevistados seis têm pessoas na família que estão vivendo em outras regiões. No município de Independência seis dos sete filhos de Manuel mudaram para São Paulo a procura de trabalho. O caso de Francisca no município de Novo Oriente chega a ser dramático. Ela e o marido trabalham na condição de *morador* – mesma condição em que trabalharam seus pais – tiveram 14 filhos sendo que sete saíram de casa à procura de melhores condições de vida. Ela sabe apenas que os filhos foram para os estados do Maranhão, Pará, Roraima e Piauí, pois cinco dos seus sete filhos nunca mais deram notícias. Com relação aos outros quatro entrevistados, pelo menos uma ou mais pessoas da família estão morando em São Paulo, Bahia, Manaus ou mesmo na capital, Fortaleza. Todos os entrevistados conhecem bem histórias de famílias inteiras, principalmente de vizinhos, que foram embora para outras regiões. Segundo eles, muitos estão voltando em condições de vida ainda piores do que quando saíram. Outros, não conseguindo voltar, estariam vivendo na mendicância nos grandes centros. Os exemplos que conhecem e relatam são contados por aqueles que conseguiram voltar.

6 - As Eleições de 1982 e a Chamada ‘ Indústria da Seca’

“No Ceará, a política é o que há de mais apolítico”.
Padre Helênio, Paróquia São Vicente em Crateús em
entrevista em novembro de 2003.

No Nordeste a idéia da existência do voto cabresto e do curral eleitoral, ainda que travestida sob novas formas, permaneceu tanto no imaginário popular como nas discussões que trataram ou tratam do assunto. Apesar de ser característica marcante de uma fase da política brasileira, especialmente da chamada República Velha, no Nordeste há fortes indícios de que tal prática se manteve e, inclusive, atravessou o século XX. Com relação ao período estudado as evidências aparecem nas práticas pré-eleições, no resultado das urnas e, também, pelo que fora praticado em termos de políticas para as secas nas Frentes de Emergência.

Para CARVALHO (1988), a política para as secas praticada entre 1979 e 1983 constitui um avanço do poder conservador na região. “De forma um tanto inusitada, os grupos conservadores da região encontraram meios para ampliar seu espaço de ação e domínio, de sorte a viabilizarem a adoção de um programa de emergência como o que foi conduzido nos anos de 1979 a 1983²²³”. O autor considera incrível esse reforço do poder conservador no momento da abertura democrática.

A eleição de 1982 tem sua importância histórica uma vez que foi a primeira eleição em clima de liberdade desde 1964. Na época estavam em jogo os seguintes cargos: governos estaduais, Câmara Federal, um terço do Senado Federal, Assembleias estaduais, renovação das Câmaras de Vereadores e prefeituras (com exceção das capitais e das cidades consideradas de segurança nacional). Nos nove estados nordestinos foram eleitos todos os governadores pelo PDS. No caso do Ceará, o PDS

²²³ CARVALHO, Otomar. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988. p. 265.

elegeu prefeitos em 136 dos 141 municípios²²⁴. Inclusive na capital Fortaleza também fora nomeado um prefeito do PDS. O PMDB conseguiu eleger prefeitos em apenas 4 municípios. No Ceará até mesmo os senadores foram eleitos pelo PDS. A margem de votos a favor do partido também era considerável: no caso do governador do Ceará, o PDS obteve quase 60% dos votos válidos em relação ao segundo colocado, que era o candidato do PMDB²²⁵. Segundo VILLA (2000), “enquanto o PDS viu derrotados seus candidatos em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, estados economicamente mais poderosos da federação, no Nordeste venceu em todos os estados. É evidente que a estrutura montada para atender aos flagelados acabou servindo como plataforma eleitoral para o partido do governo. [...] Votar no PDS, segundo propagavam seus dirigentes, significava votar pela continuidade da ajuda federal, que seria interrompida caso vencesse um dos partidos opositores, especialmente o maior deles, o PMDB²²⁶”. Na época, o então presidente João B. Figueiredo ficou tão exultante com a vitória eleitoral do PDS no Nordeste que anunciou que iria virar o mapa do país para baixo, transformando a região numa prioridade absoluta²²⁷.

Alguns indicativos para a explicação de resultados tão impressionantes aparecem na política anti-seca. O Ministro do Interior Mário Andreazza já em 1981 declarava à imprensa que “as providências para atender a emergência serão tomadas este ano ‘de acordo com os chefes locais pedessistas²²⁸’”. O próprio ministro nas visitas em que fez ao Nordeste “sempre percorreu a região acompanhado por políticos do PDS, buscando associar a ajuda federal aos políticos locais, tendo em vista a proximidade das eleições

²²⁴ No Nordeste, há uma tendência de se eleger para as prefeituras candidatos filiados à legenda do partido que se encontra na presidência do país. Atualmente, (março de 2004), a maioria das prefeituras, pelo menos no Ceará, estão ocupadas por partidários do PSDB.

²²⁵ Todos os dados citados foram obtidos junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

²²⁶ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000. p.. 236.

²²⁷ Veja nº 759. 23 de março de 1983.

²²⁸ Isto E nº 221. 18 de março de 1981.

de 1982²²⁹”. Há também os depoimentos de pessoas que, ao se dizerem favoráveis ao PMDB, teriam sido discriminadas não tendo suas casas abastecidas pelos caminhões-pipa, por exemplo. Os jornais nordestinos do período estão recheados de denúncias, feitas na maioria dos casos por partidários do PMDB, acerca da utilização dos bolsões como forma de angariar votos. Mesmo depois das eleições os benefícios continuavam restritos aos eleitores do PDS. É o que se pode constatar da denuncia feita por Castelo de Castro, na época líder do PMDB na Assembléia Legislativa, em 29 de Julho de 1983: “o alistamento de trabalhadores para o programa Bolsões da Seca vem sendo feito às escondidas, de madrugada, para atender somente a afilhados políticos de cabos eleitorais do PDS. ‘Nas poucas vagas conseguidas há a politicagem²³⁰’”. Nessa mesma reportagem o Líder do PMDB acrescenta que “ao invés de serem construídas obras comunitárias, como estava previsto, o que vem sendo feito são trabalhos em propriedades particulares, todas elas pertencentes a chefes políticos pedessistas”.

Como já fora dito, as Frentes foram desativadas no início de 1982 devido às precipitações pluviométricas que ocorreram em alguns locais. Porém, na maioria dos estados nordestinos a seca continuava atingindo grandes proporções. No caso do Ceará, por exemplo, atingia 99% do estado. Para VILLA (2000), as chuvas serviram de pretexto para o governo federal diminuir a ajuda enviada à região. O país passava por uma grave crise econômica e a intenção era interromper as Frentes e destinar os recursos a outras áreas do governo. Considerando a questão apenas no âmbito político, para CARVALHO a desativação das Frentes fora feita temendo manifestações que denunciassesem a ‘indústria da seca’ em ano eleitoral: “o que ocorreu [...] foi a constatação na esfera federal, de que seria altamente recomendável desativar o programa de emergência de 1982 [...] para inclusive desmanchar-se os resquícios da ‘indústria da

²²⁹ VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: historia das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

²³⁰ Jornal O Povo, 30/07/83. 1º caderno, pág. 02. Fortaleza.

seca', que começavam a se tornar cada vez mais visíveis, máxime perante os interesses econômicos (mais pesados) dos grupos do Centro-Sul²³¹". Contudo, em virtude de fortes pressões políticas e principalmente da população, que retomaram a prática das invasões e saques em alguns municípios, houve a substituição das Frentes pelo chamado *Programa de Obras Públicas*, iniciado em agosto de 1982. Para o autor essa foi uma estratégia puramente eleitoreira: "a estratégia concebida de modo implícito [...] foi a desativação do programa de emergência em curso desde 1979, colocando em seu lugar mecanismos capazes de compensar politicamente os efeitos negativos da referida desativação²³²". Um dos mecanismos mobilizados em favor dos políticos teria sido a ampliação na participação dos recursos do FINOR- agropecuária: "com ele, muitos deputados 'expandiram' seus negócios pecuários, principalmente, conseguindo ainda se reelegerem, que era o que importava²³³". Outro mecanismo, instituído pelo Ministério do Interior, teria sido o Programa de Assistência aos Municípios no qual o governo federal distribuía para todo o país recursos de pequeno vulto para obras que parecessem e apresentasse algum impacto político em municípios carentes.

Entretanto, o que pode ser considerado de grande relevância foi a transferência da administração da política anti-seca que saiu das mãos do governo federal e passou para estados e municípios. Fazendo referência ao grande número de pessoas que tinham sido alistadas nas frentes no final de 1982, CARVALHO (1988) diz o seguinte: "nesse caso, a atratividade era fruto das perspectivas que o programa governamental ensejava no tocante à transferência da decisão de empregar, que saía das mãos dos órgãos do governo (como a Sudene, o DNOCS e os Batalhões de Engenharia do Exército) e passava para a esfera dos governos estaduais (via Secretaria da Agricultura) e dos políticos (deputados estaduais e prefeitos, principalmente, além dos vereadores dos

²³¹ Op. Cit. p. 268.

²³² Op. Cit. p. 268.

²³³ Op. Cit. p. 268.

municípios interioranos)»²³⁴. Pelo que se viu anteriormente os governos estaduais e municipais souberam tirar proveito do fato de terem nas mãos a decisão de empregar. Isso pode ser evidenciado no elevado número de pessoas admitidas nas Frentes de Emergência e, também, na elevação extraordinária no número de caminhões-pipa.

Nas entrevistas realizadas em Junho de 2003, essa questão do uso da pobreza e da seca no angariamento de votos é evidente. Na maioria das vezes o eleitor é impelido a se dirigir às urnas e praticar um ato que na verdade lhe é reservado como um direito. Nesse caso, o direito de voto é exercido de forma compulsória. De acordo com os entrevistados, os períodos eleitorais são marcados por bombardeios de promessas mesclados com ameaças. A prática do recolhimento do título de eleitor e devolução só após o voto também foi lembrada nas entrevistas. O sr. Luis, quando indagado sobre as eleições disse o seguinte: “o nordestino é daqueles que é besta e que fica com a boca aberta. E em tempo de eleição... o desgraçado já teve passado, se vende por nada. Um kilo de açúcar, um kilo de arroz, um kilo de carne ou dois, cinco real e o desgraçado já fica...”. Pergunto se os candidatos procuram ‘comprar’ as pessoas nos períodos eleitorais e Luis responde que: “aqui o lema é este mesmo. Eu lhe digo com consciência: há pessoa que confia em vereador aqui que, depois que ele ganha acabou-se. Ninguém é visitado mais! De jeito nenhum”! Indaguei ainda como isso é feito, se em tempos de eleições os candidatos visitam a zona rural. A resposta foi categórica: “vem! Ah, aí é correria nessas estradas! É um troço de vereador aqui mas do lado de mim. Mas passou a eleição, aí Deus o leve. O prefeito daqui andou na primeira campanha e nessa segunda só uma vez e pronto. Ele nunca fez um benefício aqui! [...] ele nunca mais pisou aqui e nunca fez um serviço aqui nesse distrito. Esse prefeito de Crateús vai completar agora oito anos²³⁵”.

²³⁴ Op. cit. p. 261.

²³⁵ Entrevista realizada no município de Crateús em junho de 2003.

O padre Antônio de Crateús, quando perguntado sobre as eleições, diz que “no Ceará, a política é o que há de mais apolítico, o poder é o dos chefes”! Segundo ele, **os pleitos eleitorais são marcados por ameaças** e, até hoje, existem pessoas ‘orientando’ os eleitores: “**se você não votar no fulano eu corto a emergência, se não votar no fulano perde o cargo público, se em tal sessão não sair voto para o fulano e sicrano você perde o emprego**”²³⁶. Segundo um dos entrevistados, antes da votação em urnas eletrônicas, os ‘orientadores’ e os próprios candidatos já tinham pronto chapas com o número do candidato. Isso era feito como forma de garantir o voto, evitando erros dos analfabetos. Bastava apenas contornar os números que estavam vazados na chapa. Hoje, mesmo com as urnas eletrônicas a realidade não é muito diferente. De acordo com o padre Antônio “mesmo com as urnas eletrônicas isso ainda acontece .. e tem muitos mortos que ainda estão votando”.

Veja o que diz a entrevistada Maria quando perguntada como conhecia os candidatos: – “minha fia, sabe o que era que nós conhecia! sabe por que? Era mode a chapa que vinha né? Chegava aqui aqueles vereador pra caça nois pá.... (votar) é.. aí eles chegavam aqui, cantava nois, eu dizia que não ia, não ia não, praquê toda vida eu sou uma pessoa que não gosta de enganar a ninguém. Eu não, eu não vou não, não vou não! E eles Vamo, vamo, vamo, vamo... Aí eles me davam aquela chapazinha né, chegava lá num lugar como esse aqui eu botava a chapa lá em riba (cima) e do jeito que aquelas letra era eu assinava né e entregava lá, botava na urna e tchau. Me dê meu título. Tava votado e viemos embora. Aí eu abandonei. Esse caso aqui pra mim não vai dar não. Saí. E ainda voltei lá acho que foi umas duas vezes. Aí eu disse não: vou cair fora. Chegava um aqui e pelejava comigo. Eu disse ó: eu não quero mais de jeito nenhum, eu não sei fazer nada. E cai fora. Por que eu lhe engano, mas não engano a

²³⁶ Entrevista realizada, por telefone, em novembro de 2003.

Deus. Caí fora logo. O povo vão mais eu não vou mais não”! Indagada sobre como chegavam aos locais de votação, Maria diz que: “Vinhã! Vinham aqui buscar. Trazia o carrão, nós ia e voltava. Cansei de fazer pro povo. ...É só na época da eleição que eles procuram a gente. Eu não ganho nada e pra mim ganhar e pra mim não pagar não me adianta. Eu não ganhava nada minha fia, somente o título que eu votava²³⁷”.

Fiquei intrigada com essa questão ‘de receber o título’ e depois fui saber que no Nordeste era comum que dias antes das eleições os candidatos ou ‘orientadores’ – cabos eleitorais - passassem recolhendo os títulos dos eleitores e só os devolviam para aqueles que comparecem às urnas no dia da votação. Dessa forma, controlam os eleitores que deram ou não seu voto. Não obtive informações se isso ainda ocorre na atualidade, porém as falas remetendo a ameaças se referem aos pleitos recentes.

Segundo um dos entrevistados, os momentos que antecedem aos pleitos eleitorais são sempre marcados por intensa movimentação na região. Às vezes aparecem até deputados e senadores e “as promessas são tantas que a gente até esquece que é verdade”. Segundo Luis uma das maiores ambições de quem vive em Crateús é entrar para a política e ser vereador: “aqui todo cristão que tem dentro dessa cidade quer ser vereador”. De acordo com ele, os que conseguem esses cargos rapidamente se enriquecem e se transformam em grandes fazendeiros. Todo tipo de benfeitoria passa a ser realizado em sua propriedade, com máquinas e dinheiro da prefeitura. “É o banditismo maior do mundo.. a classe mais baixa que tem dentro dessa cidade se chama vereador²³⁸”.

Como podemos constatar, o conjunto das evidências apresentadas não deixa dúvidas quanto a validade das teses apresentadas pelos os autores citados ao longo da pesquisa, ou seja, a manutenção da pobreza como forma de atrair recursos públicos que

²³⁷ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural de Barreiros município de Novo Oriente.

²³⁸ Entrevista realizada no município de Crateús em junho de 2003.

serão utilizados, entre outras coisas, para o aliciamento de eleitores. Fica claro a manipulação do eleitorado e dos recursos públicos em prol da manutenção e reforço das elites ou chefes políticos locais. De acordo com CARVALHO (1988), o resultado das eleições de 1982, em função do maciço apoio concedido pelo voto rural às forças situacionistas, permitem afirmar que, provavelmente, o *coronelismo*, com roupagem nova e travestido em novos personagens, ainda prevaleça especialmente nos espaços semi-áridos. Dessa forma, estaria se adaptando aos tempos modernos, de forma a manter, mediante ao uso de outros mecanismos, antigas formas de dominação.

Nesse caso, impossível é não entrar na questão da existência e fortalecimento da indústria da seca. Em um documento produzido pela Igreja Católica em 1984, intitulado “*Nordeste, desafio à missão da Igreja no Brasil*”, os Bispos se referem à ‘indústria da seca’ e ao que ocorre entre 1979 e 1983 do seguinte modo: “o Nordeste viu o florescimento de uma indústria da seca ampliada e modernizada. Ela já não atua, como outrora, apenas no desvio de alimentos de flagelados, mas na apropriação das obras públicas, com conseqüente valorização das propriedades privadas. Ela produz não apenas a riqueza individual, mas o fortalecimento de lideranças políticas, mediante critérios eleitoreiros de distribuição de favores de emergência. (...) Para os pequenos só sobraram esmolas²³⁹”.

A definição elaborada pelos Bispos vai ao encontro da elaborada por CARVALHO (1988): “a ‘indústria da seca’ existe e continua sendo um formidável fermento dos crescentes interesses conservadores da região. Sua condição básica de existência é dada pela criação de mecanismos que asseguram a destinação de um fluxo contínuo de capital, sob a forma dinheiro, para alimentar a execução de programas dados como capazes de solucionarem os problemas da seca, mas que se sabe de

²³⁹ Revista Sem Fronteiras: a Igreja do Brasil aberta para o mundo. N. 125 – vol. 13. Novembro de 1984. pág. 11. Citação do documento “*Nordeste, desafio à missão da Igreja no Brasil*”, produzido pelos Bispos.

antemão não serem eficazes. Os flagelados entram nos esquemas estratégicos das políticas anti-seca, mais como elementos que legitimam a existência de um estado de calamidade pública, do que como beneficiários efetivos das medidas concebidas e postas em prática, em seu nome²⁴⁰”.

Como vimos, tanto os Programas Especiais elaborados e implementados a partir da década de 1970 como o Programa de Emergência implementado entre 1979 e 1983 já trazem embutidos a ‘indústria da seca’ desde a fase de elaboração dos projetos. Isso demonstra que a apropriação indevida de recursos públicos é algo previamente determinado. Portanto, não pode ser considerado um desvio de objetivos uma vez que é parte inerente dos próprios projetos. Prova disso são os critérios e estratégias com recortes visando beneficiar um público específico – médios e grandes proprietários de terra.

Com relação aos projetos implementados no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento no Nordeste (Sudene), uma Comissão Parlamentar de Inquérito apurou em outubro de 2000 uma avalanche de fraudes no uso dos recursos oriundos dos incentivos fiscais. A conclusão é de que mais de R\$ 1,4 bilhão foram perdidos pela União com fraudes em 2 mil empreendimentos agropecuários criados no Nordeste com incentivos fiscais. A investigação mostra o fracasso de nove em cada dez projetos agropecuários. Teriam sido beneficiados 807 empreendedores no setor, nos últimos 25 anos. Os empresários receberam os recursos do Tesouro, mas a maioria dos projetos nunca saiu do papel. Além disso, os deputados, com o auxílio dos técnicos da Sudene, descobriram uma forma de multiplicação do prejuízo: muitos empresários receberam os recursos e nada fizeram e, na época, estariam vendendo as terras improdutivas ao Incra,

²⁴⁰ CARVALHO, Otomar. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988. p. 321.

para o programa de Reforma Agrária, ou seja, estavam lucrando duas vezes²⁴¹, resumiu na época o deputado José Pimentel (PT-CE).

No entanto, as questões que envolvem a Sudene vão além das fraudes. Criada em 1959 a instituição foi extinta em 2001 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em razão de denúncias de desvio de verbas e de corrupção. As críticas dirigidas ao governo fez com que este ensaiasse um processo de reestruturação. Na verdade, diga-se de passagem, sem nenhuma profundidade: ao invés de ser extinta, essa seria transformada em Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). De 2001 até o início de 2003 o assunto ficou praticamente esquecido. No início de 2003, já na gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva, o assunto retornava à agenda e expectativas otimistas eram criadas quanto à reativação do órgão. Em 28 de julho de 2003, numa solenidade realizada em Fortaleza, era recriada a Sudene. Fora formado um Conselho Deliberativo composto por governadores, secretários estaduais e nomes como o da economista Tânia Bacelar Araújo que produziu importantes trabalhos sobre as questões nordestinas. Porém, passara-se já um ano e a principal reivindicação - fortalecimento político e econômico - dos responsáveis pela reativação do órgão não fora cumprida. Ao contrário, os cortes no orçamento do Ministério da Integração ao qual a ‘Nova Sudene’ estava vinculada foram cada vez mais incisivos: em 2003 os cortes chegaram a 70%. Em 2004, os já reduzidos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, principal fonte da Sudene, foram rateados no processo de negociação da Reforma Tributária – cerca de R\$ 1,6 bilhão. Isso feito, a secretária de Política de Desenvolvimento Regional, Tânia Bacelar, pediu demissão em 14 de janeiro último. Segundo reportagem do Jornal *O Valor*, este foi “o último ato de um projeto que não deu certo, de uma reforma que não aconteceu²⁴²”.

²⁴¹ Revista *Época*, 30 de Outubro de 2000.

²⁴² Jornal *O Valor*. Caderno *Política*. FELICIO, César. 16/01/2004.

Além da CPI da Sudene, uma outra Comissão, agora de Fiscalização e Controle (CFC) fora aberta em abril de 2002 para apurar denúncias sobre o Banco do Nordeste (BNB). As acusações eram de desvios de recursos, improbidade administrativa, tráfico de influência, intermediação de interesses privados e exploração de prestígio, durante a administração do então presidente, Byron Queiroz, que ocupava o cargo há 8 anos. O rombo constatado nas inspeções do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Banco Central fora de R\$ 7 bilhões²⁴³.

Mesmo nos Programas de Emergência, o que se observa é que os maiores beneficiados são os que detêm o poder econômico, político ou ambos. Sobre essa questão, DUARTE (2002) coloca claramente a tese de que se não há avanços há, contudo, retrocessos. É que mesmo sabendo que as dificuldades enfrentadas pela pequena produção não poderiam ser resolvidas num momento de seca, através de um Programa de Emergência, o que se percebe é que as medidas adotadas além de serem favoráveis à grande propriedade, deixam seqüelas pois reforçam a fraqueza dessas unidades de produção e agravam a situação de pobreza das camadas sociais vinculadas à produção familiar.

Com as conclusões que se chegou até o momento, quero destacar aqui uma tese defendida por PRADO JR.(1979) (relacionada à questão agrária, mas que acredito valer para as demais políticas perpetradas no Nordeste. Para esse autor, “os problemas agrários, como quaisquer outros problemas sociais e econômicos, são antes de tudo ‘humanos’. E são por isso os homens e a posição própria que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, que devem ser considerados em primeiro lugar, e como elemento central que configura todas as questões a serem analisadas²⁴⁴”. Ora, o que se percebe é que o norte dos programas não são as pessoas, representadas pelo conjunto

²⁴³ JORNAL DO SENADO. Brasília, 26 de abril de 2002.

²⁴⁴ Op. cit. p. 20.

das populações mais pobres, e nem os problemas por elas enfrentados. Apesar do discurso oficial incorporar tenazmente a questão da pobreza, isso não se reflete nos objetivos e estratégias dos programas elaborados e executados.

7 - Obras Realizadas Pelo Programa de Emergência no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns entre 1979 e 1983

No início da pesquisa pensei que o impacto da intervenção federal pudesse ser avaliado, no Sertão Central e Inhamuns, através das obras e ações realizadas. Contudo, após as constatações feitas ao longo do trabalho percebi que tais dados precisam ser tomados com cuidados pois, caso contrário, podem mascarar a realidade. Mais importante do que mostrar o que fora feito é mostrar como fora apropriado, atentando para a possibilidade de transformação nas condições de vida dos setores que mais sofrem com as secas.

No caso dos Programas Especiais iniciados na década de 1970, o que pude observar durante a realização da pesquisa no meio rural - tanto em Crateús, Novo Oriente e Independência -, é que os grandes projetos do governo federal inseridos na estratégia de *Desenvolvimento Rural Integrado* com a criação de '*Pólos de Desenvolvimento Integrados*' (Polonordeste) ou a criação de '*Núcleos Sertanejos*' (*Projeto Sertanejo*) certamente não chegaram a ser efetivados nos municípios estudados. Essa constatação vai ao encontro do que fora dito por CARVALHO (1988) de que tais projetos foram pensados para extrair maiores vantagens das melhores porções de terra - manchas férteis - do semi-árido.

Como vimos anteriormente, até 1981 o programa do governo federal se caracterizou por obras e melhorias nas médias e grandes propriedades rurais, estando a cargo da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (Saab) e do DNOCS. Já apresentamos, inclusive, o total das benfeitorias realizadas no período. Porém, devido às

críticas algumas mudanças foram ensejadas. De acordo com a Sudene, a partir de junho de 1981, “foi dada mais ênfase a construção de obras hídricas, públicas e comunitárias; a construção de estradas vicinais, de prédios públicos e de calçamentos, e ao plantio de culturas de subsistência, aproveitando as vazantes dos açudes e de rios perenizados. Foram descartados os trabalhos de preparo do solo e de áreas para plantio e a construção de cercas²⁴⁵”. Entretanto, segundo o mesmo documento, houve a continuidade do crédito de emergência e fora iniciado o programa de ‘hora máquina’, “propiciando a conclusão de açudes iniciados com a força de trabalho do flagelado”. Com isso, o que se percebe é que não houve mudanças significativas. Na verdade, foi dada continuidade às benfeitorias nas propriedades particulares. Isso, entretanto, passou a ser feito de modo ainda mais eficiente uma vez que máquinas passaram a ser utilizadas. Veja o que foi realizado a partir de junho de 1981:

Quadro II: Obras hídricas e outras benfeitorias realizadas com a mão-de-obra alistada no Programa de Emergência entre junho de 1981 a fevereiro de 1984

Resultados alcançados	Jun/81 a mar/82		Agost/82 a fevereiro 84	
	Concluído	Em andamento	Concluído	Em andamento
Açudes	5.550	10.694	2.413	6.288
Barragens	350	1.088	119	204
Barreiros	384	124	69	159
Poços amazonas	1.074	2.468	27	18
Cacimbões	1.370	561	5.752	8.291
Lagoas (limp./aprofund.)	85	868	08	17
Cisternas	70	51	-	-
Cacimba	-	-	27	71
Estradas vicinais	12.762 km	62.070 km	-	-
Calçamento	209.720 m ²	105.729 m ²	-	-
Plantio Subsistência	4.537 há	-	-	-
Adução	-	-	01	-
Canal de irrigação	-	-	13	242*
Prédios públicos	-	130	-	-
Municípios assistidos	124		140	
Prop. Beneficiadas	71.350		Não menciona	
Trabalhadores inscritos	230.374		471.636 (março de 1982)	

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na grande seca de 1979 -1983. Fortaleza, 1984.

* não especifica a unidade, se metros ou quilômetros.

²⁴⁵ MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na grande seca de 1979 -1983. Fortaleza, 1984. p.13.

Observe que houve um aumento considerável no número de obras hídricas, com 71.350 propriedades sendo beneficiadas até março de 1982. Houve também um acréscimo no volume de recursos aplicados. Entretanto, há dificuldades para a identificação e localização das obras realizadas com a mão-de-obra das Frentes. No primeiro caso, entre 1979 e 1981, os dados são apresentados de modo agrupado (veja pág. 83), não mencionando a localização nem os beneficiários que, como já sabemos, foram médios e grandes proprietários de terra. As informações apresentadas pelo Ministério do Interior e pela Sudene, por município, se referem apenas ao período de 1982 a 1984, momento em que vigorava o *Programa de Obras Públicas*. Os municípios estudados foram contemplados com 1952 obras hídricas – especialmente açudes, barreiros e cacimbas. Porém, na maioria dos casos a capacidade de armazenamento dessas obras é muito pequena e acabam secando rapidamente logo que cessam as chuvas, não contribuindo assim para minimizar os efeitos das secas. Ou, como a própria Sudene constatou em 1982, os milhares de açudes até então construídos se encontravam vazios devido a ausência de chuvas. Foi quando teve início a perfuração de poços numa “tentativa de racionalizar e democratizar o uso da água”.

No caso do Ceará, um convênio firmado entre a Sudene, a Companhia Nordeste de Sondagens (CONESP), a Superintendência de Obras do Nordeste (SOEC), junto com SOSP e DNPM, teria possibilitado o início da perfuração de poços ainda em 1979. Os dados encontrados no Relatório da Sudene mostram que, ao todo, de março de 1979 a setembro de 1984, 749 poços teriam sido perfurados, sendo que todos seriam ‘poços produtores’. Contudo, percebi que algumas informações estavam desconstruídas, pois, em vários municípios o número de poços produtores era menor do que os de poços perfurados. Refiz as contas e constatei que a soma total apresentada no relatório não correspondia à quantidade de poços perfurados: ao invés de 749, 888

poços – 139 poços a mais - haviam sido perfurados, justamente o total de poços perfurados que não produziram água. A apresentação desses resultados, 'maquiados', nos faz levantar a hipótese de tentativa de encobrir uma quantidade considerável de poços que não foram aproveitados – 15,65%.

No caso do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns, foram perfurados 201 poços: 158 produziram água e 43 não. Os dados podem ser visualizados nas tabelas a seguir:

TABELA 9– Poços perfurados pela Sudene nos municípios do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns entre 03/79 a 09/84.

Municípios	CONESP	SOEC	Poços produtores	Água ofertada m3/dia
Aiuaba	02	-	02	30
Arneiroz	02	-	02	30
Boa Viagem	04	-	03	45
Canindé	02	05	06	90
Caridade	09	06	13	195
Crateús	13	06	16	320
Gal. Sampaio	02	-	01	15
Independência	09	07	13	260
Ipueiras	07	02	07	105
Itatira	06	02	06	90
Mombaça	06	02	06	120
Mons. Tabosa	03	-	02	30
Nova Russas	02	02	03	45
Novo Oriente	02	-	02	40
Parambu	05	03	06	90
Paramonti	02	-	02	30
Pedra Branca	05	-	04	80
Piquet Carneiro	02	01	02	30
Poranga	04	-	03	45
Quixadá	05	05	08	120
Quixeramobim	06	07	10	150
Santa Quitéria	08	06	10	150
Senador Pompeu	08	05	10	150
Solonópole	02	06	06	90
Tamboril	02	01	02	36
Tauá	12	05	13	195
	130	71	158	-
TOTAL S.C/S.I.	201		158	-

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na Grande Seca de 1979 – 1983. Fortaleza, 1984. Anexos, Quadro nº 12. CONESP – Companhia Nordestina de Sondagens. SOEC – Superintendência de Obras do Estado do Nordeste.

Acompanhe na Tabela 10 que no caso dos tanques cisternas apenas 08 municípios foram beneficiados, com uma média de nove tanques por município. Contabilizando todas as obras, teriam sido construídas 1952 obras, em média 75 por município.

TABELA 10- Obras realizadas pelo programa Bolsões da Seca segundo os municípios do Sertão Central e Inhamuns entre Maio de 1982 a Abril de 1984

Municípios	Açudes e barreiros	Barragens de Alvenaria	Cacimbas e Poços Amazonas (1)	Cisternas (2)	Outros (3)	Total
Aiuaba	10	-	01	-	-	11
Arneiroz	15	-	06	-	-	21
Boa Viagem	30	-	117	15	01	163
Canindé	11	-	17	-	-	28
Caridade	11	-	43	-	-	54
Crateús	24	04	100	-	-	128
Gal. Sampaio	07	-	-	-	-	07
Independência	28	-	127	-	-	155
Ipueiras	03	06	13	-	-	22
Itatira	05	-	15	-	-	20
Mombaça	49	-	85	-	-	134
Mons. Tabosa	16	-	57	05	-	78
Nova Russas	21	-	76	06	-	103
Novo Oriente	24	-	48	12	-	84
Parambu	35	-	110	08	-	153
Paramonti	26	-	75	-	-	101
Pedra Branca	12	-	-	13	-	25
Piquet Carneiro	16	01	08	-	-	25
Poranga	04	02	-	-	-	06
Quixadá	01	-	-	04	-	05
Quixeramobim	16	-	06	-	-	22
Santa Quitéria	07	-	01	11	-	19
Senador Pompeu	32	01	43	02	-	78
Solonópole	36	01	22	-	-	59
Tamboril	10	-	129	-	-	139
Tauá	64	03	245	-	-	312
Total	513	18	1344	76		1952

Fonte: MINTER/SUDENE. Ações da Sudene no Ceará na Grande Seca de 1979 – 1983. Fortaleza, 1984. Anexos, Quadro nº 5.

1-Do total, foram construídos 8 poços Amazonas. 2- obras realizadas através do escritório regional do CE-Sudene. 3- Estão incluídos: Lagoa, Adutora, Tanque e canal de irrigação.

Porém, como já fora dito, pouco significado tem mencionar a existência dessas obras se não estivermos atentos para a possibilidade de transformação nas condições de

vida que essas poderiam propiciar. No caso das cisternas cabe ressaltar que essas são de suma importância no semi-árido. A cisterna de placa ou de alvenaria desenvolvida pela CEPATSA/EMBRAPA²⁴⁶ e aperfeiçoada posteriormente pela Organização Não-Governamental CAATINGA (Centro de Assessoria de Apoio aos Trabalhadores de Instituições Não-Governamentais Alternativas) para captação da água de chuva, ainda é um 'sonho de consumo' para muitos trabalhadores rurais. Com o custo aproximado de R\$ 450,00 e adaptando-se perfeitamente para as condições da região, as Organizações Não Governamentais existentes no semi-árido vêm apostando em tal projeto. Mesmo com os baixos índices pluviométricos registrados no semi-árido – a média²⁴⁷ é de 600mm - é possível abastecer a cisterna. De acordo com o Senador Alberto Silva, ex-governador do Piauí, uma chuva de 300 mm – mesmo que distribuída em vários dias - é suficiente para que se armazene 42 mil litros de água. Como o sertanejo sabe utilizar a água com parcimônia e gasta em média para consumo humano 100 litros/dia por família, a estimativa do Senador Alberto Lucena é que gastarão 30 mil litros em dez meses, sobrando ainda 12 mil litros²⁴⁸. Considerando que seja um período de estiagem, passado dez meses provavelmente choverá de novo. Além disso, a cisterna possui várias vantagens: pode ser reabastecida por caminhões-pipa nos períodos mais críticos, fica próxima das casas poupando o esforço de mulheres e crianças, possibilita o consumo de água limpa evitando o consumo de água dos açudes que geralmente estão

²⁴⁶ A cisterna desenvolvida pelo CPATSA/Embrapa utilizando placas pré-moldadas apresentou problemas de rachaduras no tanque de armazenamento e, também, problemas com entrada de impurezas e pequenos animais através do telhado da cisterna. Problemas que foram solucionados por tecnologias desenvolvidas pelo CAATINGA em parceria com a Embrapa. O CAATINGA desenvolveu uma cisterna com capacidade para 10 mil litros com os custos de R\$ 350,00. O preço estimado pela Embrapa, em 1984, para uma cisterna de 30 m³ fora de US\$ 520.

²⁴⁷ De acordo com o Líder comunitário Miguel Gouveia, em alguns municípios nordestino a média de chuvas é de 133 mm, 150mm e 250mm, média de desertos segundo ele. Documentário TV Senado: Vermiculita. O Povo, A Terra, A Gente. 2001.

²⁴⁸ Documentário TV Senado: Vermiculita. O Povo, A Terra, A Gente. 2001.

contaminadas²⁴⁹. Alguns já possuem a cisterna, muitas porém foram construídas com iniciativa e recursos dos próprios trabalhadores²⁵⁰, sendo umas poucas com apoio da prefeitura.

De acordo com Miguel da zona rural de Crateús, os trabalhadores constroem suas próprias cisternas, mas, para tanto, são obrigados a dispor dos poucos bens que possuem: vender cabras, bezerros etc. Segundo ele, há algum tempo a prefeitura iniciou a construção de algumas cisternas na zona rural. Porém, os responsáveis pela construção “ficam dando o cimento bem de pouquinho pra não sobrar nada pro dono da cisterna. Vão dando e aí no fim elas ficam até com a boca aberta porque não tem cimento pra terminar. E eles só enrolando.... O vergalhão é pra vim com sobra: eles mandam duas varas, três varas de vergalhão e não dá é pra nada...”. As reclamações do sr. Miguel a cerca da construção das cisternas vale também para o segmento de crédito. Segundo ele, “infelizmente vem o dinheiro(..) mas chega aqui se esconde dentro das prefeituras. Se vem um empréstimo de R\$ 1.500,00 eles dão R\$ 300,00, R\$ 400,00. Cheio de parcelinhas! Parece um esmolando numa esquina²⁵¹”.

Os entrevistados em Junho de 2003 na zona rural dos municípios de Crateús, Novo Oriente e Independência, destacaram a importância da cisterna. Dos doze entrevistados 08 tinham construído a sua por conta própria. Quanto aos outros quatro, um possuía um cacimbão construído pela prefeitura, outro buscava água na casa vizinha que tinha como fonte d'água uma cisterna e os dois restantes buscavam água em açudes. O que pude observar nessa pesquisa é que a população da zona rural ainda enfrenta sérios problemas com a falta d'água, inclusive para consumo humano.

²⁴⁹ No Piauí a Embrapa meio norte desenvolveu um saco capaz de armazenar 21 mil litros de água da chuva. A água pode ser usada tanto para o abastecimento familiar como para o desenvolvimento da roça familiar. Documentário TV Senado: Vermiculita. O Povo, A Terra, A Gente. 2001.

²⁵⁰ Muitas dessas obras foram construídas com dinheiro de membros da família que migraram para São Paulo, Brasília, Maranhão e até mesmo Fortaleza. Se bem que no caso de Fortaleza é preciso fazer uma ressalva pois alguns depoentes afirmam que muitos dos que migraram para lá retornaram na iminência de se tornarem mendigos. Outros que não conseguiram voltar estariam vivendo nessas condições.

²⁵¹ Entrevista realizada em junho de 2003 no município de Crateús.

Outras obras hídricas, inclusive pequenas redes de distribuição em pequenos povoados, são fruto de iniciativas de associações que buscam apoio financeiro junto ao governo do estado do Ceará, seja através de projetos como o *São José* – projeto que financia a construção de cisternas – ou mesmo da CAGECE (Companhia de água e esgoto do Ceará). Porém, essas intervenções nos municipais são marcadas pela inconclusão e descontinuidade. Muitas cisternas não foram concluídas porque o material fornecido fora insuficiente. No entanto, a questão da construção das cisternas é tema relevante para as ONGs que atuam no semi-árido. Uma iniciativa nesse sentido é da Organização Não Governamental Articulação para o Semi-Árido (ASA), fundada em 1999, e que tem como projeto construir um milhão de cisternas (P1MC) para captação de água de chuva no semi-árido nordestino²⁵². As cisternas são construídas com trabalho coletivo e solitário e o objetivo é envolver toda a comunidade e não beneficiar apenas indivíduos isolados. Até novembro de 2003 haviam sido construídas 12.400 cisternas em 400 municípios²⁵³.

Como políticas dessa envergadura não estão entre as prioridades do Estado, muitos habitantes do semi-árido ainda continuam a percorrer quilômetros de distância até os açudes, consumindo água de qualidade duvidosa. As cacimbas também ainda são um recurso muito utilizado e é comum encontrá-las nas bordas dos açudes, nas áreas de pastagem e próximas de residências. Com as secas, conforme a água dos açudes vão se afastando novas cacimbas vão sendo perfuradas próximas da borda dos açudes, aumentando as distâncias para os que dependem dessa fonte de água. Assim como as cisternas de alvenaria, os sertanejos também valorizam muito as cacimbas. Um senhor do município de Independência, já cansado de constrangimentos e de percorrer longas

²⁵² O Presidente Luis Inácio Lula da Silva disse estar empenhado em levar adiante o projeto das ONGs. De início, o que se sabe é que baseado no Programa Fome Zero criou o Programa Sede Zero. A meta é fornecer uma cesta básica de 10 litros de água por pessoa/dia e construir 200.000 cisternas. 20% da meta das ONGs que prevêem a construção de 1 milhão.

²⁵³ Site: www.asabrasil.org.br. 27 de novembro de 2003.

distâncias até os açudes, resolveu cavar uma cacimba em sua propriedade, local onde predomina terrenos cristalinos. No início foi motivo de chacota pelos vizinhos que desacreditavam que tal feito pudesse ser realizado. Depois de muito cavar nas pedras seu Raimundo conseguiu encontrar água, e água doce o que é mais importante. Hoje, a cacimba é motivo de muito orgulho.

Enquanto muitos sertanejos percorrem longas distâncias atrás de água ou mesmo se esforçam para construir suas cisternas, pesquisa realizada por DUARTE (2002) em 12 municípios dos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco na seca de 1998-1999, mostra que, entre 55 fazendeiros entrevistados, há uma média de 2,1 imóveis por informante, num total de 116 fazendas, com uma média 461,2 hectares. Destas, “58,6% contavam com açudes ou por elas passavam rios ou riachos. Havia poços em 35,3%, cacimbas ou cacimbões em 30,2%, barreiros em 13,8%, cisternas em 12,1 % e barragens subterrâneas em 8,6% das propriedades. A quantidade total de recursos hídricos apontadas pelos entrevistados é de 188, o que equivale a uma média de 1,6 pontos d`água nas 116 propriedades²⁵⁴”.

Apesar da seca e da diversidade do clima e dos solos nordestinos, os trabalhadores entrevistados se mostram interessados na irrigação. No caso da zona rural de Crateús, disseram que a terra é boa e que gostariam de plantar batata inglesa e cenoura para venderem na cidade. Mas para comprar os canos teriam que vender tudo o que possuem: “se for vender as besteiras que a gente tem pra empregar em irrigação – que é os canos...- aí acaba com tudo. Aí pra começar de novo não dá certo²⁵⁵”. Indagados sobre as dificuldades dos trabalhadores em lidar com a irrigação, tema recorrente dos órgãos responsáveis por tais projetos, eles se mostraram indignados. Para eles, não se pode dizer que não sabem lidar com a irrigação se nunca tiveram a

²⁵⁴ DUARTE, Renato. Do desastre natural à calamidade pública: a seca de 1998-1999. Fortaleza: BN, Recife: FUNDAJ, 2002 p. 113 a 115.

²⁵⁵ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural de Crateús.

oportunidade de desenvolver culturas irrigadas. Padre Antônio²⁵⁶ da paróquia de Crateús disse que no Ceará “*o povo não sabe trabalhar com a água, sabe trabalhar com a chuva*”. Com relação a questão da água, o padre diz que “*água não falta e o pessoal não é preguiçoso! Porém, existe um potencial que não é aproveitado. A margem dos grandes açudes públicos é abandonada, não se planta*”. Essa constatação do padre evidentemente está calcada na estrutura de poder e da posse da terra vigente na região.

De acordo com dados de 1980 quase todos os municípios do Sertão Central e Inhamuns possuíam áreas irrigadas. Cabe porém advertir que a área irrigada em alguns municípios era bastante reduzida, com exceção dos municípios de Quixadá, Quixeramobim e Santa Quitéria. No entanto, mesmo com as reduzidas áreas irrigadas tenho dúvidas quanto a existência de 1.203 estabelecimentos – dado fornecido pela Sudene - utilizando os convencionais sistema de irrigação propriamente dito. O que encontrei nos municípios visitados foram alguns agricultores utilizando moto bombas para molhar áreas ao entorno de açudes. Apenas no açude Realejo – Crateús - era utilizado os equipamentos de irrigação convencional. Nesse caso, segundo os entrevistados, toda a produção é direcionada para exportação.

Cabe lembrar aqui que essa fragmentação da área irrigada, segundo CARVALHO (1988), se deve ao caráter da irrigação que no Nordeste tem se caracterizado, por motivos que já relatamos anteriormente, pelo incentivo à pequena irrigação privada. Inclusive, em alguns perímetros está havendo o que o autor denomina de *parceria ‘reabilitada’*, isto é, o proprietário da terra obtém recursos públicos e desenvolve a agricultura irrigada em sistema de parceria, evitando qualquer dispêndio de recursos próprios. Cabe destacar também que, de acordo com as informações colhidas na pesquisa de campo em 2003, há pequenos projetos de irrigação que foram

²⁵⁶ Entrevista realizada por telefone dia 28 de novembro de 2003.

abandonados. Nesse caso, o motivo apontado pelos trabalhadores não é a falta de habilidade para lidar com os equipamentos, mas a insuficiência de recursos para arcar com os investimentos iniciais necessários ou mesmo para assumir custos fixos como o pagamento da energia elétrica, por exemplo.

8 - O Sertão Central e o Sertão dos Inhamuns hoje

Acredito que a melhor maneira de avaliar o impacto da intervenção federal nas sub-regiões estudadas é, além de apontar o que aconteceu no período e as reais condições existentes, mostrar como se encontram esses locais na atualidade. E mesmo tendo visitado apenas os municípios de Crateús, Novo Oriente e Independência o que se observa é que a maioria da população do semi-árido, ou pelo menos do sertão do Ceará, vive em condições degradantes. Digo sertão do Ceará pois mesmo tendo visitado somente o Sertão dos Inhamuns, pude observar que em Canindé, Madalena e Independência, no Sertão Central, as condições de vida das pessoas são as mesmas. Em alguns casos, como Independência e Tauá, são ainda piores. No município de Independência, que no Censo Demográfico de 2000 tinha um população de 25.262 habitantes, o abastecimento d'água ainda é feito por caminhões-pipa – isso independente de se estar em períodos de seca ou não. Nas entrevistas, os que possuíam esses caminhões eram apontados como ‘ricos’. Disseram também que a mesma situação se repete no município de Tauá, local em que as condições de pobreza seriam ainda mais graves. Os solos no município de Independência e Tauá são cristalinos, o que dificulta a perfuração de poços e em alguns locais a água é salgada.

Em Crateús, onde tive mais contato com a população, o que mais me inquietou foi a prostituição, infantil, adolescente e adulta. A impressão que se tem é que tudo gira em torno da prostituição. Crianças de diversas idades se prostituem por R\$ 0,50

(cinquenta centavos), R\$ 1,00 (um real) para comprar o que comer. Considerando que o preço médio de um lanche (pão, queijo e mortadela) é R\$ 2,50, uma criança precisa fazer de quatro a cinco programas para comer um lanche. Conheci o caso de uma mãe prostituta que atualmente prostitui também as duas filhas – uma de nove anos. Muitas dessas crianças, inclusive, são estupradas antes de serem empurradas para a prostituição. No ranking de situação de risco de crianças e adolescentes elaborado pelo Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (Proares) de Crateús, a *prostituição infantil* ocupa o primeiro lugar. O segundo lugar está diretamente relacionado ao primeiro que é *crianças na rua*. Em terceiro vem a *violência doméstica*, quarto: o *uso de drogas* e quinto a *desnutrição*²⁵⁷.

Na visita a esse município, as dificuldades começaram ainda na fase de hospedagem pois não havia hotel ou pensão onde pudesse me hospedar com segurança. De acordo com informações que obtive na viagem entre Fortaleza/Crateús, esses estabelecimentos são utilizados como locais de prostituição.

Com relação às condições de vida o que predomina é a extrema miséria: em muitos casos as reservas de alimentos se constituem de feijão e farinha e assim mesmo são bastante restritas. No meio rural do sertão todo dia é dia de luta para que se consiga sobreviver mais um dia. A caça a aves e pequenos animais ainda desempenha um papel fundamental na alimentação. Entrevistei um pai de família que se vangloriava de imitar perfeitamente o canto de alguns pássaros e com isso atraí-los para a caça. Possuindo esta habilidade podia deixar de comprar pequenos instrumentos que imitam tais sons e que são vendidos nas cidades próximas.

Outro fato que observei ser bastante grave no sertão é a questão da violência. Os idosos temem os jovens e os motivos podem estar relacionados com a disputa pelos

²⁵⁷ Ver site: www.proares.ce.gov.br .

cartões de aposentadoria. Os restritos meios de sobrevivência faz com que os aposentados se encontrem em melhores condições. Já é sabido que no semi-árido os mais velhos sustentam os mais jovens - é a *economia sem produção*²⁵⁸. Segundo um senhor entrevistado “ninguém aconselha ter amizades com os mais jovens pois quando bem entenderem podem te dar uma surra²⁵⁹”. Os habitantes da zona rural também convivem com o medo, pois com frequência são vítimas de roubos de bodes, cabras, ovelhas e aves.

A cidade de Crateús – no Sertão dos Inhamuns – é conhecida como cidade dos ‘cartãozeiros’: criminosos que se especializaram no roubo e clonagem de cartões eletrônicos de bancos. Assim, saem de Crateús e vão para as capitais e grandes centros, locais preferidos para a prática do delito. A ação da polícia parece ser conivente com a realidade da região. No caso dos motoristas, não são cumpridas as leis de trânsito (não há exigência de habilitação e nem fiscalização). As ocorrências de mortes por atropelamentos em Crateús são frequentes (há cruzeiros indicando as mortes por toda parte). Lá, ainda hoje, é comum encontrar veículos movido a gás de cozinha e inclusive até bem pouco tempo este era o combustível usado nas viaturas policiais. No caso de crimes de violência, por exemplo, os culpados são punidos com violência física e liberados no mesmo dia.

De um modo geral, o que se percebe é que o tecido social está totalmente esgarçado. É sensível a existência de um outro código de conduta, completamente distinto do internalizado e vivenciado no Centro-Sul ou no restante do país. Nesse outro código muitos valores morais e direitos humanos foram suprimidos. Aqueles que não possuem bens materiais, instrução, educação - e que são a grande maioria -, se tornam reféns dos que assim o fazem. No caso das mulheres muitas estão prostituídas e é

²⁵⁸ A respeito ver GOMES, Gustavo Maio. Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001. p. 141 a 174.

²⁵⁹ Entrevista realizada em junho de 2003 na zona rural do município de Independência.

grande o número das que se encontram doentes e contaminadas por vários tipos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). A grande oferta de jovens prostitutas faz com que os casamentos durem muito pouco. Com isso, muitas mulheres são abandonadas pelos maridos e acabam na prostituição. Outras, vislumbrando condições de vida ainda piores, se vêem obrigadas a aceitar maridos que freqüentam os prostíbulos. A impressão que se tem é que vivem perseguidas pelo fantasma da prostituição. As condições de pobreza que imaginava encontrar se mostraram muito mais graves.

Em Crateús, onde fiquei hospedada²⁶⁰, não havia gás de cozinha, nada fora preparado no horário do café da manhã e tudo o que havia na geladeira eram duas jarras d'água. Na casa, havia um aparelho de TV comprado por uma das filhas que já havia trabalhado em São Paulo. Observei que as pessoas valorizam bastante o aparelho, como se este os ligasse à realidade do Centro-Sul. Alguns alimentam ilusões de que a vida em São Paulo é como nas novelas, como muito dinheiro e fartura. Luxo para eles porém, é ter alguma reserva de alimentos com a qual possam passar alguns meses. Até para quem vive nas ruas a situação no semi-árido é pior do que nos grandes centros. Nas feiras de Crateús, não havia uma fruta ou legume jogado no chão.

No entanto, se a população que habita o semi-árido tem seu sofrimento exacerbado em períodos de seca, não é diferente porém nos períodos em que chove intensamente – verdadeiros ‘aguaceiros’. É o que ocorre atualmente (janeiro e fevereiro de 2004) com as chuvas de verão. O interessante é que no Ceará, e mais especificamente os municípios estudados, onde o fenômeno da seca é devastador, são também os mais atingidos pelas enchentes e inundações causadas pelas chuvas.

²⁶⁰ Durante a viagem entre Fortaleza e Crateús, conheci Sr. Luiz e Dona Alzira que me alertaram sobre os cuidados com pensões e hotéis. Percebendo que estava sozinha e desconhecia a realidade da cidade, gentilmente me convidaram, mesmo com algumas ressalvas, a passar a noite em sua casa. Veja Relatório de Campo no final do trabalho.

Novamente a explicação não pode ser buscada apenas no fenômeno climático. É preciso estar atento para o modo em que fora realizado a acumulação da água na região. No caso do Ceará, registro de 1999 aponta a existência de nove mil açudes espalhados no estado. No entanto, é importante destacar que dos 8 mil açudes existente até 1998 só 95 eram públicos, sendo que quase todos foram construídos com recursos públicos. De acordo com o Prof. Mauro Miranda do Instituto de Meteorologia de Campina Grande na Paraíba, a proliferação dos açudes particulares nas fazendas impede o enchimento dos açudes públicos. Outra queixa é do Senador Carlos Wilson: segundo ele, o mais grave é a falta de manutenção nos reservatórios de água de todo o Nordeste²⁶¹.

Outra consequência da proliferação dos açudes é que com as fortes chuvas muitos não suportam a força e o peso das águas e acabam rompendo. Com isso provocam o arrombamento, as vezes em cadeia, de outros açudes inundando vilarejos, plantações e cidades, deixando milhares de desabrigados como ocorre atualmente. “No Ceará, já somam mais de 50 mil pessoas entre desabrigadas e desalojadas. Vinte e duas mortes já foram registradas e duas pessoas estão desaparecidas no Estado. Conforme a Defesa Civil, já são 56 municípios atingidos. Deste 23 estão em situação de emergência, dez em calamidade pública, sendo que a situação de onze municípios ainda está sendo avaliada²⁶²”. O governador Lúcio Alcântara (PSDB) decretou ontem, 05/02, estado de calamidade pública em todo o Ceará. Entre os municípios mais atingidos estão Arneiroz no Sertão dos Inhamuns, onde sete mil moradores do município se encontram ilhados devido ao arrombamento do açude que abastece a cidade. O açude com capacidade de 196 milhões de metros cúbicos arrombou e cortou ao meio a estrada que dá acesso à cidade de Arneiroz²⁶³. Dos 123 grandes açudes do Ceará, 28 já sangraram.

²⁶¹ Documentário sobre a seca realizado pela TV Senado: Vermiculita. Especial seca – O Sertão, a Luta, a Gente. 2001.

²⁶² Jornal o Diário do Nordeste. www.diariodonordeste.com.br 08/02/2004.

²⁶³ Site www.noolhar.com.br. 08 de fevereiro de 2004.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa trabalhei com a hipótese de que a intervenção do Estado brasileiro no Nordeste não estaria conseguindo mitigar os efeitos da seca na região e nem diminuir as desigualdades sociais. Ao contrário, estaria muito mais mantendo as estruturas existentes do que as transformando. Para testar essa hipótese, parti inicialmente para a análise de quatro programas governamentais direcionados para o semi-árido na década de 1970: *Polonordeste*, *Projeto Sertanejo*, *PROHIDRO* e *Programa de Irrigação*. Nesse estudo, concluí que tais programas estavam orientados por princípios e estratégias conservadoras e concentradoras.

Ainda que de forma superficial fiz um breve estudo sobre a intervenção realizada através do apoio à industrialização e constatei que permaneceu os moldes da *modernização conservadora*, privilegiada desde 1964. A minha surpresa, no entanto, foi constatar que o Programa de Emergência praticado entre 1979 e 1983 também teve caráter modernizante e conservador. Nesse sentido, apesar da questão da seca aparecer nos programas, muitas vezes como tema central, o que haveria, no fundo, seria uma busca por estender à região Nordeste o modelo de desenvolvimento adotado no restante do país. O que se observa é que as soluções apontadas não partem dos problemas enfrentados pelos indivíduos e suas comunidades, mas sim de como tornar a região Nordeste apta a participar com melhores índices na composição dos indicadores econômicos do Brasil.

O resultado pode ser constatado tanto nos dados referentes ao período estudado, como na pesquisa de campo realizada em meados de 2003. No primeiro caso, fica evidente o massacre, lento e gradual, ao qual foram submetidas as populações afligidas pela seca. No segundo, temos a continuidade e aprofundamento da miséria na região. Apesar dos ambiciosos projetos do governo federal, elaborados nos anos de 1970 -

1980, baseados na estratégia do Desenvolvimento Rural Integrado, o que caracteriza a presença do poder público no semi-árido ainda é a construção de médios e grandes açudes que, no entanto, continuam tendo seu uso circunscrito ao gosto de quem detém a propriedade da terra. Se a análise dos relatórios governamentais alimentava expectativa de que muitas obras haviam sido realizadas no Nordeste - o que, inclusive, me fez pensar na possibilidade de negação da hipótese inicial -, a pesquisa de campo foi elucidativa, reforçou a hipótese do projeto e possibilitou ver de perto o que foi concretizado nos municípios visitados.

Durante a viagem que fiz à zona rural dos municípios de Crateús, Novo Oriente e Independência, no estado do Ceará, pude constatar que há ainda muitas pessoas que enfrentam sérias restrições com relação ao abastecimento d'água para consumo doméstico. Famílias que ainda caminham de 3 a 5 Km para se abastecerem do precioso líquido. E a situação não é diferente no tocante aos alimentos. Encontrei famílias que têm como principal e única fonte de alimentação o feijão e o milho, os dois principais produtos cultivados na região. Muitas são obrigadas a vender parte de sua limitada produção de subsistência para quitar débitos anteriores ou adquirir produtos indispensáveis. Assim acabam se tornando reféns dos comerciantes devido a impossibilidade de liquidar suas dívidas. Quanto ao acesso aos serviços públicos, os entrevistados queixam das dificuldades para conseguir atendimento médico. Nos postos de saúde de Crateús, o atendimento é feito por enfermeiros que, inclusive, estariam sendo impelidos a realizarem cirurgias²⁶⁴. O mais grave é que essas condições foram encontradas em período considerado de normalidade climática. Com isso, podemos imaginar as dificuldades a serem enfrentadas pelas populações que habitam a região com a proximidade de uma seca prevista para 2005/2006.

²⁶⁴ O sistema de saúde de Crateús fora descentralizado na administração do atual prefeito Paulo Nazareno S. Rosa (reeleito pelo PSDB). O atendimento atualmente estaria sendo feito em 50 postos de saúde.

Com relação ao propagado volume de recursos gastos no Nordeste, mesmo sabendo do caráter conservador dos projetos, é preciso que haja uma certa ponderação. Vimos que nos projetos de Desenvolvimento Rural Integrado os recursos programados não foram totalmente liberados. No que toca ao Programa de Emergência implementado entre 1979 e 1983 o que se observa é uma constante disputa: de um lado o Ministro do Interior, Mário Andreazza, tentando angariar verbas para o Nordeste, especialmente para os correligionários do PDS. Do outro, o então Ministro do Planejamento Delfim Neto, elogiado por conseguir cortar gastos e que tantas vezes se mostrou indiferente ao pedido de alocação de recursos extraordinários para a região. As manifestações de descontentamento dos governadores nordestinos quanto ao descumprimento das promessas de envio de recursos serve como um termômetro para aferir a insensibilidade da cúpula federal para com o sofrimento da população afligida pela seca. Ainda com relação aos recursos, não podemos perder de vista a forma como historicamente vem sendo geridos, atendendo a interesses político-econômicos da elite regional. Nesse ponto, tão importante quanto a destinação de recursos, é a fiscalização na aplicação. O padre Antônio da diocese de Crateús resume bem a importância dessa questão ao dizer que não acredita em programas que repassam dinheiro para as prefeituras. Para ele os programas precisam atender diretamente o público ao qual se destina, eliminando os intermediários²⁶⁵.

Para VILLA (2000), o principal motivo do fracasso das tentativas de solucionar o problema da região Nordeste é a falta de vontade política, isto é, disposição para colocar as agências governamentais para funcionar de forma eficiente, o que significa disposição para bater de frente com as oligarquias locais. De acordo com o autor, nos últimos 70 anos não houve um projeto do Estado Nacional para o Nordeste. No

²⁶⁵ Entrevista realizada em novembro de 2003.

programa de governo do atual presidente Lula - nordestino que foi obrigado a deixar o sertão devido aos efeitos das secas e ao poder coronelístico -, não havia sequer uma menção especial à região. Em 2003 o Ministério da Integração Nacional recebeu apenas 30% das verbas aprovadas no Orçamento da União²⁶⁶. Com relação à Sudene, já se sabe que esta ficou numa ameaça, pois não democratizou o acesso à terra e à água²⁶⁷. Além disso, desde 1999 a instituição está submetida a um processo de reestruturação que atualmente dá sinais de ter malogrado devido aos cortes no orçamento de 2004. No caso do DNOCS, o órgão também se encontra desativado desde 1999. No entanto, assim como a Sudene, a instituição mantém seus quadros administrativos em funcionamento. Inclusive, está sendo anunciada atualmente a contratação de mais 600 funcionários²⁶⁸ para o órgão. O Banco do Nordeste do Brasil (BNB)²⁶⁹ é outra instituição que, ao invés de promover o desenvolvimento da região Nordeste - principalmente através de uma política de crédito-, estaria servindo às demandas dos oligarcas nordestinos, especialmente nos momentos de votações importantes no Congresso Nacional²⁶⁹.

De acordo com VILLA (2000), é possível obter resultados positivos na região desde que haja um planejamento integrado, “coordenando a ação do BNB, Sudene, Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e Embrapa, evitando a justaposição de investimentos, diminuindo o número de funcionários, priorizando as atividades-fim, evitando o desperdício na aplicação de verbas. E, principalmente, fazendo os funcionários trabalharem com disposição, integrados em um grande esforço de transformação da região²⁷⁰”. Não obstante, na ausência de um projeto original para o Nordeste, o governo trás à tona a discussão sobre a transposição das águas do rio São

²⁶⁶ VILLA, Marco Antônio. *Jornal A Folha de São Paulo*, Caderno A3. 04 e 22 de janeiro de 2004.

²⁶⁷ VILLA, Marco Antônio em entrevista ao site: www.brasileitura.terra.com.br. Novembro de 2000.

²⁶⁸ Ver edital do concurso no site: www.dnocs.gov.br. 23/03/2004.

²⁶⁹ Críticas feita por VILLA, Marco Antonio em janeiro de 2004 no jornal *A Folha de São Paulo*, Caderno A3, 04 de janeiro de 2004. A matéria sobre as atuais condições do sertão nordestino provocou mal-estar no atual presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith, suscitando o debate sobre as questões nordestinas em outras duas ocasiões no já referido jornal.

²⁷⁰ *Folha de São Paulo*. Caderno A3. 22 de janeiro de 2004.

Francisco. Um projeto que, ao invés de beneficiar as populações mais pobres, atenderá diretamente ao interesse de outros grupos, especialmente donos de empreiteiras e do agronegócio nordestino. Uma proposta que revigora a *modernização conservadora* adotada desde 1964 e que norteou, inclusive, o Programa de Emergência praticado entre 1979 e 1983.

No entanto, ao eleger o Estado como agente capaz de avançar no desenvolvimento da região Nordeste não podemos esquecer das transformações recentes porque passaram essa instituição. Até os anos 90 o *Sistema de Proteção Social Brasileiro*²⁷¹ estava totalmente centralizado no governo federal. Contudo, mudanças no cenário internacional perpetraram transformações no Brasil na década de 90 no sentido de distanciamento do Estado de algumas áreas. Mudanças estratégicas importantíssimas, tanto econômicas²⁷² quanto políticas, ocorreram com a *Reforma do Estado*.

De acordo com ARAÚJO (2000), “o Estado, em suas diferentes esferas, transita para um contexto onde se verifica: sua menor presença no patrocínio do avanço das forças produtivas; a adoção de novas formas de articulação e parceria; uma menor importância das formas diretas de ação; uma tendência à descentralização; e uma atuação voltada para a regulação em novas áreas²⁷³”. Para ARRETCHE (1999)²⁷⁴ a estrutura organizacional do *Sistema de Proteção Social Brasileiro* foi profundamente redesenhada. Foram feitas redefinições de atribuições de competências na área social, culminando com a transferência de gestão para os níveis estadual e municipal.

²⁷¹ ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14, nº 40. Junho/99.

²⁷² A autora se refere à abertura financeira e comercial, patrocinadas pelo governo Collor e aprofundadas no governo Fernando Henrique, que abriram a economia à competição com agentes de fora do país e à crescente internacionalização.

²⁷³ ARAÚJO, Tânia Bacelar. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.p 326.

²⁷⁴ ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 14, nº 40. Junho/99.

Concluindo, diante do cenário atual fica difícil vislumbrar um projeto de intervenção federal que dê conta das transformações sociais, econômicas e políticas que a região Nordeste exige. No entanto, se por um lado o Estado busca se afastar de determinadas áreas, o acirramento dos problemas sociais, por outro, vem pressionando para que o mesmo assuma suas funções. Com relação especificamente ao Nordeste a pesquisa mostra a urgência de um Projeto político que, de fato, consiga desenvolver e resgatar da miséria os milhões de nordestinos que habitam tanto os espaços semi-áridos como as demais zonas. Caso isso não seja feito e as questões nordestinas continuem sendo tratadas como problema periódico - recorrendo sempre às tradicionais soluções emergenciais, precárias e conservadoras -, o Nordeste continuará fadado a apresentar os piores indicadores sociais do país, a expulsar população e a ser, periodicamente, palco de cenas de fome, sede, invasões de cidades e saques, com saldos de milhares de mortos.

7 - REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Pinto. **Nordeste: o drama das secas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.
- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 14, n. 40. Jun. 1999.
- BARREIRA, César. Seca: reprodução do poder e rebelião. In: Magalhães, A. R., BEZERRA NETO, Eduardo (Org.). *Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil*. Fortaleza: IOCE, 1991.
- BRASIL. **Nordeste em dados: 1960-1983**. Recife: MINTER/SUDENE, 1983.
- BRITO, Adilson M. et. ali. Subsídios creditícios; primeira parte- credito rural. Brasília, Banco Central do Brasil, 1979, p. 9-15 xerox.
- CARVALHO, Otomar. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID, 1988.
- CARLEIAL, Liana Maria; OLIVEIRA, Aécio A. Impactos da seca sobre as condições ocupacionais nas áreas urbanas e rurais do Ceará na década de 1980. In: MAGALHAES, A. R.; BEZERRA NETO, Eduardo (Org.). *Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil*. Fortaleza: IOCE, 1980.
- CARVALHO, Inaiá M. Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo/Recife: Hucitec/Sudene, 1980.
- COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976 (Coleção Debates).
- DUARTE, Renato (Org.). **Do desastre natural à calamidade pública: a seca de 1998-1999**. Fortaleza: BNB, Recife: FUNDAJ, 2002.
- DUARTE, Renato (Org.). **A seca de 1979-80: uma avaliação pela Fundação Joaquim Nabuco**. Fortaleza: BNB, Recife: FUNDAJ, 2002.
- DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no Polígono das Secas**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/ESAM, 1987.
- GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos**. Brasília: IPEA, 2001.
- GONDIM, João G. Correa. **Reflexões sobre as secas**. Recife: MINTER/SUDENE, 1984.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- HOUNIE, Emilia V. Rosa Gantzer de. **De retirante a trabalhador: a grande seca de 1877-1879 e a organização do mercado de trabalho livre em Pernambuco**. Tese de mestrado. Recife, 1992.
- MACEDO, Hyperídes. **A chuva e o chão na terra do sol**. São Paulo: Maltese, 1996.
- MAGALHÃES, Antônio R.; BEZERRA NETO, Eduardo (Org.). **Impactos sociais e econômicos de variações climáticas e respostas governamentais no Brasil**. Fortaleza: IOCE, 1980.
- MINTER/SUDENE. Relatórios Anuais de 1979, 1980, 1981, 1982, 1984 e 1985.
- MINTER/SUDENE. **Avaliação do PROHIDRO e Programa de Irrigação**. Fortaleza, 1985.
- MINTER/SUDENE. **Relatório de Avaliação do Polonordeste e do Projeto Sertanejo**. Fortaleza: 1985.
- MELO, Evaldo Cabral de. **O norte agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/INL, 1984.
- MYRDAL, Gunnar. Rutas de desarrollo. In: SHANIN, Theodor. *Campesinos y sociedades campesinas* (Tradução Eduardo L. Suárez) México: Fondo de Cultura Economica, 1979. p. 368 a 375. (El Trimestre Economico, Lecturas, 29).
- MUNHOZ, Dércio Garcia. **Economia agrícola; agricultura – uma defesa dos subsídios**. Petrópolis: Vozes, 1982 (capítulo VI).
- NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de cultura e desporto, 2000.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma religião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PESSOA, Dirceu M. Extratificação social e vulnerabilidade à seca. **Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste**, Recife, v.2, n.1, p. 125-138, jan/abr. 1983
- PRADO Jr., Caio. A questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SEPLAN. **O Governo e as Secas**. Série Documentos Sociais. Brasília, 1980. p. 18 a 20.
- TAVARES, Maria da Conceição e DAVID, Maurício Dias (Org.). **A economia política da crise; problemas e impasses da política econômica brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes/Achiamé, 1982, p. 48.
- VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão: a história das secas no século XIX e XX**. São Paulo: Ática, 2000.

8 - BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo, Campinas: Hucitec e Editora da Unicamp, 1998. (Estudos Rurais).

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

BELLONI, Isaura et al. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2000 (Coleção Questões da Nossa Época, v.75).

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>> Acesso em 08 mar. 2002.

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. 5. ed. Tradução Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco A. Editora, 1991.

CALLADO, Antônio. **Os industriais da seca e os ‘galileus’ de Pernambuco: aspectos da luta pela Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS – DNOCS.

Disponível em < <http://www.dnocs.gov.br> > Acesso em 10 maio 2003.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 168 p. (Coleção Obra Prima de Cada Autor).

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v.92).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986.

A fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

Operação Nordeste. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Fortaleza: Batista Fontenele, 1953.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza: DNOCS, 1981.

Flashes das secas. 2. ed. Fortaleza: DNOCS, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 8. ed. 1975. (Coleção Documentos Brasileiros).

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Ed. Nova Fronteira, 1997.
- MELO, André Marcus. Estado, governo e Políticas Públicas. MICELI, Sérgio (Org.). In: **O que ler na Ciência Social brasileira** (1970-1995). 2. ed. v. III. São Paulo: Ed. Sumaré, ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **Cativeiros da terra**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979. (Série Brasil Ontem e Hoje, v.6).
- MARTINS, José de Souza. **Não ha terra para se plantar nesse verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- OLIVERIA, Francisco (Org.). **Economia**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- PATARRA, Ivo. **Fome no Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, s/d.
- PAULA, Sérgio Góes de; BENJAMIN, César Queiroz. **...E o sertão de todo se impropriou à vida**: um estudo sobre a fome e a seca no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SAMPAIO, Yony (Org.). **Nordeste rural**: a transição para o capitalismo. Recife: UFPE, Ed. Universitária, 1987.
- SHANIN, Theodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. Tradução Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Economica, 1979. 404 p. (El Trimestre Economico, Lecturas, 29)
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SUDENE. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Disponível em < <http://www.sudene.gov.br> > Acesso em 25 jun. 2003.
- SUDENE. **Calamidades públicas no Nordeste**: plano de defesa civil para 1982. Recife: Sudene, 1981. Versão preliminar.
- TAVARES, Maria da Conceição; ANDRADE, Manoel Correia de; PEREIRA, Raimundo. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Tradução Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ZAIDAN FILHO, Michel. **O fim do Nordeste e outros mitos**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v.82).

9 - BIBLIOGRAFIA E ENDEREÇOS RECOMENDADOS

Jornais e Revistas

A Folha de São Paulo (1979 a 1984)

O Estado de São Paulo (1979 a 1984)

O Valor (2004)

Revista Veja (1979 a 1984)

Revista Isto É (1979 a 1984)

Revista Época

O Povo (1983 e 1984)

Diário do Nordeste

Revista Econômica do Nordeste

Fontes Alternativas

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Crateús e Tauá.

Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Documentário

Documentário realizado pela TV Senado: Vermiculita. Especial seca – **O Sertão, a Luta, a Gente**. 2001.

Fontes eletrônicas

www.sudene.gov.br; www.dnocs.gov.br; www.asabrazil.org.br; www.noolhar.com.br;
www.diariodonordeste.com.br; www.folha.com.br; www.bnb.gov.br; www.ibge.gov.br;
www.brasilleitura.terra.com.br; www.fundaj.gov.br; www.abong.org.br;
www.proares.ce.gov.br; www.solonopole.ce.gov.br; www.crateus.com.br;
www.epoca.com.br .

10 - ANEXOS

1- RELATÓRIO DE CAMPO

Pesquisa realizada nos municípios de Crateús, Novo Oriente e Independência²⁷⁵ –Ceará

Data: 06/06/2003 – saída de São Carlos - SP

07/06/2003 – saída de Ribeirão Preto - SP

07/06/2003- chegada em Fortaleza - CE

De Ribeirão Preto a Fortaleza a viagem foi feita de avião com conexão em São Paulo e Brasília.

08/06/2003 12h00– saída de Fortaleza com destino a Crateús-CE. Viagem feita de ônibus com duração de aproximadamente 7 horas, com apenas uma única parada no município de Madalena. (Apesar da longa duração da viagem poucas pessoas desceram do ônibus na parada e também foram poucas as que compraram alguma coisa para comer. Era um lugar muito simples na beira da estrada (Everton Restaurante) que mais se parece um bar e, apesar de ser quase quatro horas da tarde ainda estava lá a comida self-service que uns poucos se serviram e comeram com muito gosto).

A viagem foi feita quase totalmente de pé devido ao esgotamento das passagens com assento reservado. Há apenas dois horários diários de ônibus com destino a Crateús, sendo que o outro horário era inviável devido a hora que chega na referida cidade (por volta da meia-noite). A viagem era longa e devido ao fato de estar de pé aproveitei para fazer contatos com algumas pessoas que moravam na cidade. Primeiro precisei me livrar de um senhor aparentando uns 40 anos – usando cavanhaque e óculos

²⁷⁵ Inicialmente, estava previsto pesquisa de campo em três municípios nas sub-regiões do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. Contudo, devido às dificuldades encontradas, inclusive quantos aos recursos financeiros, optou-se por realizar a pesquisa em três municípios do Sertão dos Inhamuns.

escuros –que me seguia o tempo todo dentro do ônibus – isso com o ônibus lotado – sempre procurando puxar conversa.

Após sanar este problema busquei, discretamente, me informar sobre possíveis hotéis ou pensões que existissem na cidade. Um rapaz chamado Siderlei me indicou a pensão ‘Pousada Dourada’ e uma outra pousada que agora não me recordo o nome.

Um senhor, acompanhado da esposa, que estava sentado no banco de trás ouviu a conversa e quis saber de onde eu vinha e o que iria fazer na cidade. Eu disse que iria fazer uma pesquisa sobre a seca e que estava procurando um local para me hospedar. Este senhor, após desfiar umas duas horas de conversa sobre o fato de não conseguir se aposentar, deu a entender que não eram nada familiares as pousadas que o Siderle havia me indicado: “cê é moça de famia? Olhe lá! Se cê for moça de famia não aconselho este lugar não”. Isso só foi possível pois o citado rapaz que havia dado o lugar para me sentar um pouco tinha ido ao banheiro. Perguntei sobre outros locais e ele falou alguma coisa sobre o ‘hotel Fortaleza’, mas também deu a entender que não era bom não. Comecei a ficar preocupada.

A viagem continuou e novamente eu estava de pé. Foi quando este senhor de nome Luiz me ofereceu o lugar para sentar um pouco e eu pude conversar com sua esposa. Ela disse que gostaria de me hospedar em sua casa mas que não tinha como pois nada tinha a me oferecer (observei que algumas pessoas que estavam no ônibus eram extremamente humildes. Ofereci a Dona Alzira e a uma outra senhora um pouco do salgadinho que havia comprado na parada em Madalena e ambas, ao invés de retirarem na embalagem, juntaram as mãos para que eu despejasse, como se estivessem recebendo uma esmola). A viagem já estava chegando ao fim, já era noite - quase 19h00. Foi então que o senhor Luis, definitivamente, me convidou para se hospedar na casa dele. A

esposa exitou um pouco mas concordou. Eu a tranquilizei dizendo que seria apenas por uma noite e que no outro dia iria procurar um lugar para ficar.

A casa era próxima da rodovia e fomos de pé com as malas. Eu os ajudei e eles também me ajudaram. Chegando na casa havia duas moças e crianças que esperavam ansiosas pelos avós. Rápidos providenciaram um quarto com uma cama. Eu insisti muito para que me deixassem dormir no sofá mas me disseram que não dormem em cama e sim em redes (cada um tinha a sua). Deixei minhas malas, dei às crianças alguns chocolates que havia comprado em Fortaleza e fui para o banho. O banho foi na casa ao lado - que é do filho casado - pois o encanamento do banheiro da casa do senhor Luis estava com sérios problemas. Eles compartilham parte do quintal. Tudo estava caminhando bem, mesmo com o banho frio que acabara de tomar (tentei mudar a posição do chuveiro mas logo percebi que não havia fios elétricos. Depois descobri que para eles tomar banho quente é algo tido como causador de mal à saúde).

Sai do banho e já estavam me esperando para jantar. Percebi que havia uma grande movimentação na casa e que meu prato já estava pronto. Percebi também que só o sr. Luis estava comendo e a sua esposa, dona Alzira, não. Olhei no fogão e vi que não havia mais comida nas panelas. Rapidamente disse que não estava com muita fome e que aquela comida era muito para mim. Deram-me um prato e eu coloquei metade do arroz e macarrão que haviam me oferecido. Numa outra tigela tinha dois pedaços de carne de ovelha e algumas batatas. Servi-me com um pedaço de carne e uma batata.

Após o jantar sentamos numas cadeiras de balanço que todas as noites colocam na rua e ficamos conversando por mais de uma hora. A partir desse momento já comecei a receber muitas informações sobre a cidade de Crateús. Uma das filhas do casal, também já casada e que tinha morado um ano e meio em São Paulo, começou a me contar coisas que acontecem na cidade. Entre essas coisas estava a política implementada pelo

prefeito. Este estava em seu segundo mandato, era médico e havia fechado ou sucateado os dois hospitais públicos existentes na cidade. Paralelo ao sucateamento da saúde pública implantava-se o convênio Unimed, isso numa cidade em que a maioria da população é extremamente pobre. Segundo ela nem mesmo o pagamento do convênio garante o atendimento pois tem dias que não há médicos. Após sucatear os dois hospitais, o referido prefeito teria criado alguns postos de saúde em alguns bairros. Porém, o atendimento aí é feito apenas por enfermeiros que, segundo me informaram estariam sendo pressionados a realizarem até cirurgias. Segundo o marido, que também já havia morado em São Paulo, “se você ficar doente em Crateús e precisar de médicos, você morre!”. Ambos comentaram ainda da epidemia de dengue e de fortes gripes que abatiam sobre a cidade.

Outro ponto que eles falaram bastante é com relação a questão da água. Mesmo com a escassez de água na cidade, o prefeito não exitou em despejar o esgoto em uma lagoa – na verdade um reservatório revestido com pedras - que fica a uns 300 metros da casa onde moram. Eles se queixam pois antes esta lagoa servia para banho e pesca. Hoje, é necessário que se faça periodicamente uma limpeza nessa lagoa uma vez que o mal cheiro chega a incomodar a cidade inteira²⁷⁶. Disseram também que a água encanada é tratada, mas como não têm certeza disso adicionam (alguma substância com Alumínio) na água de beber e cozinhar²⁷⁷. Perguntei quem tinha elegido o prefeito e me disseram – em voz baixa - que as eleições tinham sido fraudadas, todos sabiam, pois já estavam insatisfeitos com a primeira administração. Disseram-me também que de vez em quando o prefeito bebe umas e que recentemente tinha brigado com um vereador e

²⁷⁶ A construção do açude Carnaubal já havia prejudicado seriamente o abastecimento da lagoa que hoje virou esgoto.

²⁷⁷ Na casa do sr. Luiz, e acredito que na de todos que vivem naquela região, racionalmente se faz muita economia de água: por exemplo, a água da pia do banheiro é armazenada e reutilizada para dar descarga.

ambos tinham rolado na calçada do bar onde estavam. Disseram que brigas entre vereadores e prefeito é comum e que no outro dia já estão andando abraçados de novo. Sobre as reuniões na Câmara dos Vereadores disseram que na semana anterior um vereador havia pedido em caráter de urgência que fossem construídos os bancos ao redor de uma Igreja. Detalhe: estava servindo de chacota por um radialista da cidade pois nem mesmo a Igreja havia sido construída. (Cabe destacar que as autoridades da cidade temem os radialistas. A gerente de negócios do Banco do Nordeste (BNB) só concordou em dar uma entrevista depois que provei que era da UFSCar e que não tinha a menor intenção em divulgar as informações na rádio da cidade). Aproveitei a conversa e perguntei algumas coisas sobre projetos para a seca. A resposta foi a confirmação de uma de minhas hipóteses: “aqui, só os fazendeiros (rabo de couro) é que mexe com esses projetos do governo, quem pode criar gado”... Como estava cansada não me demorei a deitar.

No dia seguinte acordei cedo. Os galos começaram a cantar eu acordei e não consegui mais dormir, fiquei pensando como iria ser o meu dia.. o que devia fazer para chegar à zona rural. Contudo, esperei que se levantassem para só depois me levantar. Não eram nem 07h00 quando me levantei. Após lavar o rosto e conversar com dona Alzira, percebi que ninguém mencionava nada quanto ao café da manhã, nem mesmo café puro tinha. Como havia dormido e jantado na casa dela disse que ia ajudá-la e fui pegar o dinheiro. Ela agradeceu muito, disse que não tinha gás e que iria interar para comprar um botijão. Eu perguntei quanto era o botijão e dei o dinheiro para que comprasse.

A compra do botijão foi motivo de muita alegria. Em seguida prepararam o café e compraram alguns pães²⁷⁸. Após tomar o café, quis conhecer melhor a cidade antes de partir para as entrevistas no meio rural, até porque precisava encontrar um meio para fazer isso. Maria Luiza²⁷⁹, filha e vizinha do casal onde eu estava hospedada, disse que tinha que ir ao centro e me fez companhia. Nesse dia eu já nem precisava me preocupar com lugar pra ficar pois insistiam muito para que ficassem com eles. Além de conhecer o centro, eu precisava também encontrar algum meio de me deslocar para a zona rural. O sr. Luiz e a dona Alzira haviam me dito sobre caminhões e caminhonetes (pau-de-arara) que de manhã vêm para a cidade e por volta das 10 horas voltam para a zona rural. Esses veículos trazem as pessoas para fazer compras.

Durante o trajeto até o centro, que preferi fazer de pé para conhecer melhor a cidade, a Maria Luiza me fornecia muitas informações. De vez em quando me apontava pontos de prostituição e mesmo meninas e moças que eram prostitutas. De início pensei que fossem apenas casos isolados já que em todas as cidades é possível de se encontrar um prostíbulo. Depois, fui percebendo que a prostituição não era a exceção e sim a regra. Segundo M.L. aos domingos após a missa você encontra crianças de idades variadas – 7, 8, 9 anos – se prostituindo na praça da matriz. Mesmo durante a semana essas crianças podem ser vistas nas ruas. Ela me apontou uma casa em que a mãe prostituta agora prostitui também as duas filhas – crianças. Disse-me também que muitas dessas crianças são estupradas antes de entrarem para a prostituição. Ela mesma

²⁷⁸ É importante destacar que alguns produtos comercializados na região são de qualidade suspeita. O pão, por exemplo, não acredito que pese as 50 gramas estipuladas em lei. Ao perguntar sobre o preparo do pão me disseram que é puro fermento e água e que as condições de higiene são péssimas. Mesmo a margarina, sendo a mesma marca comercializada na região sudeste, tem uma consistência, sabor e coloração diferentes.

²⁷⁹ Maria Luiza é mãe de três crianças, três meninas, que cria sozinha. Antes morava no Maranhão mas o pai das crianças é muito violento e por isso teve que fugir e voltar a Crateús. Hoje cria as filhas com o Bolsa Escola Federal e, também, vende lanches num local chamado Dogão no centro da cidade.

já teria ouvido uma criança ser estuprada na casa vizinha durante o dia. Perguntei porque não a socorreu e ela me disse temer pelas suas três filhas.

Segundo ela, em Crateús os casamentos não duram devido a prostituição: “aqui as mulheres são sustentadas pelos homens”. Sendo assim, quando o casamento se desfaz a mulher vai para a prostituição. Quando o casamento não chega a ser desfeito, a mulher se vê obrigada a relacionar com um marido que frequenta os prostíbulos. Ela me disse que tem parentes e amigas com doenças venéreas gravíssimas. Essas mulheres choram por sua doença pois os médicos as informaram que são incuráveis. Fiquei impressionada com a prostituição, pois em um mesmo quarteirão havia três prostíbulos.

No trajeto até o centro pude perceber uma enorme quantidade de motos que circulam nas ruas. É preciso muito cuidado para atravessá-las, pois elas vêm de todos os lados. De acordo com M. L. esse é o principal meio de transporte da cidade e todos querem possuir uma moto devido ao baixo consumo de combustível. Além disso, não há ônibus urbano e as pessoas utilizam o moto-táxi que cobra R\$ 1.00. Também não há blitz ou fiscalização e a maioria dos motoristas não possui habilitação para dirigir. Os acidentes seguidos de morte seriam frequentes na cidade. Ainda com relação aos meios de transporte são comuns também as caminhonetes que utilizam diesel. Existem é claro os veículos de passeio que, de acordo com M.L. são movidos a gás de cozinha. E até pouco tempo atrás – menos de um ano – este era o combustível utilizado nas viaturas da polícia.

Chegando ao centro visitei a imponente matriz e em seguida o comércio local. O centro parece uma grande feira livre. Centenas de barracas se amontoam nas calçadas e nas ruas. Ali são comercializados roupas, carnes (ovelha, peixes, pequenos pássaros, frangos) expostos em varais nas calçadas, cereais a granel, condimentos, frutas e etc. Mesmo as lojas de eletrodomésticos são muito rudes. M.L. caminhava sempre apressada

pois precisávamos voltar logo antes que o sol esquentasse ainda mais. Para se ter uma idéia de quanto o sol influencia na vida dessas pessoas, o comércio local só funciona até o meio dia. Depois desse horário é difícil encontrar uma pessoa nas ruas, só mesmo no fim da tarde.

Eu continuava buscando uma forma de me deslocar para o meio rural. Entretanto, a única opção eram as caminhonetes - ou como são chamados: pau de arara - que chegavam na cidade as 6h00 da manhã e retornavam à zona rural às 10h00. Contudo, esse meio de transporte para mim era inviável uma vez que não garantia o meu retorno para a cidade no mesmo dia, o que criava dificuldades quanto a alimentação e local para dormir. Além disso, mesmo depois de ter chegado ao meio rural eu precisava continuar me deslocando tanto para observar o que já tinha sido feito em termos de obras para a seca como também na busca de pessoas que pudessem ser entrevistadas. Sem encontrar outra solução retornamos para casa. Chegando em casa, ao comentar as dificuldades de locomoção, o Sr. Luiz propôs ir comigo até a zona rural, pois conhecia muita gente e, com certeza, poderia arrumar pouso (local pra dormir) na casa de alguém. Eu pensava na possibilidade quando um dos filhos do sr. Luiz, apelidado Nenê – dono de uma moto e que trabalha à noite -, propôs me levar ao meu destino. Precisávamos apenas combinar o preço e o que ele propôs foi o que seria cobrado por um trabalho como este realizado por um moto-táxi. Como na cidade uma corrida de moto-táxi é R\$ 1,00 imaginei que não fosse ficar muito caro. Além disso, o Nenê parecia um rapaz de muito respeito, era casado e tinha dois filhos. Percebendo que esta seria a melhor forma e a mais segura de realizar a pesquisa aceitei logo e no mesmo dia partimos para o trabalho.

2- A primeira entrevista

O sol estava quente e a maioria do percurso, é claro, foi feita em estradas sem asfalto. A moto trepidava muito e as vezes a quantidade de areia era tanta que a moto afundava e eu precisava descer e caminhar alguns trechos de pé. Foram três dias de pesquisas no meio rural. Nesses três dias visitei várias pessoas, conversei com algumas das que encontrei pelo caminho, fui até as cacimbas, os barreiros, vi as cisternas – todas que encontrei foram construídas por iniciativa própria - e realizei 14 entrevistas.

Se minha chegada a cidade de Crateús havia me deixado preocupada por não encontrar um lugar seguro para me hospedar, a visita ao meio rural foi mais desoladora ainda. No primeiro dia viajei mais ou menos 45 Km em direção à zona rural. O que me intrigava é que a paisagem era sempre a mesma: médios arbustos –, muito raramente se via pequenas áreas do tamanho de um quarteirão onde se plantava milho. Nos trechos percorridos onde a estrada é asfaltada, com frequência se avistava pequenos e médios açudes, alguns, próximos de belas casas.

A minha primeira visita foi na casa do sr. Ismael, era por volta do meio dia. O local parecia abandonado, não havia nem grama em volta da casa, apenas o chão duro e esbranquiçado e no quintal não se via uma árvore sequer. Descemos da moto e apareceu na porta o sr. Ismael: pele muita queimada pelo sol, olhos meio amarelados, magro, a carne que lhe cobria o corpo parecia muito enrijecida. Fomos convidados a entrar e tive a sensação de que a casa estava vazia: uma mesa de madeira e duas cadeiras na sala e só! O silêncio parecia tomar conta de todos os espaços. Não cheguei a conhecer toda a casa mais pelo que dava pra ver, muito pouco se tinha ali entre aquelas já esburacadas paredes de bambu e barro. Seu Ismael sempre foi morador²⁸⁰ e seus filhos, alguns já casados, seguiam o mesmo destino do pai.

²⁸⁰ Morador: não possui terras, mora e trabalha na propriedade do patrão, em troca tem a posse de um pequeno pedaço de terra onde cultiva milho e feijão para sua subsistência. Quando se tem uma colheita boa parte do que se colhe é dado ao patrão, o dono das terras.

Sua mulher veio para a sala e ficou conosco respondendo algumas perguntas. Apresentava-se bem mais velha que seu Ismael que tinha seus 53 anos. Um dos filhos, aparentando uns 17 anos chegou a aparecer na sala, mas rapidamente se foi. Eu comecei a fazer algumas perguntas que de vez em quando eram finalizadas com um “não gosto nem de lembrar”. Por alguns momentos tive sentimentos de tristeza misturados com vazio, impotência. Sentia-me insensível pois apesar de tantos momentos difíceis de suas vidas que compartilhavam comigo eu não podia me deixar abater e precisava, mesmo depois de algumas pausas, continuar com minhas questões. Não tinha nada a lhes oferecer, nem mesmo a esperança que as vezes queriam depositar em mim, e sabia que estava trazendo à tona um passado que tanto queriam esquecer. Se bem que no Nordeste difícil é não se lembrar de seca já que a própria, periodicamente, se encarrega de se apresentar. Além disso, como veremos nas entrevistas, o sofrimento com a falta d’água e alimentos é algo que faz parte do cotidiano de muitas famílias, estando ou não em períodos de estiagem.

Essa foi a primeira das 13 entrevistas realizadas no meio rural. Relatei esses momentos apenas para dar a dimensão de como ainda se vive nos Sertões do Ceará, nesse caso no Sertão dos Inhamuns. Houve algumas mudanças nas outras residências visitadas, mas no geral foram pouco significativas. Cabe sim, considerar que, quem tem um pedaço de terra ao redor de um grande açude - mesmo que seja uma área pequena -, vive em condições muito melhores.

Cabe destacar que não foi possível realizar entrevistas com grandes proprietários. Em primeiro lugar fiquei um pouco insegura devido a minha condição de mulher – num local onde a prostituição é a regra – e, principalmente, devido ao fato de estar sozinha num local muito distante de São Carlos (3.400 Km). Além disso, minha pesquisa suscita questões que trazem à tona, ou que denuncia, o arraigado sistema de

concentração da terra existente na região. Mesmo com essas preocupações eu ainda tentei realizar uma entrevista com um dos grandes proprietários de terra no município de Independência, próximo ao açude Jaburu II. A fazenda estava muito bem cercada, com portões e cachorros. Depois de bater palmas e até mesmo chamar por alguém, apareceu uma empregada e também *moradora* da fazenda. Disse que “o dono ficava mais era em Fortaleza”. Perguntei se podia responder algumas perguntas e ela, sempre receosa, se negou. Nem ao menos quis que fossem tiradas fotos do local. Disse apenas que o marido trabalhava em uma área irrigada e dividia a produção com o patrão. Também não realizei entrevistas com o prefeito pelos mesmos motivos: não me sentia segura.

As informações que obtive sobre o prefeito de Crateús me deixou um pouco alarmada. Durante os dias que estive na casa do sr. Luiz e dona Alzira, que foram extremamente acolhedores, obtive muitas informações nas conversas que tínhamos diariamente. O fato de ficarmos à noite na calçada conversando me deixou por dentro de vários assuntos, pois, sempre que passava alguém surgia uma história. Algumas dessas informações chegaram até a mim devido a repetição de cenas que ocorriam na vizinhança. Por exemplo, ao passar um moço alto e forte dona Alzira me contou que ele usava drogas e que sempre batia nos pais, que já eram idosos, pra conseguir o cartão da aposentadoria. Segundo ela, a disputa pelos cartões é freqüente na cidade e que, inclusive, o pai do referido rapaz havia morrido a poucos dias: uma semana após levar uma surra do filho. Na noite seguinte passava o carro da polícia com o rapaz. Dona Alzira diz que a polícia não prende, “eles dão uma pisa (surra) aí por esses caminhos e no mesmo dia eles voltam”.

Na casa da frente um senhor de mais de 80 anos que mal enxergava, morava com sua esposa também já bastante idosa. Dona Alzira já teria visto várias vezes os dois

serem espancados pela empregada, contratada pela filha do casal que morava em Fortaleza. Na casa ao lado moravam duas moças, “duas sem vergonhas” de acordo com dona Alzira pois namoravam dois rapazes de outro município e, quando não estavam na cidade, se prostituíam. Eram donas de um motel na cidade e possuíam um automóvel Fiat Uno – coisa bastante rara no caso de mulheres. Comentei com Maria Luiza sobre a existência de muitas jovens grávidas na cidade e ela me disse que algumas se engravidam na prostituição, outras já pensando em conseguir o *Bolsa Escola Federal*.

3 – Modo de realização das entrevistas

- 1- **Uso de gravador** – todas as entrevistas foram gravadas. Antes de iniciar a entrevista, solicitava a permissão para a gravação, sempre esclarecendo a finalidade da mesma (as informações seriam usadas para pesquisa, não sendo identificados os entrevistados). Às vezes, o entrevistado se mostrava um pouco constrangido com o aparelho, principalmente quando falava sobre determinado assunto. Eu então dizia que quando quisesse que uma informação não fosse gravada era só me avisar que eu desligava o aparelho. Na maioria dos casos, porém, os entrevistados foram bastante receptivos. Pude perceber que muitos se sentiam importantes por estarem sendo entrevistados e muitas vezes manifestavam o desejo de que aquelas informações resultassem em mudanças, em transformações de suas condições de vida.
- 2- **Ambiente de coleta de informação** – com exceção da entrevista realizada com a gerente de negócios do BNB - que fora realizada no próprio recinto do banco -, as demais entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados, todas na zona rural. O ambiente era familiar e ficávamos na sala ou, como também aconteceu em alguns casos, na varanda. Como visitava também às cacimbas, cisternas, barreiros, açudes e poços, ficava sempre atenta a novas informações

que surgiam durante o percurso. Sempre que possível anotava as informações quando retornava à casa ou, à noite, quando redigia o diário de Campo.

- 3- **Método utilizado nas entrevistas/roteiro** – Desde o início já estava previsto que não seria aplicado questionário fechado. Tal escolha se deve tanto à frieza do instrumento como o limite que ele coloca ao delimitar as questões levantadas. Diante disso, preparei um questionário visando levantar todas as questões pertinentes à pesquisa e, a partir deste questionário, elaborei um roteiro. Neste, procurei estabelecer uma ordem que facilitasse as perguntas, sempre destacando as que eram consideradas principais. No entanto, o roteiro só fora utilizado na primeira entrevista pois, percebi que, devido ao fato de recorrer ao papel, deixava inibido o entrevistado. Além disso, na segunda entrevista já havia internalizado a maioria das questões e só recorria ao roteiro no final da entrevista para checar se não havia esquecido alguma questão relevante.
- 4- **Casos de resistência** – não houve nenhum caso de resistência por parte dos trabalhadores rurais, fossem eles *moradores* ou pequenos e médios proprietários. O único caso de resistência foi registrado numa fazenda no município de Independência onde, devido a ausência do proprietário, a empregada doméstica e responsável pela casa na ausência do patrão, se recusou a dar maiores informações.